


Coleção
Documentos

104

CENTRO DE
LITERATURAS
E CULTURAS
LUSÓFONAS
E EUROPEIAS
CLEPUL
Faculdade de Letras da
Universidade de Lisboa

FCT
Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia



HISTÓRIA E IMPRENSA PERIÓDICA: MÚLTIPLOS ENFOQUES

**FRANCISCO DAS NEVES ALVES (ORG.)
JOSÉ VANDERLEI SILVA BORBA
LUCIANA COUTINHO GEPIAK
LUIZ HENRIQUE TORRES
RETO MONICO**

HISTÓRIA E IMPRENSA PERIÓDICA: MÚLTIPLOS ENFOQUES





Conselho Editorial

Alvaro Santos Simões Junior (Universidade Estadual Paulista – Assis)
António Ventura (Universidade de Lisboa)
Beatriz Weigert (Universidade de Évora)
Carlos Alexandre Baumgarten (PUCRS)
Ernesto Rodrigues (CLEPUL – Universidade de Lisboa)
Francisco Topa (Universidade do Porto)
Gilda Santos (Real Gabinete Português de Leitura)
Isabel Lousada (Universidade Nova de Lisboa)
Isabel Lustosa (Fundação Casa de Rui Barbosa)
João Relvão Caetano (Cátedra Infante Dom Henrique – CIDH)
José Eduardo Franco (CIDH e CLEPUL – Universidade de Lisboa)
Maria Aparecida Ribeiro (Universidade de Coimbra)
Maria Cristina Firmino Santos (Universidade de Évora)
Maria Eunice Moreira (PUCRS)
Tania Regina de Luca (UNESP)
Vania Pinheiro Chaves (CIDH e CLEPUL – Universidade de Lisboa)
Virgínia Camilotti (UNIMEP)

Francisco das Neves Alves (org.)
José Vanderlei Silva Borba
Luciana Coutinho Gepiak
Luiz Henrique Torres
Reto Monico

HISTÓRIA E IMPRENSA PERIÓDICA: MÚLTIPLOS ENFOQUES



- 104 -



UIDB/00077/2020



Lisboa / Rio Grande
2025

Ficha Técnica

Título: História e imprensa periódica: múltiplos enfoques

Organizador: Francisco das Neves Alves

Autores dos capítulos: Francisco das Neves Alves; José Vanderlei Silva Borba; Luciana Coutinho Gepiak; Luiz Henrique Torres; e Reto Monico

Coleção Documentos, 104

Composição & Paginação do organizador

Capa: A leitura do jornal na concepção de O MALHO. Rio de Janeiro, 20 nov. 1909.

Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Biblioteca Rio-Grandense

Lisboa / Rio Grande, Maio de 2025

ISBN – 978-65-89557-85-2

ÍNDICE

A representação alegórica feminina da República no vigésimo ano da forma de governo a partir da arte caricatural da revista *O Malho* / 9

Francisco das Neves Alves

O Projeto Regional 35 – FAO/ONU e as repercussões na imprensa gaúcha:
Editoriais do *Correio do Povo* entre 1963 e 1968 / 79

José Vanderlei Borba

Periodismo ilustrado e literatura no Rio Grande do Sul do século XIX: poemas de Múcio Teixeira no semanário porto-alegrense *O Fígaro* / 113

Luciana Coutinho Gepiak

A grande enchente de 2024: aspectos climáticos, econômicos e repercussão na imprensa internacional / 139

Luiz Henrique Torres

Três olhares suíços sobre o 25 de Novembro / 179

Reto Monico

A REPRESENTAÇÃO ALEGÓRICA FEMININA DA REPÚBLICA NO VIGÉSIMO ANO DA FORMA DE GOVERNO A PARTIR DA ARTE CARICATURAL DA REVISTA *O MALHO*

Francisco das Neves Alves*

* Francisco das Neves Alves é Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande, Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e realizou Pós-Doutorados junto ao ICES/Portugal (2009); à Universidade de Lisboa (2013), à Universidade Nova de Lisboa (2015), à UNISINOS (2016), à Universidade do Porto (2017), à PUCRS (2018), à Cátedra Infante Dom Henrique/Portugal (2019), à UNESP (2020) e à Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII (2021). Entre autoria, coautoria e organização de obras, publicou mais de duzentos livros.

A representação alegórica da forma de governo republicana a partir da dama de barrete frígio esteve ao lado do movimento antimonárquico desde a sua gênese e acompanhou sua campanha até a chegada ao poder, em 1889. Tal representação da mulher-república tivera a sua gênese no processo revolucionário francês da virada do século XVIII para o XIX e dos vários focos de revolta que se seguiram na França ao longo dos Oitocentos, de modo que em tais frentes revolucionárias francesas, a alegoria viria a se consolidar. Como símbolo de luta e protesto, significava não só república, mas também e mais frequentemente, liberdade, mormente entre grupos mais progressistas que se consideravam como liberais, revolucionários, patriotas ou republicanos, uma vez que, naqueles tempos longínquos, tais valores foram, se não equivalentes, pelo menos próximos e muitas vezes unidos, como nos casos das batalhas travadas de 1800 a 1848. Com o passar do tempo e as alternâncias de regime, a república revolucionária, a mais autêntica do ponto de vista progressista, mas a mais subversiva do ponto de vista conservador, por ser representada em movimento, ardente, juvenil, seminua, passava a dar lugar à república oficial, sábia e conservadora, legal e legalista, utilizando, ao contrário, traje e postura solene, com ar sério, mais matrona do que amazona, sendo deixado de lado até mesmo o barrete frígio. No início dos anos 1870, com a Comuna de Paris, a república renascia definitivamente, com a sua panóplia de emblema, estabelecendo-se uma enxurrada de barretes frígios, enquanto os mais moderados, futuros mestres da Terceira República, coroavam os bustos com louros. E, já ao final do século XIX, a figura da mulher-república permanecia com algumas variações em suas representações notadamente quanto ao

penteado e ao uso do barrete, da coroa ou do diadema, vindo a adquirir certa sobriedade nas feições e na indumentária¹.

Nesse quadro, um dos pontos marcantes do imaginário republicano francês foi o uso da alegoria feminina para representar a república, uma vez que a monarquia fora simbolizada naturalmente pela figura do rei, que, eventualmente, designava a própria nação. Uma vez derrubada a forma monárquica e decapitado o rei, novos símbolos faziam-se necessários para preencher o vazio, para designar as novas ideias e ideais, como a revolução, a liberdade, a república e a própria pátria. Dentre os tantos símbolos e alegorias, em geral inspirados na tradição clássica, ganhou relevo o da figura feminina, de maneira que, da Primeira à Terceira República, a alegoria feminina domina a simbologia cívica francesa, representando seja a liberdade, seja a revolução, seja a república. Os republicanos brasileiros de orientação francesa tinham assim grande riqueza de imagens e símbolos em que se inspirar, ainda que enfrentassem certas dificuldades, como no caso de ínfima participação feminina no processo de instauração da república. Nesse sentido, o esforço inicial foi feito pelos caricaturistas da imprensa periódica, a grande maioria simpática aos ideais republicanos. Mesmo antes da proclamação, apareceram

¹ AGULHON, Maurice & BONTE, Pierre. *Marianne – les visages de la République*. Paris: Gallimard, 1992. p. 24-25, 31, 35 e 46-47.

representações femininas, normalmente vestida à romana, descalça ou de sandálias, barrete frígio e geralmente com a nova bandeira em uma das mãos².

Nessa linha, a força do modelo estético feminino percorreu todo o século XIX³, época em que elementos constitutivos das sociedades e conceitos abstratos foram representados por meio de personificação estabelecida a partir de figuras usualmente femininas⁴. A interpretação de uma imagem pode ultrapassar a ela mesma, com o desencadear de palavras, de uma ideia ou de um discurso interior, partindo da imagem que é o seu suporte, mas que a ela simultaneamente está ligada. Nesse caso se encontram as imagens simbólicas e convencionais, que procuram exprimir noções abstratas, as quais recorrem ao símbolo e, consequentemente, à boa vontade interpretativa do leitor⁵. No campo simbólico, a figura feminina conserva implicações diversificadas, trazendo consigo as conotações correspondentes a cada uma de suas formas essenciais, em todas as alegorias baseadas na personificação⁶. Em tal sentido, a mulher-símbolo carrega em si a aspiração e a transcendência, nas quais se manifestam o vestígio mais experimental do domínio dos indivíduos por uma corrente vital extremamente vasta, bem como uma energia eminentemente apta a

² CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 75 e 78-80.

³ COSTA, Cristina. *A imagem da mulher: um estudo de arte brasileira*. Rio de Janeiro: SENAC, 2002. p. 106.

⁴ BURKE, Peter. *Testemunha ocular: o uso de imagens como evidência histórica*. São Paulo: Editora da UNESP, 2017. p. 96.

⁵ JOLY, Martine. *Introdução à análise da imagem*. Lisboa: Edições 70, 2004. p. 123-124.

⁶ CIRLOT, Juan-Eduardo. *Dicionário de símbolos*. São Paulo: Editora Moraes, 1984. p. 391.

aperfeiçoar-se e enriquecer-se de mil matizes, reportando-se, em pensamento, para múltiplos objetos. Assim, o feminino simboliza a face atraente e unitiva dos seres⁷.

Na imprensa ilustrada e humorística do Rio de Janeiro⁸, a mulher-república foi uma representação bastante recorrente. De um lado esteve a imagem idealizada da dama republicana, como a mulher vestida à romana, ou mesmo adquirindo um ar de divindade, uma verdadeira deusa-republicana, chegando a ser apresentada como uma figura alada, permanecendo na maioria das vezes a presença do barrete frígio. Em alguns casos, entretanto, os atos autoritários, os desmandos, a corrupção, o clientelismo e o continuísmo político-partidário situacionista, entre outros fatores, que levaram ao desgaste de governos e governantes, viriam a promover certas alterações das imagens da república-mulher. Dessa maneira, a república quando não era representada pela abstração, clássica ou romântica, era apresentada na versão da mulher corrompida, tornando-se uma *res publica*, no sentido em que a prostituta era uma mulher pública. Nesse sentido, a alegoria feminina falhava dos dois lados,

⁷ CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de símbolos*. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991. p. 421.

⁸ Sobre tal gênero jornalístico, ver: FLEIUS, Max. A caricatura no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: IHGB, 1917. t. 80. p. 583-609.; LIMA, Herman. *História da caricatura no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963.; MONTEIRO LOBATO, José Bento Renato. A caricatura no Brasil. In: *Ideias de Jeca Tatu*. São Paulo Brasiliense, 1955. p. 3-21.; MAGNO, Luciano. *História da caricatura brasileira*. Rio de Janeiro: Gala Edições de Arte, 2012.; e TÁVORA, Araken. *D. Pedro II e o seu mundo através da caricatura*. São Paulo: Documentário, 1976.

ou seja, no significado, no qual a república se mostrava longe dos sonhos de seus idealizadores, e também no significante, no qual inexistia a mulher cívica, tanto na realidade como em sua representação artística. Desse modo, a única maneira em que fazia sentido utilizar tal alegoria era aproximar uma república considerada falsificada com a uma figura feminil corrompida ou pervertida⁹.

Tais periódicos, ainda que tivessem uma pauta predominantemente calcada no humor, na ironia e na crítica, suas seivas editoriais não deixavam de também desenvolver uma prática joco-séria, uma vez que a execução do humor pode ser divertida e séria ao mesmo tempo, reproduzindo assim uma qualidade vital da condição humana, pois o humor quase sempre reflete as percepções culturais mais profundas, vindo a oferecer um instrumento poderoso para a compreensão dos modos de pensar e sentir moldados pela cultura¹⁰. Nesse quadro, o humor age a partir de um processo de resolução de conflitos, constituindo um processo e trazendo consigo o resultado de uma batalha entre os sentimentos e os pensamentos, a qual só pode ser compreendida ao se reconhecer o que causou o conflito, ou seja, o humor às vezes é a única forma de lidar com o turbilhão da vida¹¹. Nas páginas dos jornais ilustrados e humorísticos do Rio de Janeiro, as divergências quanto aos caminhos e

⁹ CARVALHO, p. 89 e 96.

¹⁰ DRIESSEN, Henk. Humor, riso e o campo: reflexões da antropologia. In: BREMMER, Jan & ROODENBURG, Herman (orgs.). *Uma história cultural do humor*. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 251.

¹¹ SALIBA, Elias Thomé. História Cultural do humor: balanço provisório e perspectivas de pesquisas. In: *Revista História* (São Paulo), n.176, 2017, p. 9.

descaminhos em direção aquilo que cada grupo em disputa considerou como uma “verdadeira república” apareceram de modo indelével. Tal gênero jornalístico serviria como mecanismo de divulgação e propagação dos mais variados ideais quanto aos modelos a serem empregados na afirmação da forma de governo instaurada a 15 de novembro de 1889, em um constante processo de construção/desconstrução discursiva e de representações iconográficas entre aliados e adversários no que tange às diversas ideias então em voga¹².

Um desses periódicos foi *O Malho*, publicado no Rio de Janeiro, entre 1902 e 1954¹³, e que constituiu uma das mais importantes revistas ilustradas impressas no Brasil, trazendo uma proposta editorial marcada pelo prisma satírico-humorístico e apresentando significativo conteúdo caricatural, além das incursões ao campo artístico-literário e às narrações voltadas ao cotidiano. O instrumento que dá título à publicação equivale a um martelo de grandes dimensões utilizado pelo ferreiro, devendo ser manejado com ambas as mãos, ao passo que a bigorna consiste em um objeto de ferro no qual são malhados e amoldados metais. A denominação do periódico também vinha ao encontro da expressão “malhar” que, além de bater com malho, significa também,

¹² ALVES, Francisco das Neves. Alegórica república – a nova forma de governo sob o prisma da caricatura: um estudo de caso. In: *Comunicação & política*, v. 9, n. 3, set. – dez. 2002, p. 228. Contextualização realizada a partir de: ALVES, Francisco das Neves Alves. *A imagem feminina como designação da República na imprensa ilustrada e humorística do Rio de Janeiro no último quartel do século XIX*. Lisboa; Rio Grande: CLEPUL; Biblioteca Rio-Grandense, 2023. p. 6-10.

¹³ LIMA, v. 1, p. 144 e 146.

informalmente, censurar, criticar, fazer troça, escarnecer e zombar, bem em consonância com as propostas da publicação.

Simbolicamente, o malho ou o martelo constituem um “instrumento próprio do ferreiro e dotado de um místico poder de criação”¹⁴, e sua figura traz consigo uma relação com a “atividade celeste” e a “fabricação do raio”. Nesse sentido, “o martelo representa a atividade formadora ou demiúrgica”, podendo também constituir “o método, a vontade espiritual acionando a faculdade de conhecer, que recorta em ideias e conceitos e estimula o conhecimento distintivo”. O malho pode também ser “o símbolo da inteligência que age e persevera”, a qual “dirige o pensamento e anima a meditação daquele que, no silêncio de sua consciência, procura a verdade”¹⁵. A imagem normalmente associada ao malho, inclusive nas gravuras da revista ilustrada carioca, a da bigorna, apresenta em si o “símbolo da terra e da matéria”, correspondendo “ao princípio passivo e feminino, por contraposição ao martelo, de caráter fecundador”¹⁶. Assim, “a bigorna aparenta-se à feminidade” e à passividade, da “qual sairão as obras do ferreiro, princípio masculino”, revelando-se “como um princípio passivo a ser fecundado, em que “o ferreiro, tal como o raio, seria o princípio ativo e fecundante”¹⁷.

¹⁴ CIRLOT, 1984. p. 374.

¹⁵ CHEVALIER & GHEERBRANT, 1991. p. 577-578.

¹⁶ CIRLOT, 1984. p. 118.

¹⁷ CHEVALIER & GHEERBRANT, 1991. p. 132.

A circulação de *O Malho* iniciou a 20 de setembro de 1902, e, fundado por Luís Bartolomeu, trazia um conteúdo humorístico que se tornou também político, a partir de 1904. A revista contou com a colaboração de nomes como Olavo Bilac, Guimarães Passos, Pedro Rabelo, Renato de Castro, Emílio de Menezes e Bastos Tigres. No que tange ao desenho, atuaram na sua edição iconográfica Raul, Calixto, J. Carlos, Crispim do Amaral, J. Ramos Lobão, Leônidas Freire, Gil, Alfredo Storni, Alfredo Cândido, Vasco Lima, Seth, Augusto Rocha, Yantok, Loureiro, Luís Peixoto, Nassara, Théo, Enrique Figueiroa, Del Pino, Andres Guevara, ou seja, "ao longo de toda a sua existência", contou "com os maiores caricaturistas da época". A folha envolveu-se em várias questões políticas, como no caso da Campanha Civilista, combatendo a candidatura de Rui Barbosa. A direção do periódico, desde 1918, coube a Álvaro Moreyra e J. Carlos e, durante a República Velha, "*O Malho* foi uma das mais prestigiosas revistas de crítica"¹⁸.

Como folha ilustrada, *O Malho* fez parte do conjunto de revistas que "entretinham com informações leves e, sobretudo, apuro gráfico". Em tais periódicos, "os ilustradores foram fundamentais no quadro de uma população com alto índice de analfabetismo, para a qual imagens comunicavam mais que o texto"¹⁹. A afirmação da revista ilustrada carioca deu-se em uma conjuntura marcada pelo "crescimento e diversificação do mercado editorial", que se

¹⁸ SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. 4.ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2007. p. 301.

¹⁹ ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. Imprensa a serviço do progresso. In: MARTINS, Ana Luiza & LUCA, Tania Regina de. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 91.

“assentaram no tripé da florescente economia urbano-industrial, em combinação com a modernização técnica e a ampliação do mercado leitor”²⁰. Nessa época, “os periódicos transformam gradativamente seus modos de produção e o discurso com que se auto-referenciam”, em um quadro pelo qual, “passam a ser cada vez mais ícones de modernidade, numa cidade que quer ser símbolo de um novo tempo”²¹.

A partir da instauração da forma de governo republicana, a “representação cômica da vida nacional adquiriu novas dimensões” e, além disso, houve um “significativo incremento da imprensa, mediante o aperfeiçoamento tecnológico das oficinas gráficas”, o qual “praticamente acompanha a intensificação do crescimento urbano do país”. Assim, “a tradição da representação humorística ganha maior força e se aprofunda com o desenvolvimento da imprensa e com a proliferação das revistas ilustradas”²². Nesse contexto, *O Malho* “vingou e prosperou” e, “para isso, teve de fazer-se profundamente popular”, aproximando seu norte editorial de segmentos sociais vinculados ao mundo do trabalho e aproximando-se de sociedades artísticas e recreativas, lançando mão do recurso da fotografia, além da própria caricatura²³.

²⁰ COHEN, Ilka Stern. Diversificação e segmentação dos impressos. In: MARTINS, Ana Luiza & LUCA, Tania Regina de. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 104.

²¹ BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 22.

²² SALIBA, Elias Thomé. A dimensão cômica da vida privada na República. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 3, p. 297-298.

²³ MONTEIRO LOBATO, 1946. p. 20-21.

Tal “feição popular, pela qual se tornaria imensamente difundido em todo o Brasil, já se firmara desde 1905”, levando “o homem da rua” a gozar do “espetáculo daqueles figurões proclamando alto e bom som o que o povo imaginava de fato que fosse o pensamento de cada um dos fantoches do imenso palco da politicagem nacional”²⁴.

Ao refletir caricaturalmente a vida na capital federal, *O Malho* trazia uma perspectiva do Brasil como um todo, de modo que a “transgressão mantida pelo humor visual” mostrava um Rio de Janeiro que, “como outros núcleos administrativos, comerciais e industriais, possuía um dinamismo demográfico singular”, ao assumir “o papel de ‘cartão postal’ do país” e “apresentando-se como maior exemplo da modernidade nacional, síntese do país em dia com o mundo”, ou seja, “apresentável para estrangeiros e digno objeto para a contemplação (e submissão) de seus habitantes”²⁵. Como caixa de ressonância do Brasil, o Rio de Janeiro, por meio de suas revistas ilustradas e humorísticas, mostrava que se a República fora “o paradigma da modernidade para os opositores da Monarquia” e os anos iniciais da nova forma de governo traziam consigo “o paraíso e o inferno desta utopia”, notadamente com a continuidade “do poder político de caráter oligárquico controlado por latifundiários”²⁶. Nessa conjuntura, no século XX, *O Malho* foi, “politicamente, de uma importância

²⁴ LIMA, 1963. v. 1, p. 146.

²⁵ SILVA, Marcos A. da. *Caricata República: Zé Povo e o Brasil*. São Paulo: Marco Zero, 1990. p. 12-13.

²⁶ LEMOS, Renato. *Uma História do Brasil através da caricatura (1840-2006)*. Rio de Janeiro: Bom Texto Editora e Produtora de Arte, 2001. p. 31.

comparável à da *Revista Ilustrada*”, mais importante publicação de seu gênero na centúria anterior, de modo que, já “a partir de 1904, constituiu a maior força política de combate, mercê de suas famosas charges assinadas por todos os grandes nomes da caricatura nacional”. Nesse sentido, nada poupava “aos adversários”, como no caso da Campanha Civilista, da Reação Republicana e da Aliança Liberal, dissidências oligárquicas que contaram com a oposição do hebdomadário²⁷.

A primeira capa de *O Malho* destacava os fulcros editoriais da publicação, anunciada como “semanário humorístico, artístico e literário”, propondo-se também a tratar de política e assuntos diversos. De aevental, o responsável pela folha tinha a postos a pena e o crayon, designando respectivamente as ações dos escritores e dos caricaturistas, além de trazer à mão o martelo, apoiado em uma bigorna, em alusão ao título da revista. Em sua apresentação, a revista dizia ser “praxe que um jornal” trouxesse o seu programa, no qual desfiava “boquiaberto um rosário de promessas”, mas, em oposição e como um “iconoclasta de nascença”, pretendendo “atacar e destruir a praxe”, afirmava que não iria expressar seu conteúdo programático. Nesse sentido, conforme “o seu nome bem o indica”, se propunha a utilizar a bigorna, batendo-lhe a ferro na sua oficina, destacando, com ironia, que manteria a “tranquila consciência”, visando a concorrer “eficazmente para o melhoramento” da “raça humana”. Pretendia ainda contribuir para “todos os elementos” de “desenvolvimento do riso” e, mais uma vez em referência ao seu título, demarcava que, em meio a tantas “tristezas

²⁷ LIMA, 1963. v. 1, p. 144-149.

e lamentações", faria soar "cantante o bimbalhar" de "sons alegres" nas bigornas²⁸. Ao completar seu primeiro aniversário, a redação do periódico declarava que se tratava de uma "existência decorrida por entre estes de verdadeira alegria, na serenidade que dá o bom humor e que a boa alma faz". Dizia também que, em suas "páginas despretensiosas e ligeiras", seria encontrada "entre o riso e a sátira, entre a ironia e a gargalhada, toda a vida de um ano do Rio de Janeiro, vista nos seus diferentes e variados aspectos – político, artístico, social, literário, científico", toda ela "encarada sob o prisma do bom humor" e "apreciada à luz da mais serena imparcialidade". Garantia que suas edições guardavam "a verdade" como o "culto mais rigoroso" e defendiam "a causa dos pequenos e dos oprimidos contra os mandões e os opressores", bem como davam "guarda aos talentos que desabrocham", propondo-se a rever "com íntima satisfação o caminho percorrido" e "com serena confiança o trecho por galgar"²⁹.

Por ocasião de chegar ao seu terceiro ano, o periódico mostrava na capa a figura que escolhera para representá-lo, uma espécie de bobo da corte, com o malho embaixo do braço e o crayon a tiracolo, sendo homenageado pelo próprio Presidente da República, de quem recebia um buquê de flores. O bobo da corte constituiu uma tradicional representação do caricaturista, uma vez que tal figura é aquela que "diz em tom duro as coisas agradáveis e em tom jocoso as

²⁸ O MALHO. Rio de Janeiro, 20 set. 1902.

²⁹ O MALHO. Rio de Janeiro, 19 set. 1903.

terríveis”³⁰. A autoridade presidencial, ao homenagear a publicação, pedia que a mesma não risse muito do seu governo, ao que o “Malho” agradecia, mas não garantia evitar o tom jocoso. A gravura era adornada por estrelas, as quais eram identificadas com os fulcros editoriais da folha, como arte, atualidade, espírito e pilhérias. O mesmo personagem aparecia também à página inicial, portando o martelo, o crayon e a pena, contando com a admiração do público e agradecendo as manifestações elogiosas “e... descomposturas”, além de afirmar que “a vida é luta e os contrastes os seus encantos. Xarope e vinagre, beijos e murros, flores e pedradas – tudo é viver!”³¹.

Na crônica que marcava o terceiro aniversário, *O Malho* ressaltava que, ao aparecer, recebera “prognósticos pessimistas”, pois “seria uma loucura tentar obter que uma população de tristes sustentasse um jornal alegre”, ou seja, teria constituído “uma tentativa previamente condenada a de querer implantar num meio retraído, fechado, convencional, um jornal indiscreto” e “graciosamente irreverente”. Apesar de tal pessimismo, como uma “conquista do público”, a redação explicava que “o *Malho* é hoje o jornal de sua predileção, o jornal popular por excelência, o que ele mais quer, mais estima e mais procura”. Nesse sentido, discordava que o brasileiro fosse um “povo fúnebre e desolado”, e isto sim, sabia “ser alegre”, carregando como “nota característica de seu espírito a ironia”, preferindo, ao invés da “gargalhada, o sorriso franco, irônico, amargo, sarcástico”. Considerava ainda que “a crítica leve, rápida, mordaz e alegre, o

³⁰ CIRLOT, 1984. p. 120.

³¹ O MALHO. Rio de Janeiro, 17 set. 1904.

exagero dos sentimentos, das atividades, dos pensamentos e das palavras", os quais valeriam "pela caricatura, o comentário simples, singelo, artificialmente inocente" é que dariam origem às "páginas que naturalmente agradam ao povo brasileiro"³².

Mantendo a linha de pensamento, a folha argumentava que era do agrado dos brasileiros "a independência das opiniões, a liberdade da crítica, a manifestação continuada e sincera de que não se está de joelhos", de modo que teriam sido tais características que deram "ao *Malho* a simpatia do público". Comentava que "o jornal e o público ligaram-se, confabularam intimamente, trocaram ideias, fundiram-se em sentimento", uma vez que este encontrou nas páginas do periódico "o que pensa, o que sente, o que quer, o que aspira, o que aplaude e o que condena". Afiançava também que "nenhum outro jornal penetrou como ele na vida íntima do povo", ao divulgar as mais amplas manifestações e trazer "a impressão nítida do que é o Brasil desta época", e "não só a capital, mas todos os Estados" estando representados em seus segmentos textuais e iconográficos. Para além do local e do nacional, destacava que sua cobertura chegava ao nível internacional, uma vez que transpusera "os limites da capital" e "a linha dos Estados", para tornar-se uma "revista universal e original", que não se limitava a transcrever informações, mas sim analisá-las³³.

No momento em que completava "mais um ano", a capa do periódico trazia o personagem que o representava sendo homenageado pelo povo, ao

³² O MALHO. Rio de Janeiro, 17 set. 1904.

³³ O MALHO. Rio de Janeiro, 17 set. 1904.

receber um buquê, no qual as flores eram substituídas pelas faces dos homens públicos que ocupavam o governo. O público que participava da homenagem carregava cartazes apresentando as temáticas que compunham a pauta editorial da folha, como modas, esportes, fotografias, charadas, reclames, caricaturas, teatro, músicas e crônicas. Na crônica editorial deste número, a redação saudava a ampla circulação do jornal que ocorreria “por todo o Brasil e até pelo estrangeiro”, trazendo em suas páginas “um esforço contínuo para traduzir as impressões do povo”, uma vez que “*O Malho* não tem partido, a não ser o da voz pública”, aplaudindo “a virtude” e castigando “o vício”³⁴.

A proximidade com o público que o jornal gostava de enfatizar retornava a ser temática na capa que demarcava que a folha estava “fazendo anos”, de maneira que a figura que representava o periódico encontrava-se no bolso do indivíduo que designava o povo. Na cena, *O Malho* dizia que o “Zé Povo exige a minha presença em sua casa”, pois “apesar de muito escovado pelo fisco e embromado pelos políticos deseja oferecer-me o seu modesto jantar”. Já na crônica da edição de aniversário, havia a saudação por terem passado “anos firmes, batidos, de fio a pavio, num labutar incessante, para todos os lados, numa porfia consecutiva, numa caçada a todos os ridículos da política e da sociedade”, não deixando “de fazer justiça ao que é realmente bom, digno e patriótico”. A redação afirmava que “*O Malho* não tem a missão única de fazer rir, embora o *ridendo castigat mores*, constitua um vasto programa”, de forma que procurava “interpretar o sentir do povo, perante todos os fatos da vida

³⁴ O MALHO. Rio de Janeiro, 16 set. 1905.

nacional”, vindo a assumir “todas as atitudes, todos os gestos, todas as expressões desse sentir”. Para comprovar o seu alcance, o periódico destacava a “sua vasta circulação jamais aqui atingida por folha do mesmo gênero”, a “força vitoriosa que tem dado a inúmeras campanhas” a “intimidade de relações com o grande público, expressa numa correspondência colossal”, na qual “palpita a alma popular, desde o velho patriota que se interessa pelos altos destinos da nação, até o moço poeta que timidamente ensaia os seus primeiros voos”. Em síntese, o semanário destacava que pretendia atender ao “bom senso popular”³⁵.

A gravura que demarcava o quinto aniversário do hebdomadário trazia o personagem que representava a folha, acompanhado por outras figuras que designavam outras publicações da mesma empresa jornalística e por uma dama identificada pela faixa “leitura para todos” e, na barra de seu vestido, trazia os assuntos de interesse do jornal, como ciências, artes, letras e esportes. O periódico recebia homenagens de parte dos integrantes do governo, simbolizada mais uma vez por um buquê de flores. A crônica do número de aniversário lembrava que, em 1902, “ele começou a malhar de rijo, à direita e à esquerda, sem outas preocupações que não fossem as do interesse público”. Dizia que progredira de ano a ano, em “meio de aplausos que o honram pela generalidade verdadeiramente colossal”, e, “sem perder o seu princípio característico”, juntara “às páginas da crítica a informação do magazine através de cujos clichês aparecem os aspectos e os costumes do Brasil, desde o Acre à terra gaúcha,

³⁵ O MALHO. Rio de Janeiro, 22 set. 1906.

tornando-o assim mais útil à comunidade"³⁶. No aniversário seguinte, o semanário exaltava o “enormíssimo eco da sua circulação”, ao chegar a “todos os recantos do Brasil, traduzido em correspondência de todos os gêneros, grande parte da qual apelando para o nosso auxílio à defesa das causas nacionais”. Reiterava que “o *ridendo castigat mores*” continuava a ser a essência de seu programa, sem que deixasse de “ensombrar o gesto e meter o pau de rijo” quando fosse necessário³⁷. Em 1909, ano do vigésimo aniversário da forma de republicano vigente, *O Malho*³⁸ já se encontrava como uma publicação significativamente firmada e, ao longo das edições de tal ano, a representação feminina da forma de republicana de governo foi uma personificação bastante recorrente, variando desde a alegoria idealizada, com a tradicional dama do barrete frígio, até mulher degradada, a partir do olhar crítico para com o modelo pelo qual o regime se consolidou.

Uma das representações da dama republicana expressa em *O Malho* foi a vinculada a um caráter de altivez, aparecendo a figura feminina como uma idealização do regime instaurado em 1889. A presença da idealizada da mulher-república fazia tanto sentido para o público leitor, que até mesmo o material publicitário utilizou-se de tal figura para realizar propaganda, como foi o caso do “Licor de Tayuyá”, um daqueles famosos remédios da época que curavam vários

³⁶ O MALHO. Rio de Janeiro, 21 set. 1907.

³⁷ O MALHO. Rio de Janeiro, 19 set. 1908.

³⁸ Brevíssimo histórico realizado a partir de: ALVES, Francisco das Neves. *A data natalícia de Getúlio Vargas como episódio cívico estado-novista: a presença na Revista O Malho (1940-1945)*. Lisboa; Rio Grande: CLEPUL; Biblioteca Rio-Grandense, 2021. p. 10-27.

tipos de males, como úlceras crônicas e sifilíticas, reumatismo articular, muscular e cerebral, impureza do sangue, moléstias da pele, paralisias gotosas, dores nos ossos, eczemas, dartros e impigens, sendo anunciado como um “poderoso depurativo e antirreumático”, além de constituir um medicamento “de sabor agradável”³⁹. Em um conjunto de caricaturas, o semanário mostrava a trajetória de um “republicano histórico” que mostrava a república com a qual sonhara, embasada em “um regime de liberdade, igualdade e fraternidade, onde houvesse a verdadeira democracia” e não a outra que se afirmara, a qual constituiria “uma degradação que assombra”⁴⁰. No julgamento do “Zé Povo”, representação da população brasileira, era atribuída uma visão crítica em relação ao Presidente Afonso Pena e elogiosa para com o político gaúcho José Gomes Pinheiro Machado, apontado como um defensor do regime, tanto que aparecia acompanhado de uma altiva dama republicana⁴¹. O trabalho diplomático realizado pelo chanceler José Maria da Silva Paranhos Júnior, Barão do Rio Branco, foi por diversas vezes elogiado pela folha ilustrada, como foi o caso de seu “aniversário natalício”, comemorado a 20 de abril, primeiramente tornando-o público, pela alegoria republicana, que, primeiramente, anunciava o acontecimento, ao tocar uma trombeta⁴²

³⁹ O MALHO. Rio de Janeiro, 20 mar. 1909.

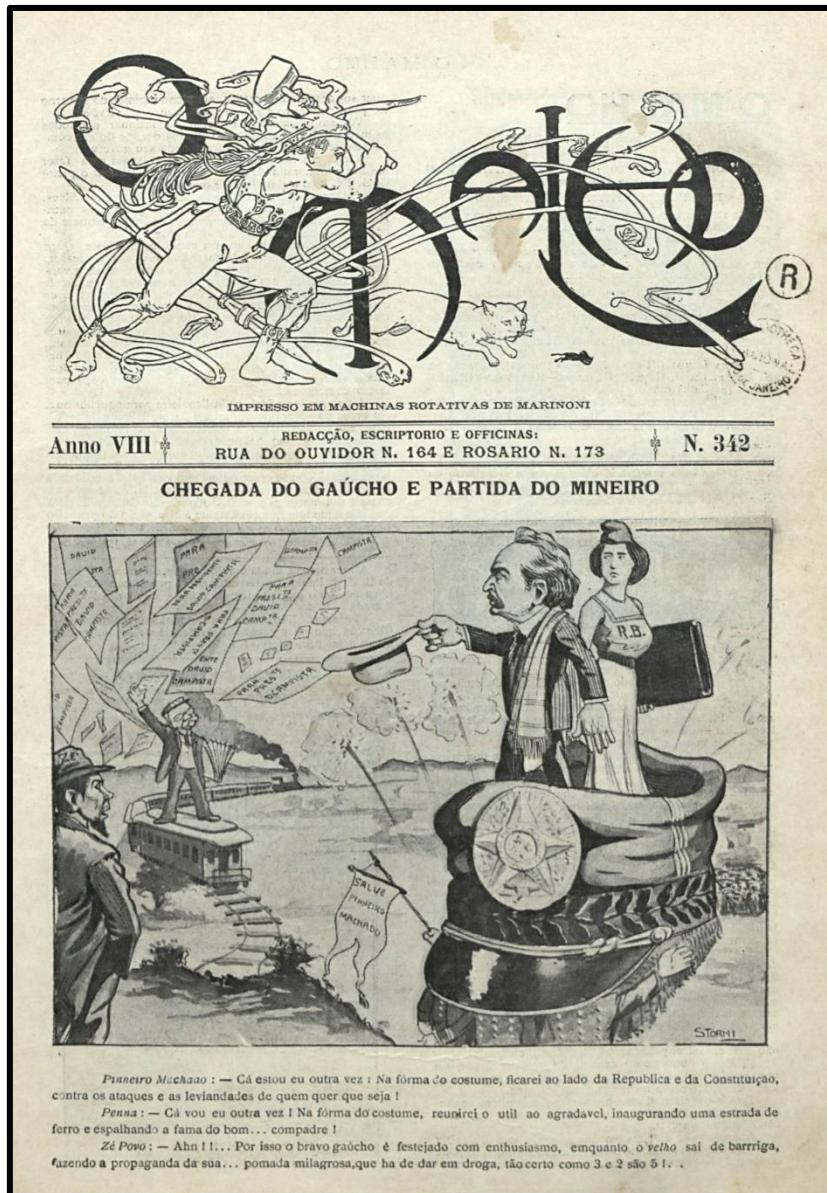
⁴⁰ O MALHO. Rio de Janeiro, 2 jan. 1909.

⁴¹ O MALHO. Rio de Janeiro, 3 abr. 1909.

⁴² O MALHO. Rio de Janeiro, 17 abr. 1909.



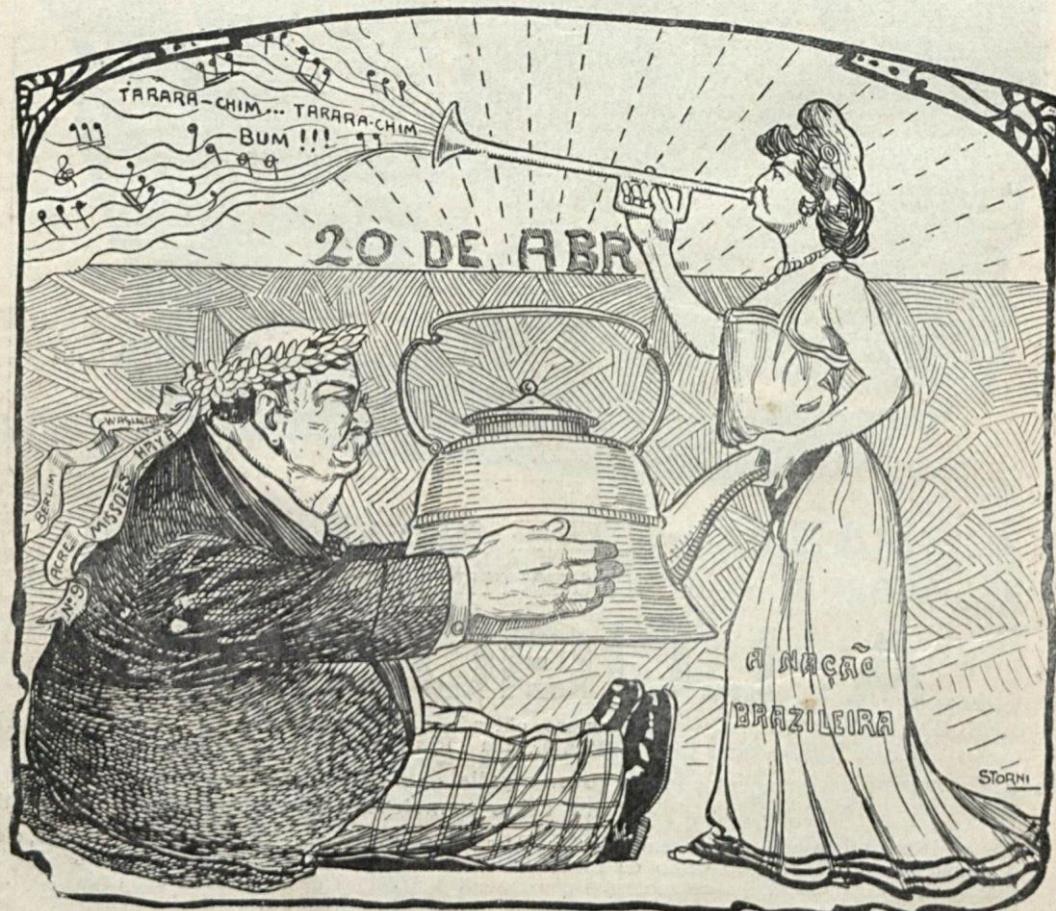




A MANIFESTAÇÃO DO DIA 20

Activam-se os preparativos para a grande manifestação nacional que vai ser feita ao barão do Rio Branco, em 20 do corrente, dia de seu aniversário natalício.⁹

(Dos jornais.)



*Ella : — Prazer sentindo, raro, alegre e altaneira,
Pegar-te vou, meu bem, no bico da chaleira.*

*Barão : — Pois, sim. Modestia à parte, agradecido fico,
Si o facto não trouxer futura agua no bico...*

Após anunciar as festividades pelo dia do nascimento do chanceler brasileiro, a dama republicana depositava uma coroa de louros associada aos Estados da Federação, no busto do Barão do Rio Branco, cujo nome era associado às questões diplomáticas que conseguira resolver favoravelmente ao Brasil, sendo o personagem considerado como um “leal e desinteressado servidor” e “propulsor incomparável da prosperidade e grandeza” da nação⁴³. Com o falecimento do Presidente Afonso Augusto Moreira Pena, a revista representava uma cena de seu velório, com a presença do Vice Nilo Peçanha, do Zé Povo, de soldados e da própria República, que pranteava o morto⁴⁴. Diante do desaparecimento do primeiro mandatário do país, a posse do Vice-Presidente Nilo Peçanha foi também representada por *O Malho*, com o novo governante assumindo o leme da presidência da “nau do Estado”, tradicional alegoria para designar o Brasil, tendo o ministério recém-nomeado como tripulação e contando com o aplauso do Zé Povo, além de contar com a presença da dama republicana que apontava o caminho a seguir⁴⁵. Quintino Antônio Ferreira de Sousa Bocaiuva, político, jornalista e um dos mais conhecidos propagandistas republicanos foi saudado pela publicação, recebendo uma homenagem do Zé Povo, ao oferecer-lhe “o busto de bronze da sua filha querida”, em alusão ao vigésimo aniversário republicano⁴⁶.

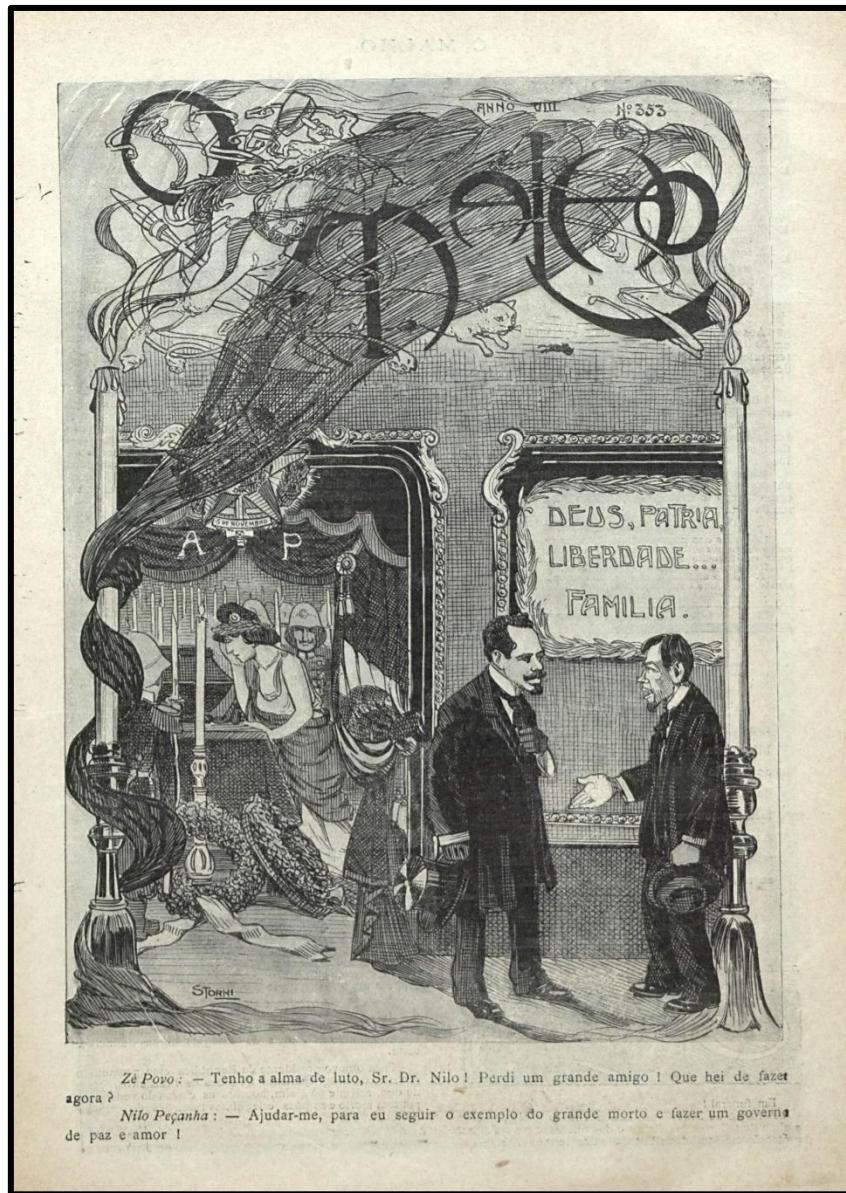
⁴³ O MALHO. Rio de Janeiro, 24 abr. 1909.

⁴⁴ O MALHO. Rio de Janeiro, 19 jun. 1909.

⁴⁵ O MALHO. Rio de Janeiro, 19 jun. 1909.

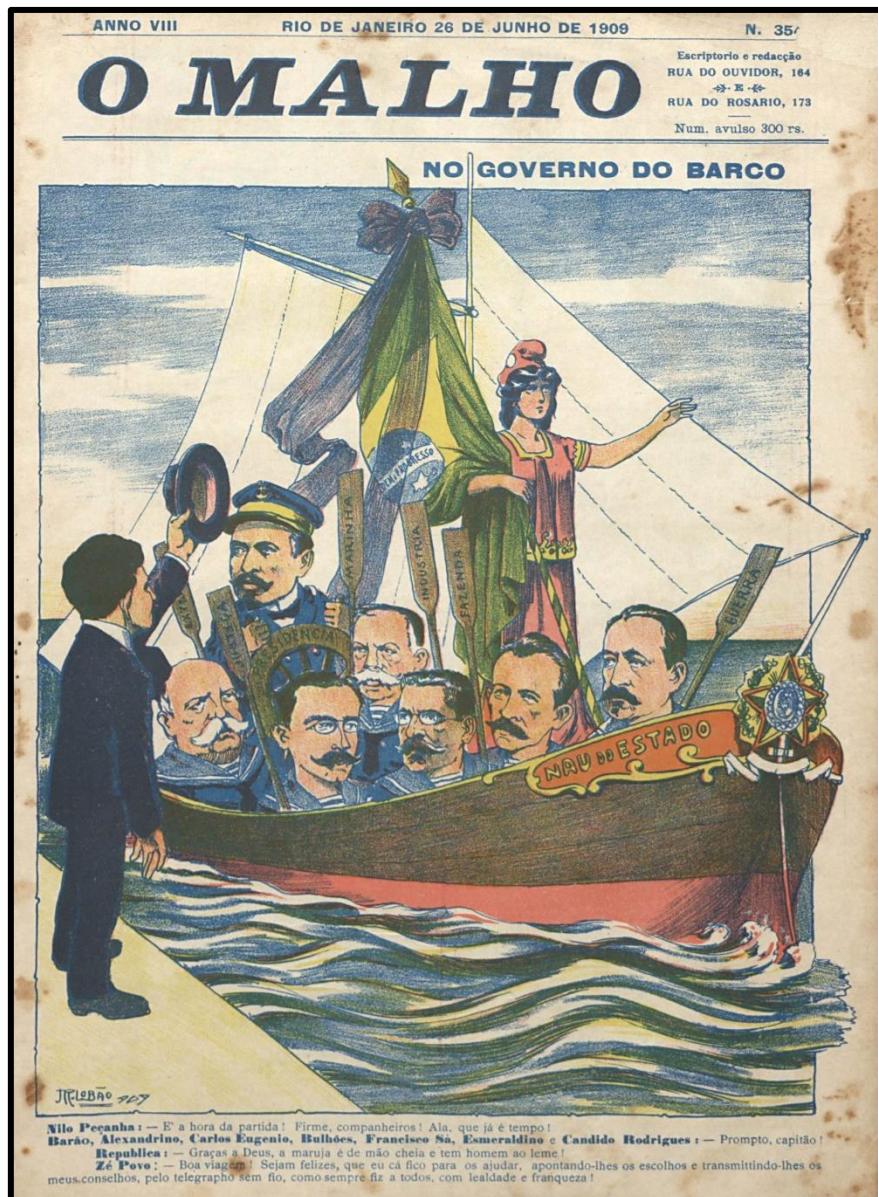
⁴⁶ O MALHO. Rio de Janeiro, 19 jun. 1909.

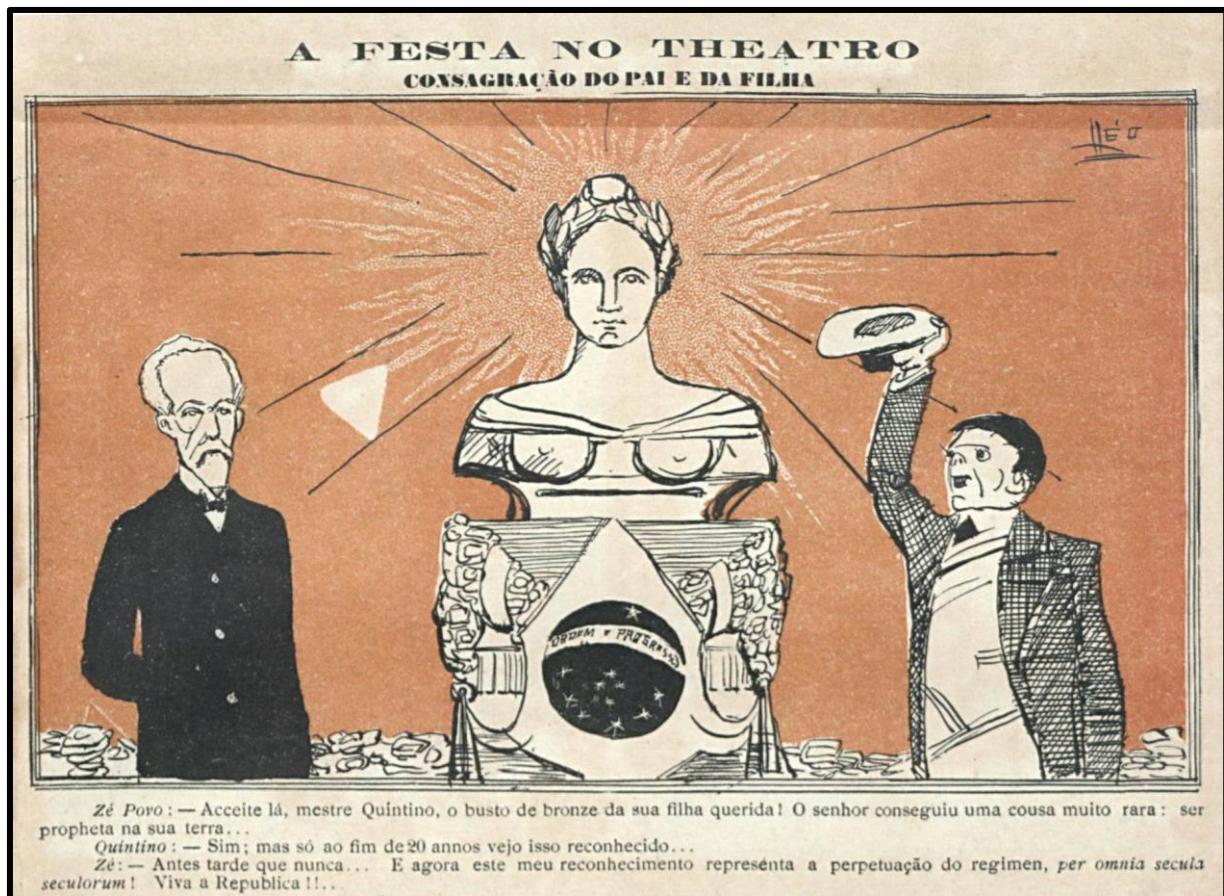




Zé Povo : — Tenho a alma de luto, Sr. Dr. Nilo ! Perdi um grande amigo ! Que hei de fazer agora ?

Nilo Peçanha : — Ajúdar-me, para eu seguir o exemplo do grande morto e fazer um governo de paz e amor !





Zé Povo: — Accele lá, mestre Quintino, o busto de bronze da sua filha querida! O senhor conseguiu uma cousa muito rara: ser propheta na sua terra...

Quintino: — Sim; mas só ao fim de 20 annos vejo isso reconhecido...

Zé: — Antes tarde que nunca... E agora este meu reconhecimento represénta a perpetuação do reglmen, *per omnia secula seculorum!* Viva a Republica!!!

Várias das representações alegóricas produzidas por *O Malho* traziam a figura republicana exercendo um protagonismo e atuando como uma personagem ativa no episódio retratado. Nesse sentido, a histórica rivalidade entre o Brasil e a Argentina era demonstrada como o enfrentamento entre duas mulheres-repúblicas, cada qual designando um dos países, que, de acordo com o

espírito de uma “paz armada”, utilizavam roupas cravejadas de espinhos, estando a brasileira, de maior tamanho, pronta para enfrentar a belicosa vizinha⁴⁷. Mais uma vez mostrando as duas alegorias referindo-se às repúblicas brasileira e argentina, o periódico mostrou com insatisfação o diferente tratamento que o comércio britânico dava ao Brasil e à Argentina, destinando gentilezas para aquele e atividades mercantis para com esta⁴⁸. A república teve igualmente uma postura ativa nas manifestações anticlericais, bastante comuns em meio à imprensa caricata de então, como ao expulsar um representante do clero, chutando-o para além das fronteiras nacionais⁴⁹, ou a tratar com escárnio um padre, no que tange ao jejum que o mesmo deveria realizar por ocasião da semana santa, bem como em relação aos tipos de alimentos que poderiam ser consumidos⁵⁰. Tal papel também foi demonstrado com a presença em primeiro plano de uma mulher considerada desprezível ao ser identificada com a “politicagem”, que estaria a semear deputados da pior qualidade, enquanto, ao fundo, sobre uma elevação do terreno, a mulher-república orientava o Zé Povo, apontando para os desmandos realizados por aquela “megera”⁵¹.

⁴⁷ O MALHO. Rio de Janeiro, 20 nov. 1909.

⁴⁸ O MALHO. Rio de Janeiro, 26 jun. 1909.

⁴⁹ O MALHO. Rio de Janeiro, 30 jan. 1909.

⁵⁰ O MALHO. Rio de Janeiro, 3 jul. 1909.

⁵¹ O MALHO. Rio de Janeiro, 13 mar. 1909.

O MALHO

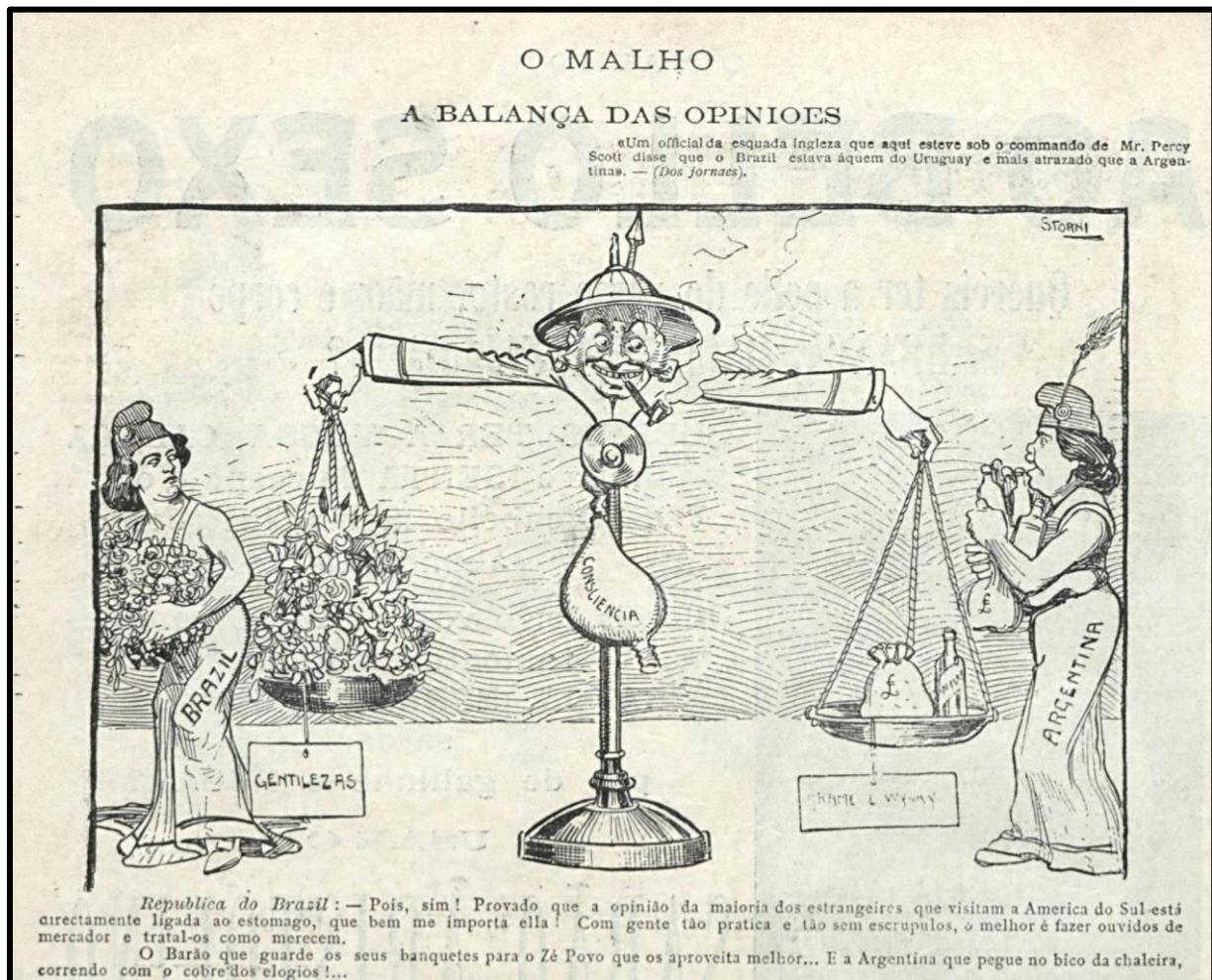
A PAZ ARMADA SUL AMERICANA

«De posse dos elementos belicos, votados pelo seu Congresso, a Argentina ficará armada até os dentes, e iniciará, então, a campanha de amizade com todos os seus vizinhos. (Dos jornais.)



República Argentina:— Quando usted quiera, *mi hermana*, aqui estoy para darle um abraço de fraternidad internacional...

República Brasileira: — Já te conheço, minha grande amiga e vizinha! Para esses abraços fraternaes me encontrarás sempre bem disposta e convenientemente preparada!...

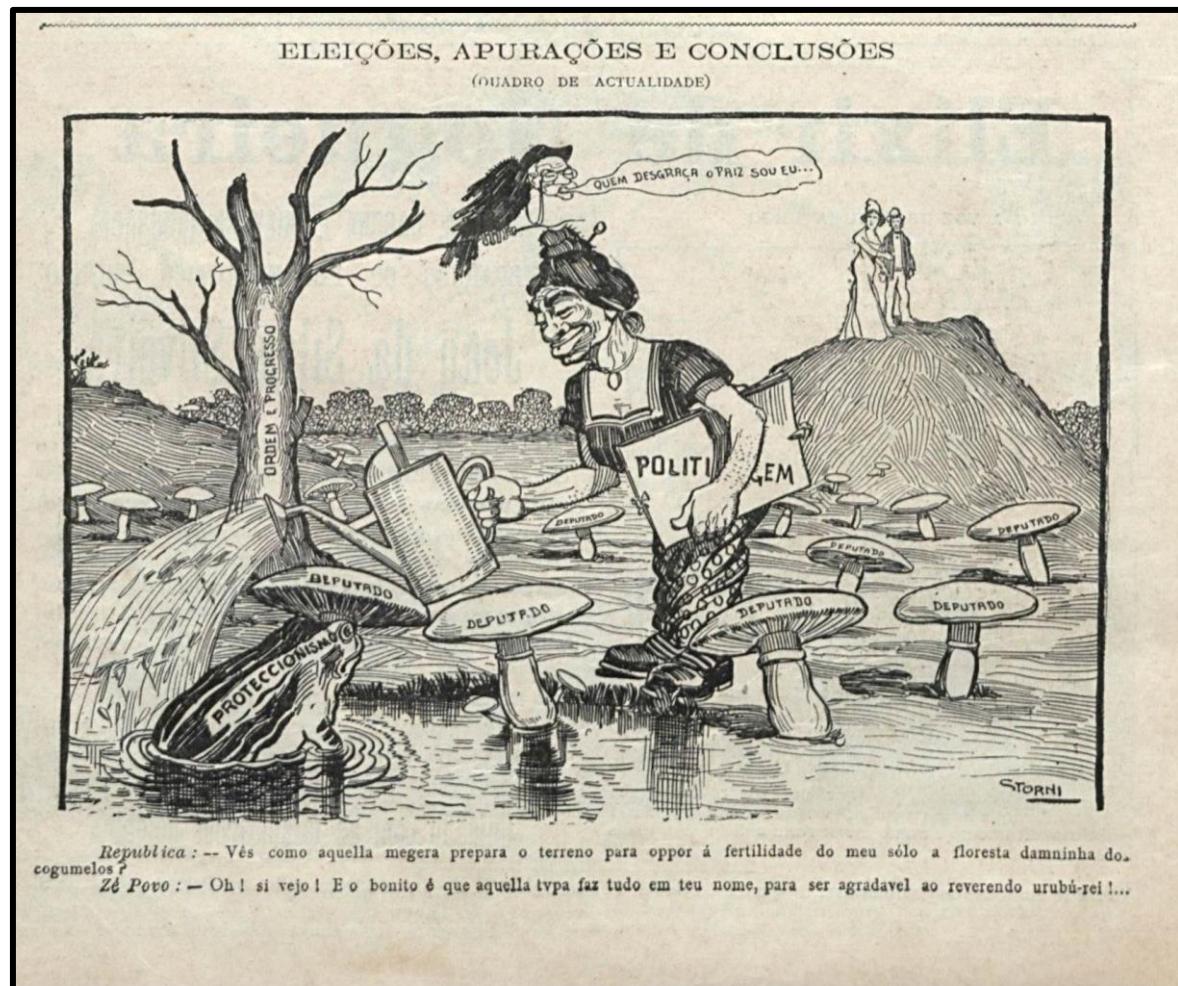


UMA IMITAÇÃO NECESSARIA



O que a nossa Republica devia fazer, imitando a franceza, para livrar a sociedade do *virus* do m o clero, que tanto se vai fazendo sentir ..





Uma república que tomava suas próprias decisões também apareceu ao ser perseguida por vários possíveis candidatos à Presidência, sendo que o primeiro deles considerava-se como aquele com maiores chances, por ser o preferido do Presidente do momento, ao que ela retorquia, dizendo que sua

escolha poderia recair sobre qualquer um dos outros⁵². O periódico chegava a imaginar uma reação da mulher-república, que conseguia livrar-se de várias das moléstias que lhe atingiam, pois a mesma estaria com “a alma doentia e neurastênica”, e encontrara a cura a partir de “um poderoso reativo, composto de pura essência republicana”, ou seja, um medicamente relacionado à campanha presidencial do marechal Hermes da Fonseca⁵³. Com os deputados intrinsecamente ligados às disputas pela sucessão presidencial, os trabalhos parlamentares estariam ficando abandonados, com o acúmulo de projetos e relatórios que não eram votados, situação frente a qual a república reclamava peremptoriamente, enquanto o Zé Povo considerava que os políticos estariam em verdadeira “greve”, deixando de lado os verdadeiros “interesses nacionais”⁵⁴. Perante uma manifestação pública que saíra do controle, levando inclusive à ocorrência de mortes, a dama republicana considerava tais acontecimentos como inaceitáveis e cobrava providências, contando com a garantia do Presidente da República de que as medidas legais seriam adotadas enquanto o Zé Povo se dizia aliviado ao perceber que seriam apurados os culpados pelo ocorrido⁵⁵. Por ocasião da campanha presidencial, o periódico apresentava um conjunto de caricaturas intitulado “O carnaval da república”, mostrando várias cenas do cotidiano político do momento, na forma de carros carnavalescos, contando um deles com uma mulher-república, que se mostrava decidida a

⁵² O MALHO. Rio de Janeiro, 15 maio 1909.

⁵³ O MALHO. Rio de Janeiro, 29 maio 1909.

⁵⁴ O MALHO. Rio de Janeiro, 3 jul. 1909.

⁵⁵ O MALHO. Rio de Janeiro, 2 out. 1909.

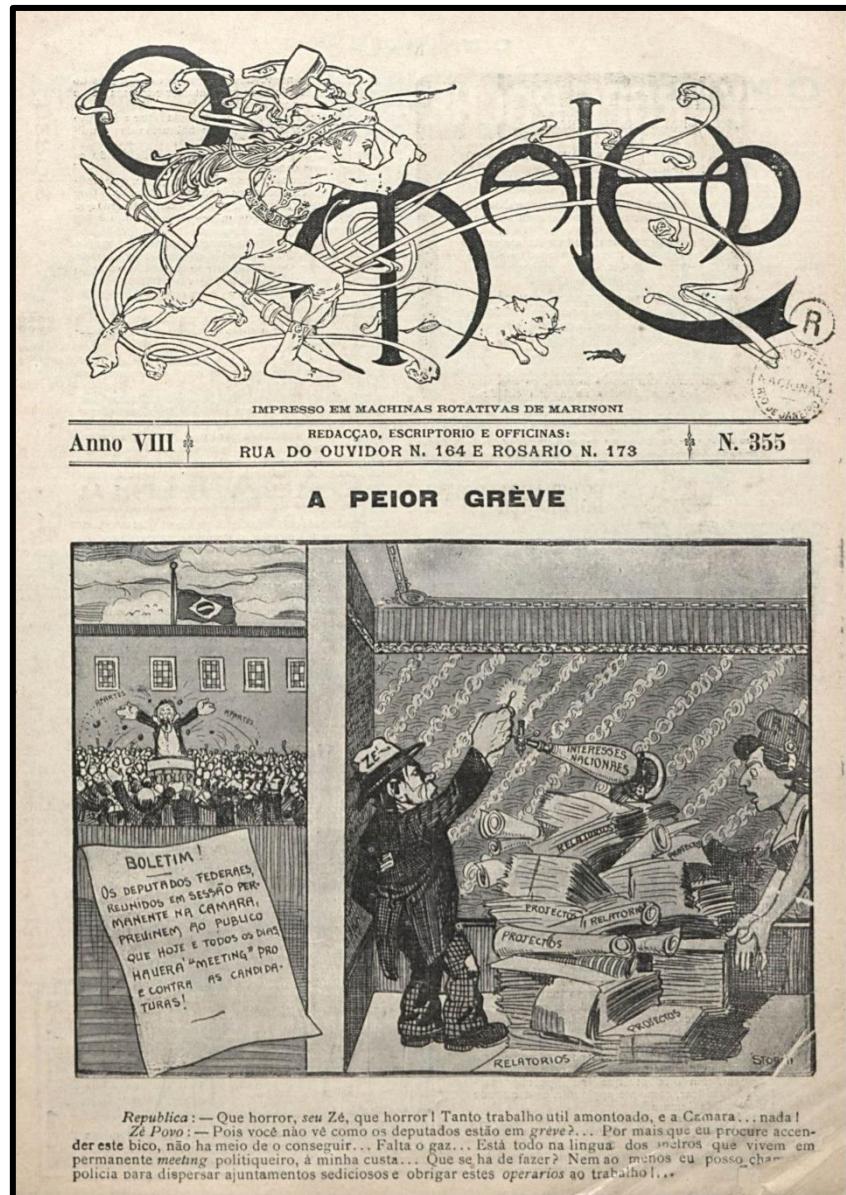
escolher entre os candidatos “preparados” e os “não-preparados”⁵⁶. Uma outra república ativa reclamava da falta de garantias legais que evitasse a corrupção eleitoral⁵⁷.

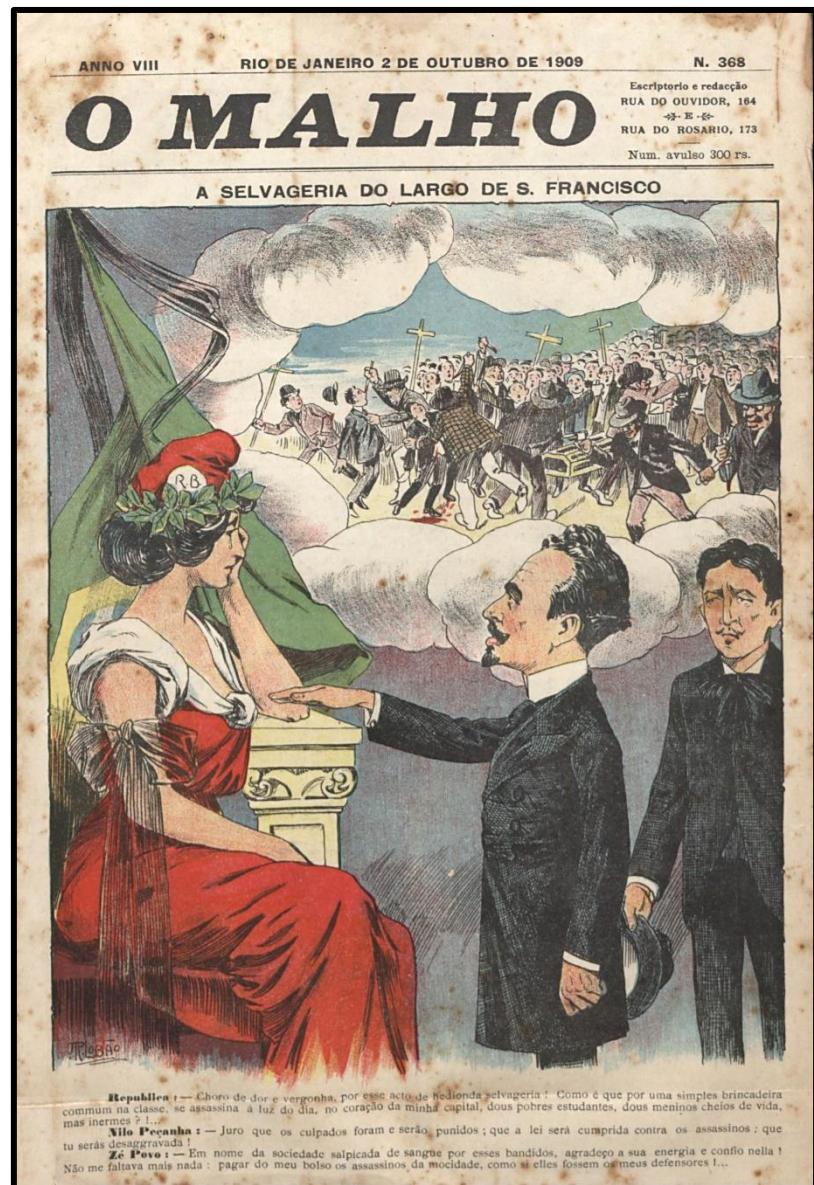


⁵⁶ O MALHO. Rio de Janeiro, 20 nov. 1909.

⁵⁷ O MALHO. Rio de Janeiro, 27 nov. 1909.











Por outro lado, *O Malho* mostrava uma mulher-república marcada pela passividade, em geral dominada e colocada ao bel-prazer dos homens públicos. Em uma dessas ocasiões, a república conversava com o Tio Sam, representação do imperialismo estadunidense, com ele dispondo-se a enfrentar possíveis resistências para garantir vantagens comerciais ao seu país, enquanto ela confessava “muito caipora com os homens que me dominam”⁵⁸. Um conjunto de caricaturas denominado “Cestos e frases” mostrava algumas “despretensiosas ‘maquetes’ para futuras estátuas, perpetuando a ‘pose’ e as palavras de algumas celebridades contemporâneas”, construindo comicamente alguns monumentos para atores da vida política brasileira, sendo um deles o republicano histórico José Lopes da Silva Trovão, que tecia críticas aos rumos do republicanismo brasileiro, colocando-se na imagem estatária como um protetor da sua “filha-república”⁵⁹. Já “Sonho e pesadelo” trazia outro conjunto caricatural que estaria a refletir jocosamente os devaneios que um possível candidato à Presidência, Davi Campista, tinha em relação à sua ambição pelo poder, sendo dois deles vinculados à dama republicana, a partir da imaginação de que poderia conquistá-la convidando-a a “acompanhar o rigor da moda” e, “como toda a mulher” seria “vaidosa por instinto”, viria a ajudá-lo a dilapidar os cofres públicos na prática de futilidades⁶⁰.

⁵⁸ O MALHO. Rio de Janeiro, 23 jan. 1909.

⁵⁹ O MALHO. Rio de Janeiro, 31 jan. 1909.

⁶⁰ O MALHO. Rio de Janeiro, 27 mar. 1909.

CONSELHOS DO TITIO

República Brasileira : — Quo me diz o senhor da minha sorte? P. I. vira de honra como me considero muito caipora com os homens que me dominam...

Tio Sam : — Yes! Mas mim não gosta de mette narriz nesse coisa de politica... Mim só diz que todo 'esso gente ter pouco juiza, em sacrifício paiz noyo aos ambicões de politicage... Mim só trata de coisas positivas, e nesse caminha, mim vê que você vai muito mal... Por exemplo: esse negocio de povoamento do sol... Deixa essas brincadeiras de embixadis de oura ou de qualquer outra metall Manda volta todo esse gen e de bobice, entrega uma arrada a cada uma e diz: «Mim já não pôde mais sustenta pansas, portanto; si vocês não quer morre de fome, vai para o campo e trabalha: não pôde mais vive à custa do suor dos outros.

Recebe e coloca bem alguns centenas de familias, faz com que elles fiquem satisfeitos na nova-patria e verá como em pouco tempo tens um corrente immigratoria para todos os pontas...

A re portas de Alfandega já concurrencia mundial, amparra sómente industria serrão que manufacturá, unicamente productos de agricultura das Brazil, diz a esses industrias de meio carra, que vão também planta batatas, porque está terminadu tempo de vaques gordas e que Brazil está resolvida a acaba com todos parrasitas, com todos as pestes que vivem à custa dos classes laboriosas...

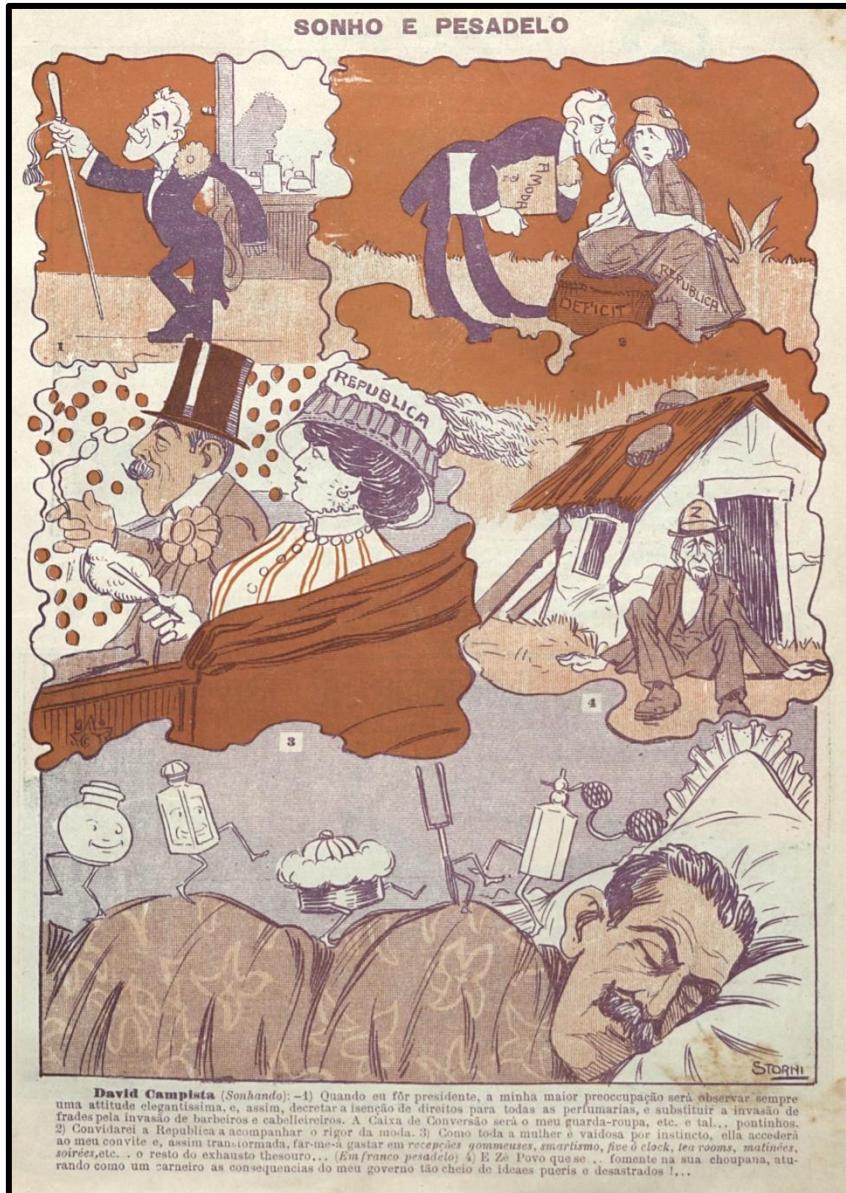
República Brasileira : — Chi! titio!... Isso vai mexer com muitas casas de mribondos!...

Tio Sam : — Não faz mal! Antes você supporta seus ferroadas noite de tisica do algibeira!...



3) LOPES TROVÃO - «Ave Penna! Mori-
turus te salutat!»

Traducção: Vê, filha, a aridez do monte!



A atribuição de um caráter passivo à alegoria feminina republicana foi demarcada em caricatura que mostrava tal figura passeando alegremente com o Presidente, contando com a reprevação do Zé Povo, que a considerava como uma “Maria-vai-com... os outros”, aceitando qualquer tipo de companhia⁶¹. Uma crítica mais contundente contra o Presidente mostrava-o como uma ave de rapina que destroçava o ventre de uma figura feminil desfalecida que representava a constituição, enquanto a mulher-república, como uma “pobre mãe”, chorava aflitivamente, ao passo que o Zé Povo pedia auxílio para dois personagens da vida política nacional de então⁶². Na mesma linha, a mesma personalidade presidencial aparecia esbravejando acerca da escolha de seu sucessor, ao mesmo tempo em que pisoteava a constituição e desferia um chute na própria república⁶³. Revelando suas preferências em relação à predileção do Presidente em relação à sucessão presidencial, o hebdomadário mostrava a república-presidência sendo conquistada pelo personagem político que lhe parecia a melhor opção⁶⁴. A perspectiva era a mesma, em caricatura na qual o candidato preferencial do Presidente aparecia sendo preterido pela dama republicana, que aparecia de braços dados com Hermes da Fonseca, que viria a ocupar o cargo presidencial, constituindo um casal que estaria a contar com a simpatia de parte do Zé Povo⁶⁵.

⁶¹ O MALHO. Rio de Janeiro, 17 abr. 1909.

⁶² O MALHO. Rio de Janeiro, 8 maio 1909.

⁶³ O MALHO. Rio de Janeiro, 22 maio 1909.

⁶⁴ O MALHO. Rio de Janeiro, 29 maio 1909.

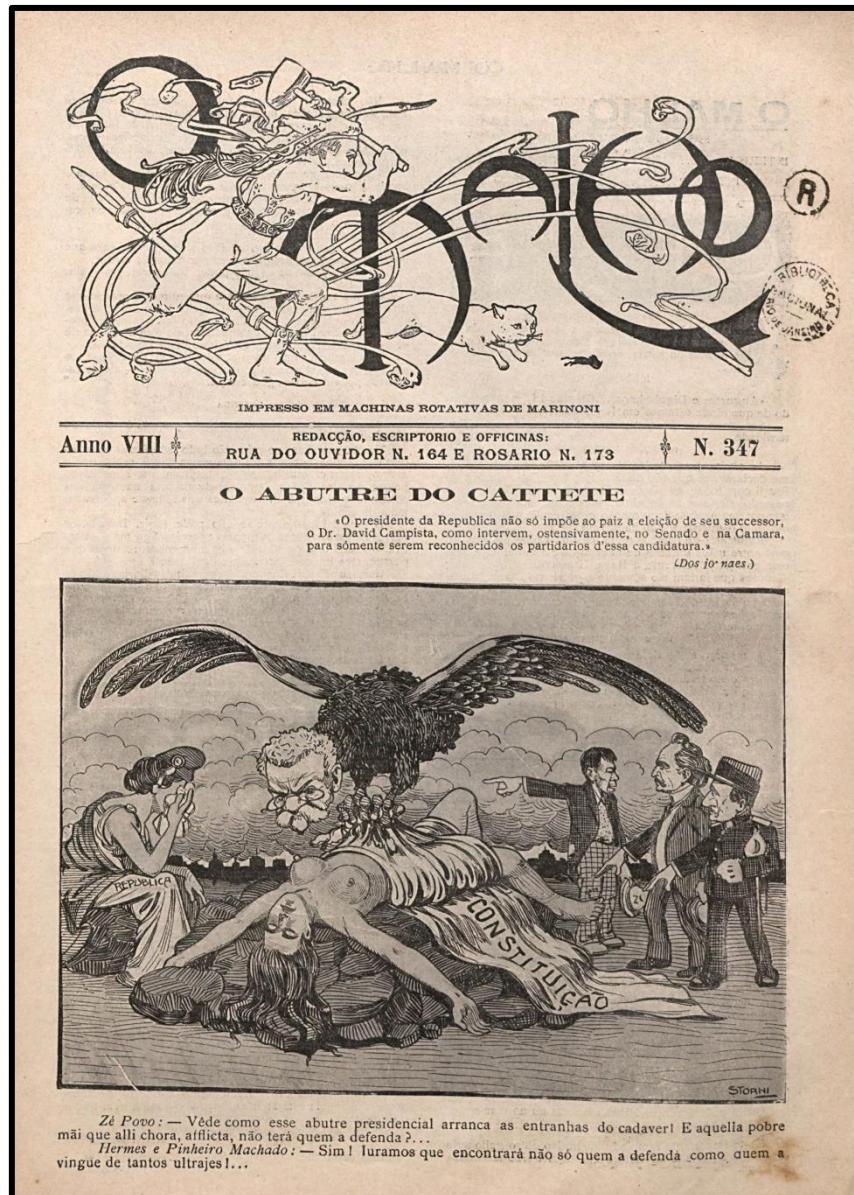
⁶⁵ O MALHO. Rio de Janeiro, 12 jun. 1909.

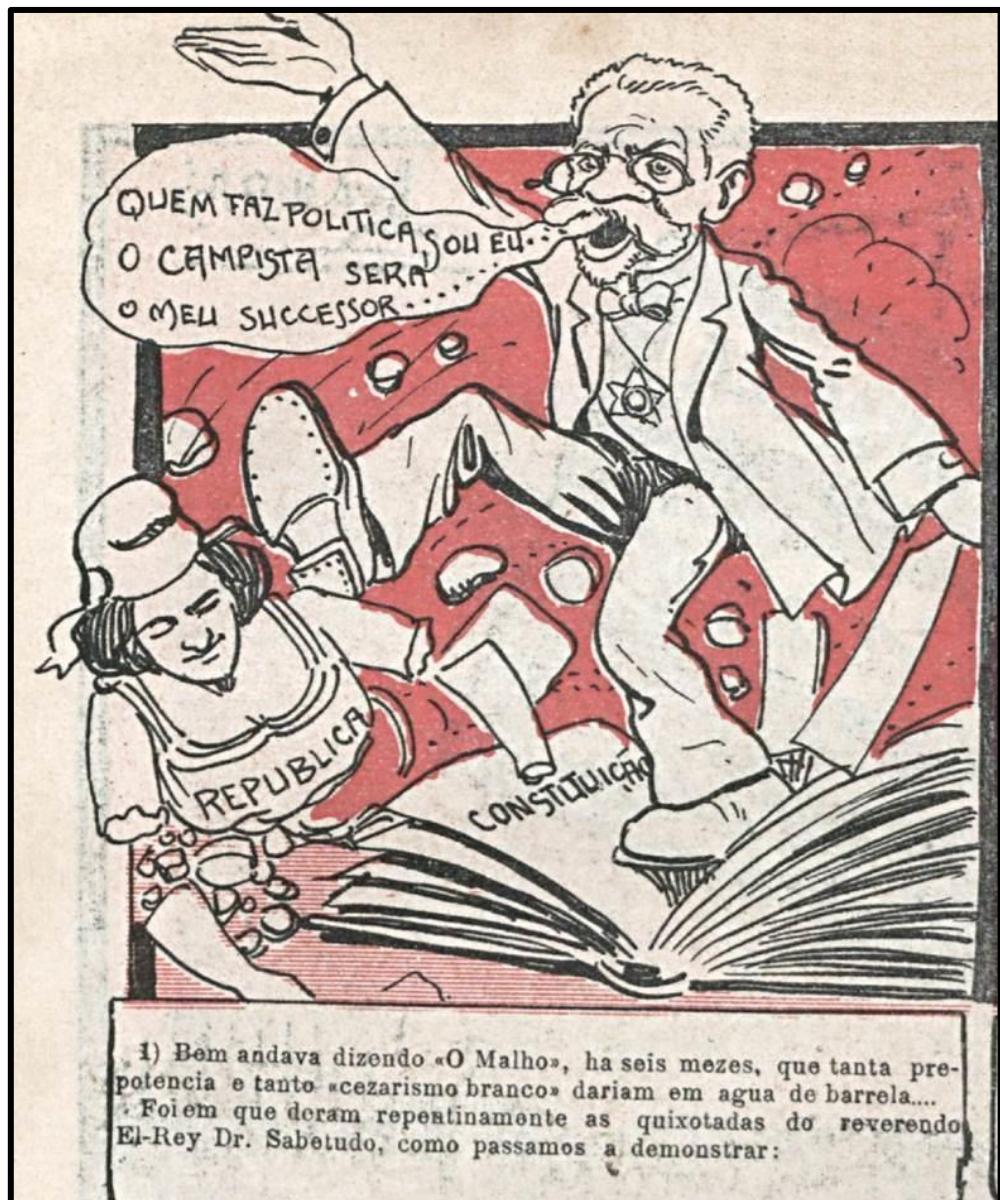
SI NÃO FOSSE O MAO GOSTO...



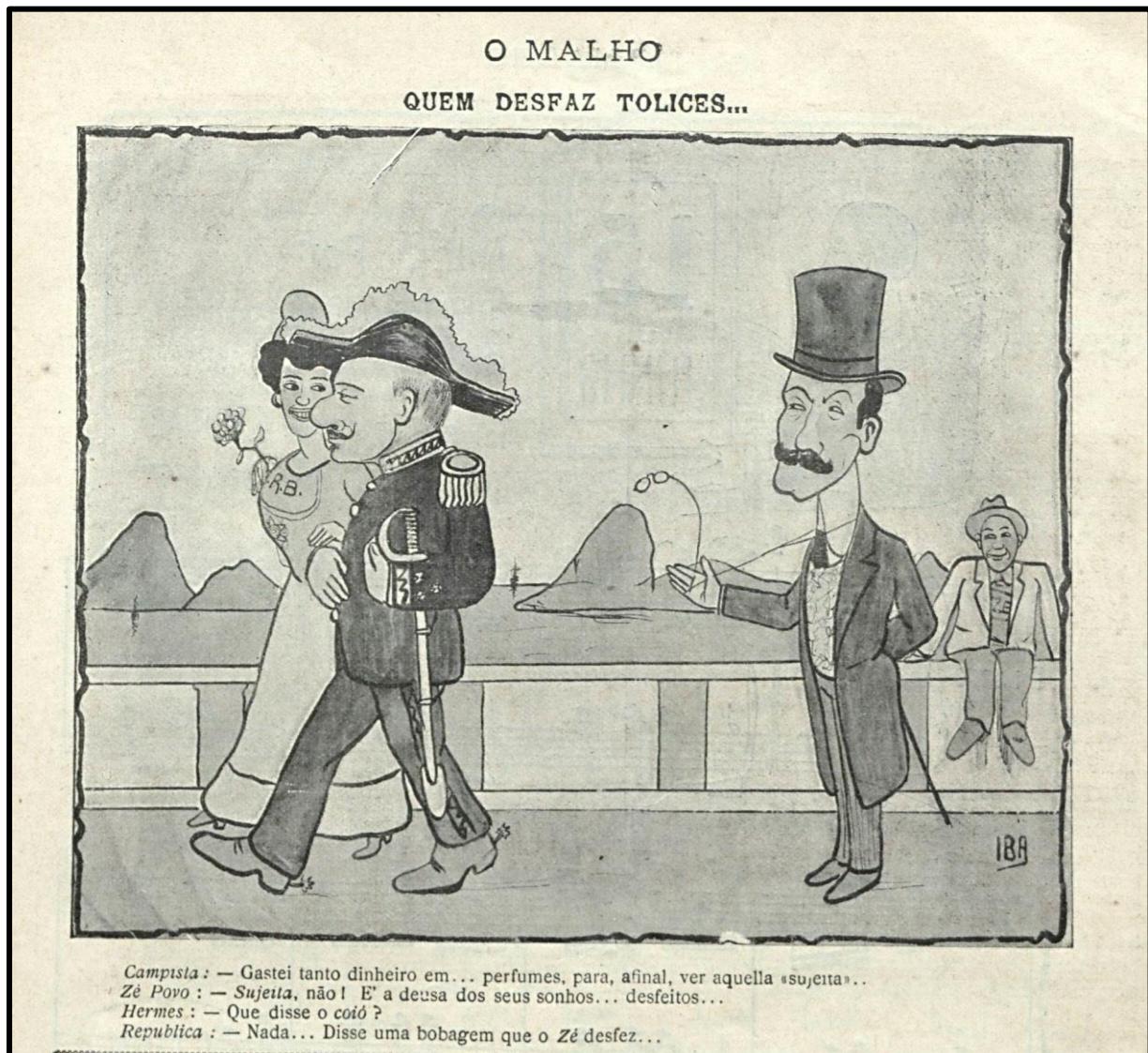
Zé:—Como ella vai toda *gangenta* com o *papa-missas*! Si amanhã o presidente for um judeu, um maçon, um espirita, um budista, um.. qualquer cousa, ella marchará da mesma forma: derretendo-se toda!

Decididamente esta Republica é uma Maria—vai—com...os outros... Não tem ou tem máo paladar!...









A mulher-república surgia também como apoiadora de um parlamentar que se batia pela candidatura Hermes da Fonseca, enfrentando abertamente seus opositores⁶⁶. Após a morte do Presidente da República e a posse de seu Vice, Nilo Peçanha, este aparecia como um enamorado em um banco de praça, que buscava conquistar a dama republicana, a qual parecia gostar de ser por ele cortejada⁶⁷. O mesmo Peçanha aparecia tentando proteger a alegoria republicana de deputados supostamente arruaceiros que os apedrejavam, para protesto do Zé Povo e a constatação da figura feminina de que não teria valido “a pena ter nascido”, para, com “vinte anos de existência, ser vítima destas molecagens”⁶⁸. Tal construção alegórica feminil surgia também a puxar os aplausos para o Presidente da República, trazendo para ele o protagonismo do momento, uma vez que tal personagem teria constituído em si “o poder de dissipar a pesada atmosfera” que cercara o vigésimo aniversário republicano, ao transformar a ocasião em um “sol radioso de alegria e vivificante de civismo”⁶⁹. Uma atitude de Nilo Peçanha quanto aos meios de transporte, ainda que contrária aos “interesses ingleses” foi apoiada pelo periódico, que mostrou o político como piloto de um automóvel, tendo a mulher-república no banco de carona, não medindo esforços para elogiar o governante⁷⁰.

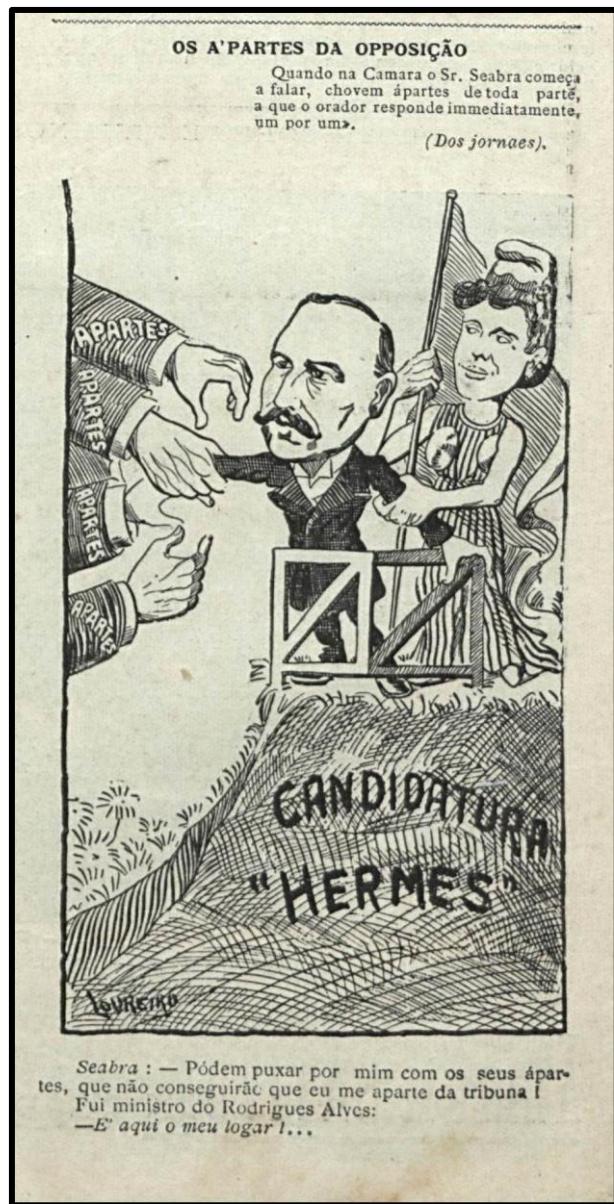
⁶⁶ O MALHO. Rio de Janeiro, 19 jun. 1909.

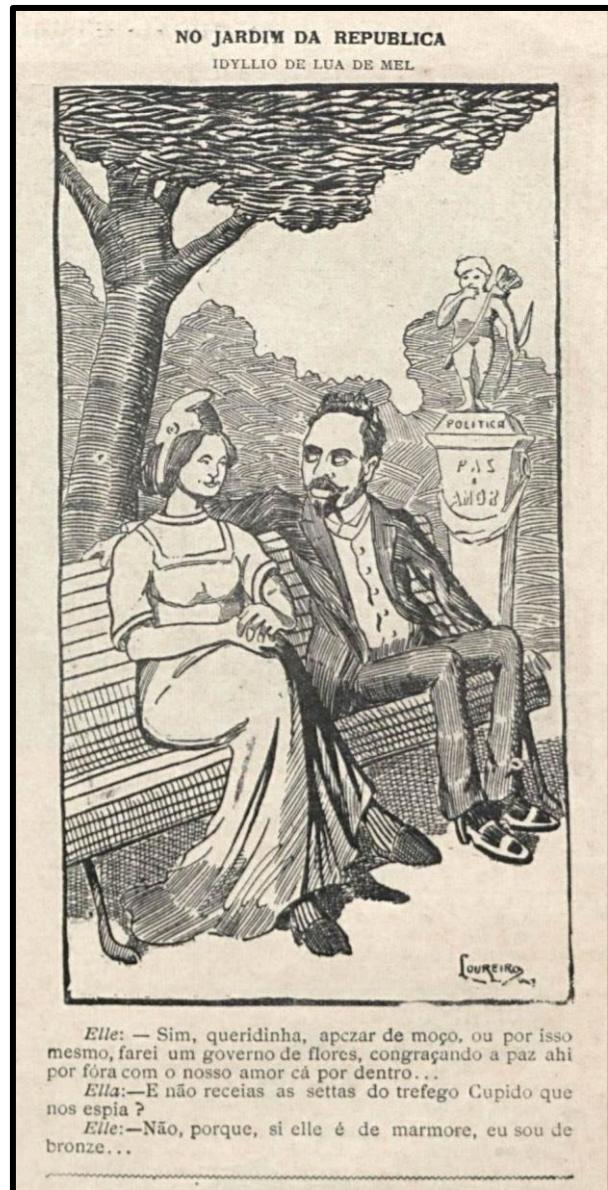
⁶⁷ O MALHO. Rio de Janeiro, 3 jul. 1909.

⁶⁸ O MALHO. Rio de Janeiro, 13 nov. 1909.

⁶⁹ O MALHO. Rio de Janeiro, 20 nov. 1909.

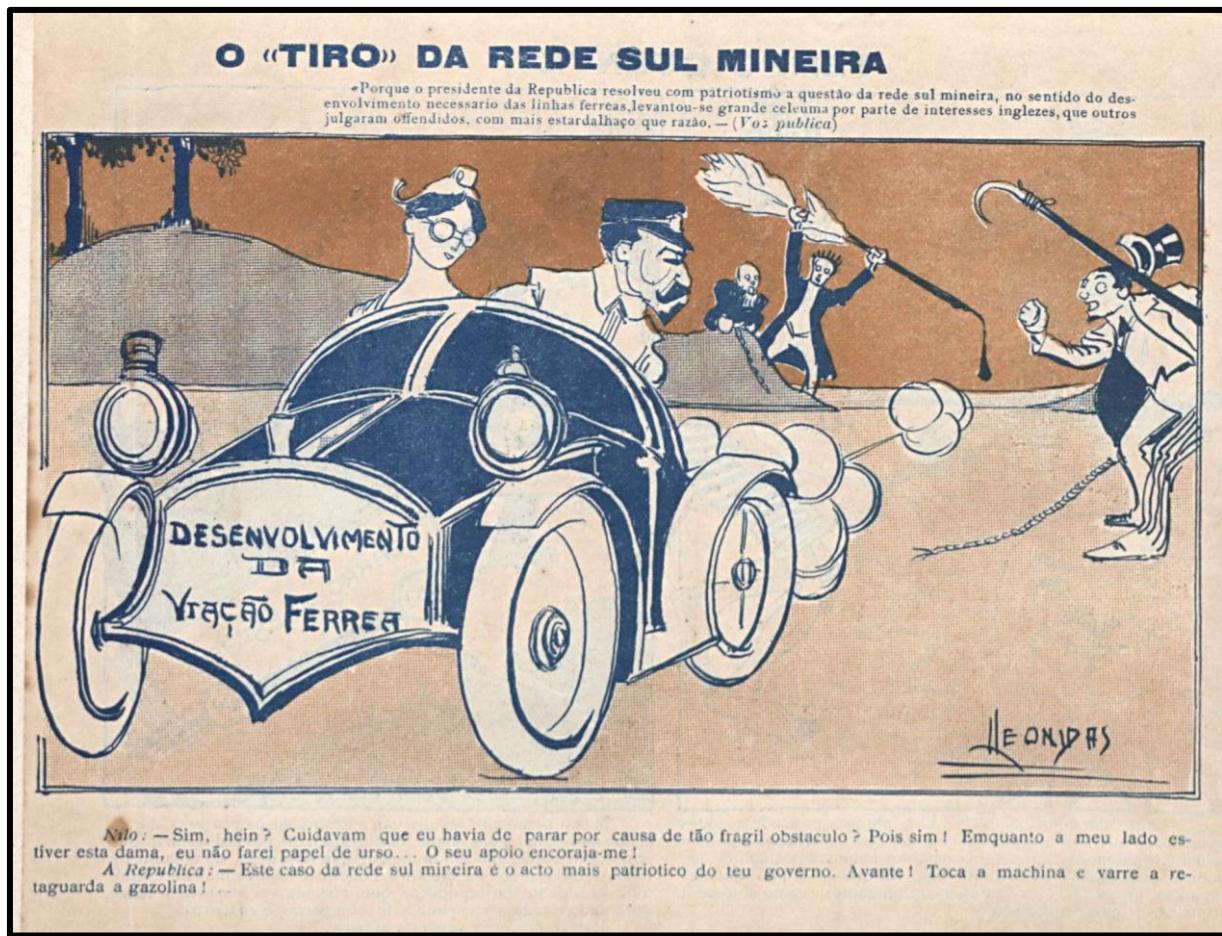
⁷⁰ O MALHO. Rio de Janeiro, 11 dez. 1909.











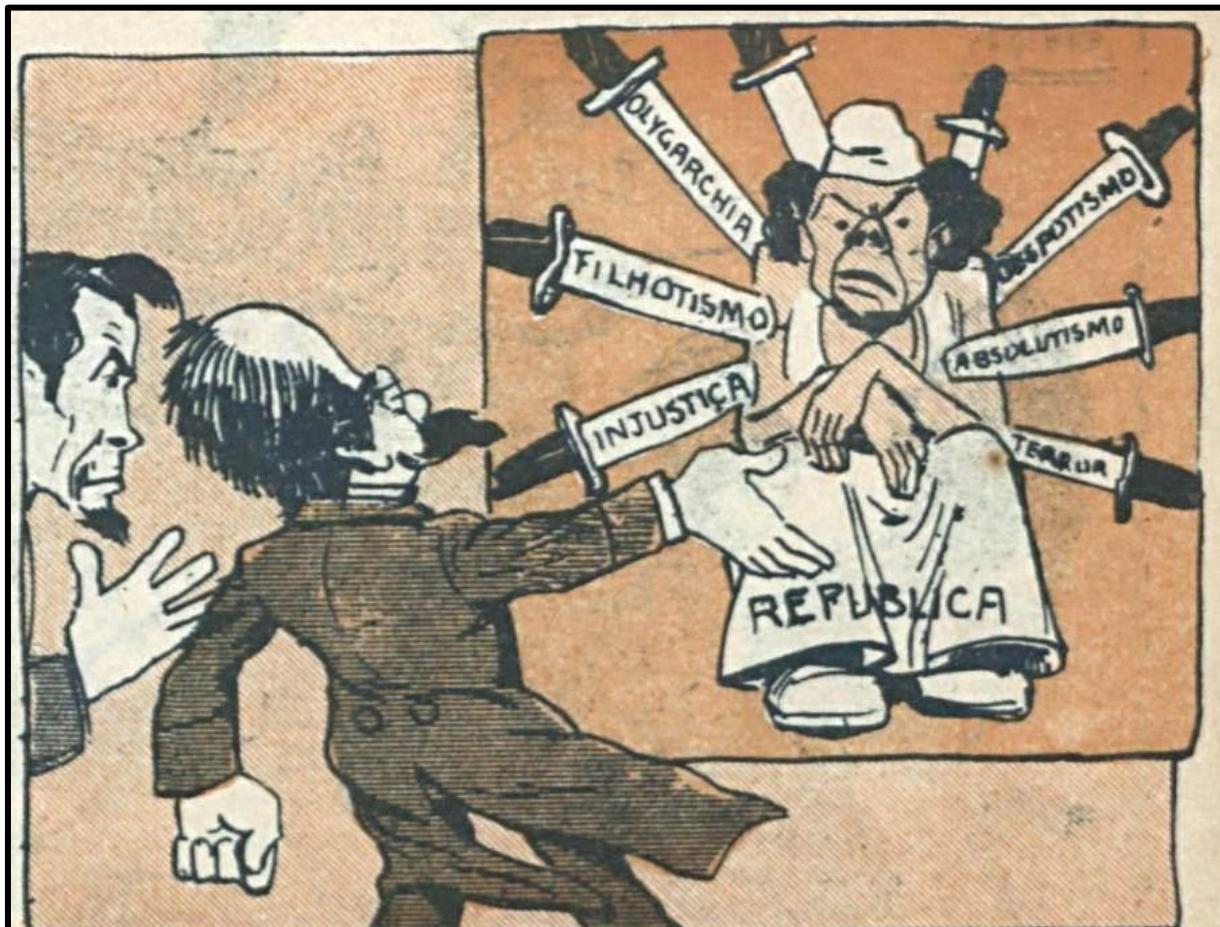
A dama republicana também surgiu nas edições de 1909 de *O Malho*, em situações bem mais precárias, na busca de demonstrar os desmandos e precariedades que afigiam o país, em um quadro pelo qual tal alegoria aparecia como adoentada, destruída e até morta, bem como degradada moral e fisicamente. Nesse sentido, um conjunto caricatural carregava nas cores da

pilhária, para mostrar um personagem político que se julgava um indivíduo íntegro e, portanto, compatível com a realização de críticas, como ao mostrar para o Zé Povo “o massacre de que é vítima a nossa infeliz República”, estando tal figura cravejada de punhais identificados com alguns dos males que a estariam aniquilando, como o “despotismo”, o “absolutismo”, o “terror”, a “injustiça”, o “filhotismo” e “oligarquia”⁷¹. A república era apresentada ainda acometida de um mal que afligia a sua pele, aparecendo inúmeras chagas que maculavam seus braços, sendo as mesmas relacionadas com o papel pernicioso que as “oligarquias” estariam exercendo na vida política nacional desde tempos bastante pretéritos, ao passo que o Presidente só contava com um recipiente de azeite para amenizar a doença, considerando-o como um remédio insuficiente para “curar feridas e profundas”, que afetavam o Brasil⁷². Em outra caricatura a mulher-república aparecia prostrada em uma cama, enfraquecida e com a saúde debilitada, aparecendo os homens públicos como médicos que estariam a buscar providências que servissem para recuperar as condições físicas da paciente, estando do lado republicano o Presidente Afonso Pena e o seu preferido para sucedê-lo Davi Campista, enquanto pelo prisma monárquico, surgia a figura de Afonso Celso de Assis Figueiredo, o visconde de Ouro Preto, último chefe de gabinete do período imperial que propunha o retorno à forma de governo anterior, como medida para amenizar os males da doente, não chegando a haver discordância aberta dos demais, desde que permanecessem no poder⁷³.

⁷¹ O MALHO. Rio de Janeiro, 16 jan. 1909.

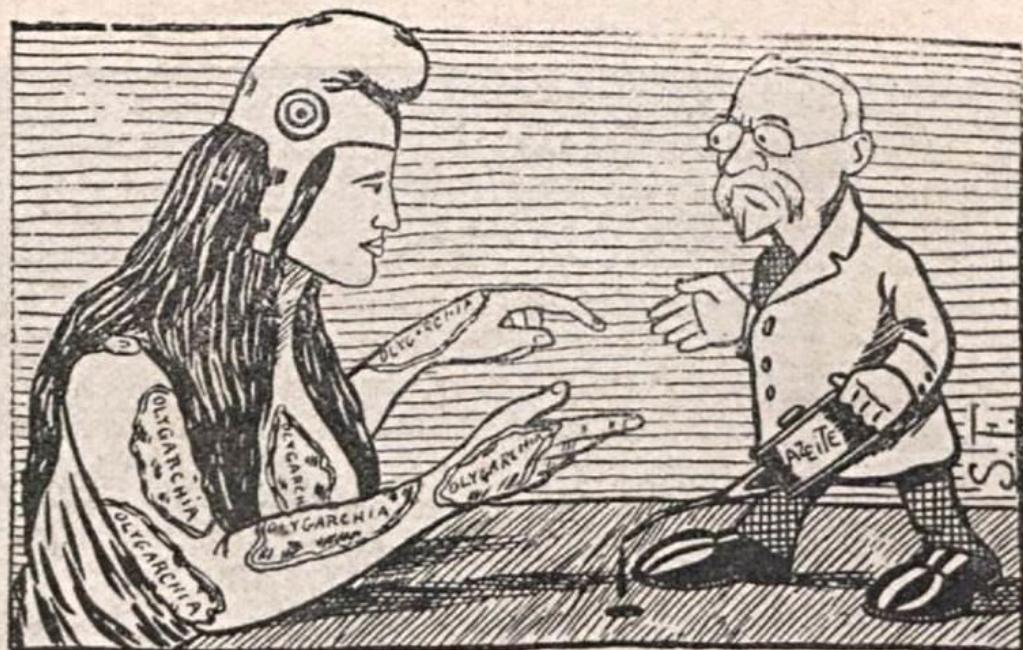
⁷² O MALHO. Rio de Janeiro, 23 jan. 1909.

⁷³ O MALHO. Rio de Janeiro, 6 fev. 1909.



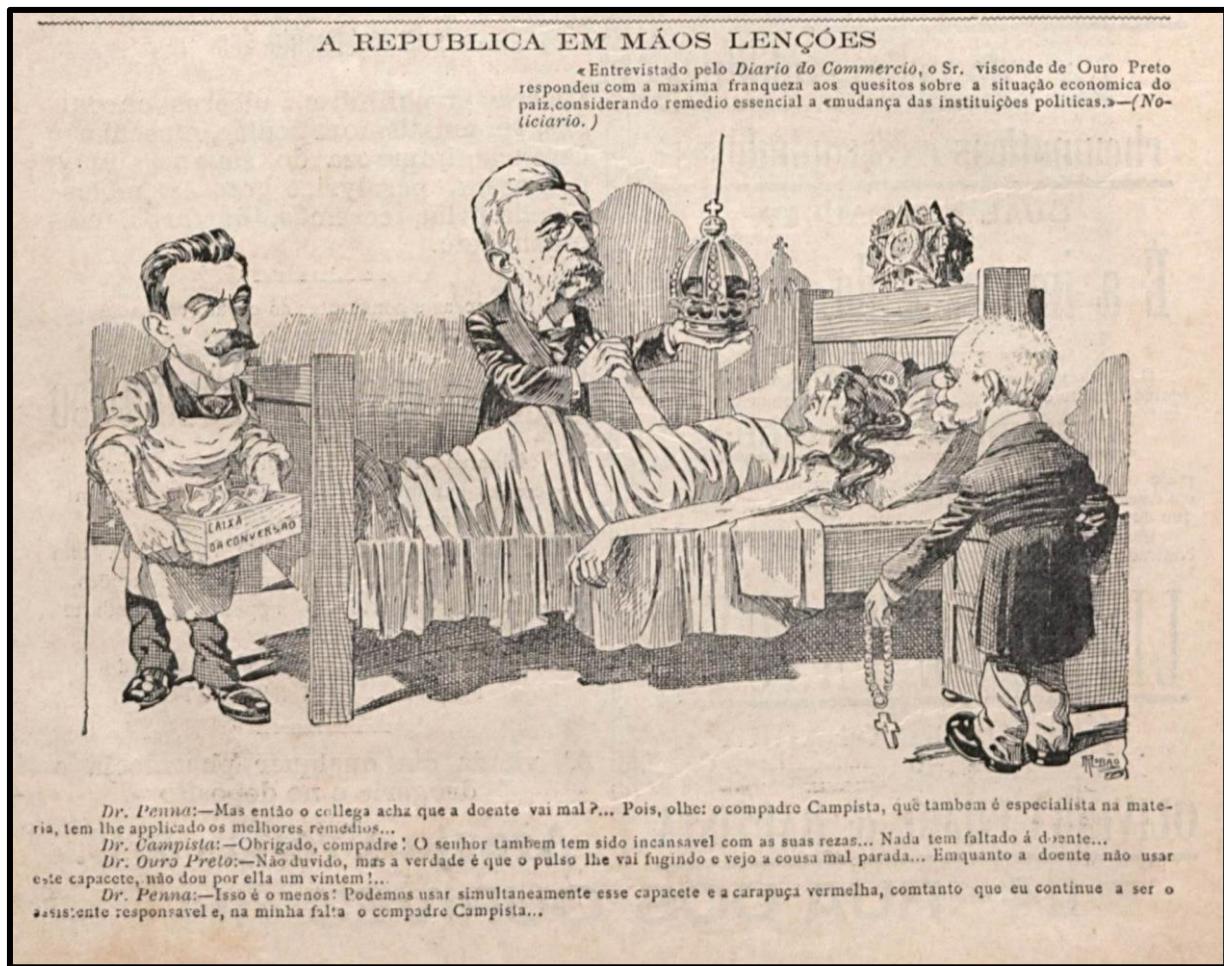
2) Ao saber o motivo da entrevista, o dr. Papa-Subsídio, assumiu *incontinenti* uns ares trágicos, e em tregeitos de artista de cinematógrafo, principiou por mostrar ao Zé o massacre de que é vítima a nossa infeliz Repúblca !

NAO TEM MAOS A MEDIR...



República : — Veja, Sr. conselheiro, estas malditas chagas que me debilitam e me arruinam ! Um remedio, um remedio que me livre de taes feridas !

Penna : — Filha, sinto muito, e tenho muita pena de ti, porém com meu azeite não posso curar feridas antigas e profundas ! Além disso, preciso delle para ver se tiro a *ferrugem* da Capital Federal, que tanto me estraga o capítulo...



A representação alegórica feminil chegou a ser mostrada morta, no caso assassinada pelo próprio Presidente que, tal qual um membro da inquisição, à frente de outros que designavam oligarquias estaduais, utilizando o punhal da "ditadura" e afirmando que não teria limites para a sua ação, tirara a vida da

“república-constituição”, que jazia ao chão, seminua e ensanguentada⁷⁴. Com humor, a caricatura da revista apresentava as “profecias” de Múcio Teixeira, poeta gaúcho que se radicara no Rio de Janeiro, passando a dedicar-se ao “ocultismo” e adotando o pseudônimo de Barão Ergonte, tendo ele realizado uma “profecia sensacional”, ao prever a morte de alguém cujas iniciais eram “R.B”, trazendo uma péssima “sensação” em relação aos possíveis “candidatos” à morte, ou seja, os políticos Rui Barbosa e o Barão do Rio Branco, além da própria figura feminina republicana que aparecia acabrunhada com a possível chegada do fim de seus dias⁷⁵. A “Casa da Mãe Joana” foi um conjunto caricatural que buscava demonstrar várias agruras pelas quais passava o país, sendo o último desenho destinado a uma república desnuda, com suas vestes rasgadas, “numa situação bem aflitiva e degradante”, sendo puxada para a lama pelas “garras de politiqueiros sem patriotismo”. O “15 de Novembro” foi também saudado de modo satírico e sarcástico, com a ilustração da bandeira nacional, tendo o lema modificado para uma espécie de “desordem e regresso”, com a presença de “politiqueiros cafajestes” e de uma mulher-república desesperada, cavalgando uma tartaruga em alusão à lerdeza dos progressos nacionais⁷⁶. Segundo o olhar caricatural do periódico, a degradação da imagem alegórica não seria só física, mas também moral, como no caso da “constituição-república” que compactuava com o desmando e a desmoralização que atingiam o país⁷⁷, assim como, em seu

⁷⁴ O MALHO. Rio de Janeiro, 20 fev. 1909.

⁷⁵ O MALHO. Rio de Janeiro, 6 nov. 1909.

⁷⁶ O MALHO. Rio de Janeiro, 13 nov. 1909.

⁷⁷ O MALHO. Rio de Janeiro, 5 jun. 1909.

aniversário, a mulher-república era apresentada como uma “rameira”, dançando alegremente com os políticos e mostrando-se cúmplice em relação aos rotineiros atos corruptos que marcavam o cenário nacional⁷⁸.



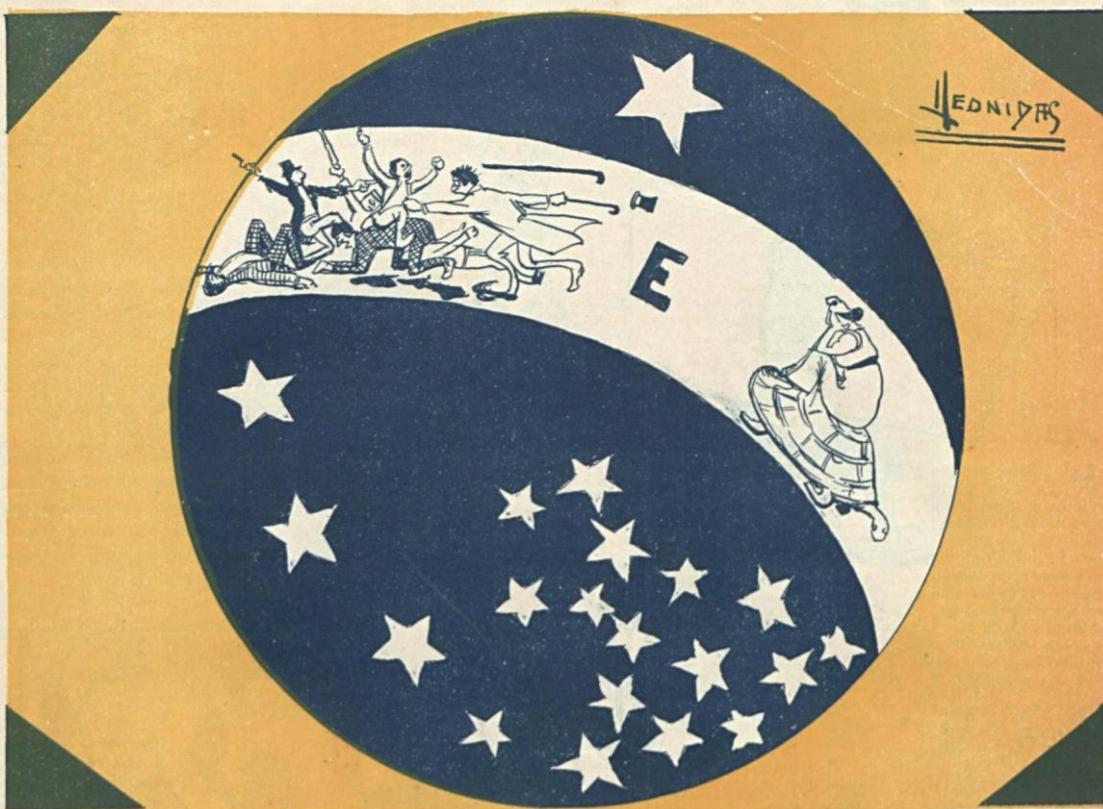
⁷⁸ O MALHO. Rio de Janeiro, 13 nov. 1909.



4) E' de imaginar a sensaçao que produziu nos tres personagens aqui presentes esta dolorosa revelaçao da cachola do Mucio, e o Brazil inteiro, aflieto, espera, tremulo, a chegada do dia fatidico !



15 DE NOVEMBRO



O lema da nossa bandeira — «ORDEM E PROGRESSO» — traduzido pelos factos...
Já é tempo de se concertar isso, acabando com o imperio dos politiqueiros cafagestes, que suja e atraza tudo...
Olho vivo, seu Nilo!



Mas... a Constituição garante tudo isso, como o *habeas-corpus* garante a fuga dos meliantes...

E embora o *Bom Senso* objecte que esses destemperos provocantes são mordeduras de cobra para as quaes se prohibe o contra-veneno, tem de meter a viola no sacco e aguentar o repuxo legal... embandeirado.



Assim, a presença da dama republicana foi significativamente recorrente nas páginas de *O Malho*, como foi o caso das edições publicadas ao longo de 1909, o qual marcava a passagem do vigésimo ano de existência da forma de governo inaugurada em 1889. Nesse quadro, por vezes a figura feminil não perdeu seu caráter simbólico original, aparecendo como a alegoria altiva que representava a nação, normalmente utilizada em ocasiões especiais, como homenagens e efemérides. Ela também surgia como uma representação impávida, que desempenhava um protagonismo e uma função ativa, mormente no que tange à reação contra os desmandos no país. No sentido oposto, a representação feminina também se fazia presente sendo demarcada por profunda passividade, controlada e manipulada pelos políticos. Outra simbologia se articulava com uma visão mais pessimista para os destinos nacionais, a qual ficava demarcada por uma república acometida por moléstias que debilitavam sua saúde e até mesmo prevendo a sua morte, ou por outro lado, aparecendo ela aniquilada moralmente, corrompida e acumpliciada com os desregramentos políticos. Desse modo, as várias mulheres-república que estamparam as caricaturas do magazine ilustrado carioca designavam as diversas facetas que marcavam a conjunta brasileira naquele início do século XX, caracterizado pela passagem dos dois decênios de vivências republicanas.

O PROJETO REGIONAL 35 – FAO/ONU E AS REPERCUSSÕES NA IMPRENSA GAÚCHA: EDITORIAIS DO *CORREIO DO POVO* ENTRE 1963 E 1968

José Vanderlei Silva Borba*

* José Vanderlei Silva Borba é Professor D.Sc., Universidade Federal do Rio Grande - FURG. Rio Grande / RS / Brasil..

1. Introdução

O final da II Guerra Mundial delimitou o início de uma nova estrutura mundial de poder político e econômico. Nos países ricos e detentores deste novo poder, o processo de produção favorecido pelos excedentes ociosos de mão-de-obra e pela necessidade de reconstrução programada (Plano Marshall) da Europa demandou volumosos investimentos. A crise vivida pelo continente europeu interrompeu, para os países centrais do capitalismo industrial, um ciclo contínuo de crescimento econômico, baseado em índices quantitativos de acumulação de riquezas; enquanto que os países periféricos ainda lutavam com o *continuum* da produção primária, sujeita às variações climáticas, à instabilidade de preços e às flutuações da demanda no mercado internacional.

As diferenças entre os países centrais e os países periféricos tornaram-se agudas quando houve a constatação de que as alianças foram realizadas apenas com o objetivo de manter o estado de guerra pela garantia de provisões primárias e, eventualmente, pela inclusão de tropas. O suporte econômico (representado pela valorização dos bens primários) dos países periféricos, do período de guerra, deixou, então, de ter a importância que tinha antes do episódio. As pressões por melhores condições de vida contrastavam com os critérios de crescimento econômico. Tal crescimento econômico (de resultados quantitativos), embora possa ter sido, infimamente, transferido aos países dominados economicamente, implicou em benefícios às nações hegemônicas, que necessitavam de sociedades consumidoras de sua produção industrial e que

não representassem obstáculos de qualquer ordem, principalmente em relação à lógica que não fosse a de retornos crescentes aos investimentos realizados.

O desequilíbrio entre os países hegemônicos e dominados vai encontrar respaldo na constituição de organismos internacionais – Organização das Nações Unidas; Fundo Monetário Internacional; Banco Mundial –, cujas políticas, além da coordenação, passaram a representar os interesses dos países líderes da nova ordem mundial. A partir da constatação da existência dicotômica de dois modelos político-econômico-ideológicos, da implantação dos organismos internacionais e do surgimento da opinião pública humanitária nos países desenvolvidos intensificaram-se as ações de auxílio técnico e financeiro às nações subdesenvolvidas. Mas, a simples solicitação de apoio técnico e financeiro dos países subdesenvolvidos não representava justificativa suficiente para atrair investimentos na relação direta ao porte de suas necessidades, uma vez que sua capacidade de contrapartida, em recursos financeiros e em recursos humanos especializados, era extremamente limitada.

Os critérios de ajuda dos órgãos internacionais exigiam uma série de pré-condições para alocar e atrair capitais e, também, dar garantias de retornos crescentes aos investidores. Para realizar os projetos de ajuda técnica e financeira, as situações de integração de países ou de regiões, na ótica da integração econômica, deviam ser traduzidas por condições ótimas de espaço econômico, de localização de pólos difusores de determinado padrão industrial, de vantagens comparativas dos produtos primários tradicionais ou decorrentes da alteração da matriz produtiva e de formas de inserção no comércio

internacional, a partir de infraestruturas adequadas de transportes e de comunicações.

Cada projeto necessitava investigar, no país ou na região demandante de apoio, as premissas relacionadas à/ao: (a) localização dos complexos econômicos, particularmente a presença ou a possibilidade de instalação de indústria motriz ou indústria-chave; (b) especialização na produção, para identificar onde deveria estar concentrada a produção de bens, em virtude dos recursos naturais ou das disponibilidades de capital ou de *know-how*; (c) economia de escala, para definir padrões ótimos e de equilíbrio da mão-de-obra especializada, das máquinas e das matérias-primas, a custos unitários mínimos para aumentar o poder de concorrência no mercado internacional; e, (d) aumento da eficiência produtiva para reduzir a tendência ao monopólio, embora com deslocamento, a plano secundário, dos bens regionais similares.

Os projetos de fomento dos organismos internacionais estavam, pois, amparados pelas definições e análises dos espaços econômicos, da localização de pólos indutores de crescimento, dos critérios quantitativos do crescimento/desenvolvimento econômico e da integração econômica com a criação de entidades supranacionais.

Foi neste contexto que Brasil e Uruguai tentaram se habilitar a apoio internacional, embora tanto no Uruguai como no Brasil, o desenvolvimento econômico e social da área que compreende a Bacia da Lagoa Mirim (BLM) não acompanhasse, de forma geral, o ritmo de sub/desenvolvimento dos respectivos países. A economia da área estava baseada primordialmente na agricultura e na

pecuária (“*a economia da BLM assenta-se sobre a trilogia: carne, lã e arroz*”)⁷⁹, que, com frequência, sofriam prejuízos causados por inundações e estiagens, e, ainda, por intrusões de águas salgadas através do Canal São Gonçalo.

Em consequência destas limitações, os Governos do Uruguai e do Brasil solicitaram ajuda ao Fundo Especial das Nações Unidas (FENU, logo transformado em Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, pois as Nações Unidas definiram a década de 1960 como aquela em que seria priorizada à equalização de padrões de desenvolvimento), com a finalidade de analisar os problemas que impediam o desenvolvimento e determinar as medidas necessárias para resolvê-los.

A Organização das Nações Unidas designou a FAO (seu organismo para a Agricultura e Alimentação) como executante de um projeto (Projeto Regional 35)⁸⁰ a ser desenvolvido com os governos brasileiro e uruguai, atuando a Comissão Mista para o Desenvolvimento da Lagoa Mirim (CLM), como organismo governamental co-executante.

⁷⁹ Brasil. Ministério Extraordinário para Coordenação de Organismos Regionais. Boletim Informativo da CLM (1966).

⁸⁰ BORBA, J. Vanderlei S. (2001). A Bacia da Lagoa Mirim e Programa Regional 35 – FAO/ONU: uma alternativa de integração e de desenvolvimento – 1960-1994. Tese de Doutorado em Integração Regional/UFPel.

2. A orientação política da imprensa no período do PR 35

O Plano de Operações do PR 35 foi assinado em agosto de 1965, iniciando-se as atividades em novembro do mesmo ano. O período imediatamente anterior e a fase de implantação do Projeto foram acompanhados pela imprensa gaúcha, através de seus muitos editoriais. Para o interesse focal deste artigo, analisam-se os Editoriais do *Correio do Povo*, órgão da Companhia Jornalística Caldas Junior, no período entre 1963 e 1968, e, para buscar interpretar “*o texto além do sentido literal e não tomando seus posicionamentos como uma verdade absoluta, mas sim, como a construção de uma verdade, aquela criada a partir da versão do jornal sobre os acontecimentos*”.⁸¹

O período coincide com a implantação de regimes de exceção na América Latina, todos orientados pela Doutrina de Segurança Nacional. O Brasil e Uruguai se dispuseram a um projeto binacional sob a égide de critérios econômicos, políticos e ideológicos definidos pela orientação dos países hegemônicos do capitalismo.

A situação da área (rede hidrográfica da Lagoa Mirim e territórios contíguos) do PR 35, desde 1779, vinha despertando o interesse dos governos do Brasil e do Uruguai. De 1882 a 1959, houve um período de amadurecimento, cristalizando-se a ideia de dar uma solução aos problemas do desenfreado regime das águas da BLM, destacando-se: (a) a 30 de outubro de 1909 foi

⁸¹ ALVES, Francisco das Neves (1999). A pequena imprensa riograndina no século XIX. Rio Grande: Editora da FURG. p.19.

assinado o Tratado de Limites, que permitiu (ao Uruguai) direito de navegação na Lagoa Mirim; e, (b) em 1915, o Ministro da Agricultura do Brasil propôs o estudo de um canal de descarga da Lagoa Mirim até o Oceano Atlântico, no Taim. No Uruguai, várias propostas semelhantes foram encaminhadas à Assembleia Nacional, para a construção de canais de deságue, da Lagoa Mirim até o Oceano Atlântico, através dos arroios São Miguel e Chuí.⁸²

Em 08 de dezembro de 1961, foi firmada, no Rio de Janeiro, a Ata de Conversações, pelos Governos do Brasil e do Uruguai, sobre problemas comuns a ambos os países, incluindo a criação de uma Comissão Mista para a Bacia da Lagoa Mirim. Em 26 de abril de 1963, os governos assinam Notas Reversais, criando a Comissão Mista Brasileiro-Uruguai para o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim - CLM, que é instalada em Montevidéu, em 13 de maio de 1963. Os problemas a serem tratados incluíam, em síntese: (a) resolver o problema hidrológico das enchentes, das secas e da salinização; e, (b) realizar estudos sobre canais, portos e represas. Como os dois países já haviam apresentado, isoladamente, solicitações de apoio técnico e financeiro, o Fundo Especial das Nações Unidas envia uma Comissão Técnica, que decide unificar as Solicitações de Ajuda, e, em agosto de 1965 é assinado o convênio para realizar um estudo da BLM durante quatro anos.

Enquanto se conformava o PR 35, a imprensa, devido à pressão militar deflagrada após o golpe que derrubou João Goulart, produzia *"políticas*

⁸² BRASIL (1976). Ministério do Interior. SUDESUL. Plano de Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim. 2^a ed. Porto Alegre.

notícias", que, segundo Rüdiger (1993; p.65)⁸³, determinava o caráter político do jornalismo, pois tais notícias eram "*extremamente sutis, mas eficazes no processo de modelagem da opinião pública*". Para o autor, "*além da dissimulação de seu caráter político, a principal consequência dessa subjunção do jornalismo à racionalidade econômica foi a paulatina decadência da imprensa interiorana e a hegemonia daquela da capital*". Já, Dillenburg (1997; p.76)⁸⁴, afirma que, no chamado período revolucionário pós-1964, "*o Correio do Povo, assim como os demais órgãos jornalísticos do país, estavam sujeitos à censura federal*". Isto implicava na leitura prévia das matérias por censores, que decidiam pela publicação ou por jogá-las no lixo.

Quanto ao balizamento político do *Correio do Povo*, Rüdiger (1993: p.58) transcreve: "*órgão de nenhuma facção partidária, que não se escraviza às cogitações de ordem subalterna*". Esta era a definição original que Caldas Júnior apresentara ao criar o jornal em 1895. Em 01/10/1895 propugnava que "*será uma folha essencialmente popular, pugnando pelas boas causas (...) Este jornal vai ser feito para toda a massa, não para determinados indivíduos de uma única facção*". Para Franco (1995; p.40)⁸⁵, o *Correio do Povo* cumpriu seu papel, "seja

⁸³ RÜDIGER, Francisco Ricardo (1993). Tendências do jornalismo. Porto Alegre: Editora da UFRGS. p.59-69.

⁸⁴ DILLENBURG, Sérgio Roberto (1997). Correio do Povo: história e memórias. Passo Fundo: EdiUPF.

⁸⁵ FRANCO, Sérgio da Costa (1995). A evolução da imprensa gaúcha e o Correio do Povo. In: Revista do IHGRGS, nº 131. Porto Alegre, IGHGRGS. p.33-40.

pela fidelidade mantida em relação ao programa de seu fundador, seja pelos bons exemplos que difundiu no tocante à informação veraz".

3. O PR 35 na visão dos Editoriais do *Correio do Povo*

No período entre 1963 e 1968 foram destacados dezenove editoriais que tratam, direta ou indiretamente, do PR 35. Diretamente, quando se referem ao Projeto propriamente dito; e, indiretamente, quando tratam de temas relacionados à Bacia da Lagoa Mirim.

3.1. Editoriais do *Correio do Povo* – 1963⁸⁶

a) 20/03/1963 – *A recuperação da baixada rio-grandense*.⁸⁷ É o primeiro editorial que estampa a posição do jornal em relação aos estudos e propostas de incluir a margem oriental da Lagoa Mirim no projeto a ser analisado pelo Fundo Especial das Nações Unidas. A visita do embaixador Carlos Salamanca, como representante das Nações Unidas visava ouvir os técnicos brasileiros da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região Fronteira Sudoeste (SPVERFS), que, à época superintendia todas as fronteiras do sul do Brasil (desde Mato Grosso até o Rio Grande do Sul).

⁸⁶ Todas as citações dos Editoriais do *Correio do Povo* foram grifadas para destaque no texto.

⁸⁷ Equivale ao espaço geográfico limitado entre as atuais cidades do Rio Grande e do Chuí e correspondia tecnicamente à margem oriental da Lagoa dos Patos.

O Editorial segue destacando que, após a reunião no Brasil, o representante do Fundo Especial das Nações Unidas, reunir-se-á com técnicos uruguaios. A conformação de uma comissão binacional era defendida pelo embaixador, pois os limites da “*extensa área, são calculados em 400.000 hectares só a do RS, Muito maior, é certo, será a área recuperável do lado do Uruguai*”. Nesta etapa das negociações, a definição da área a ser coberta pelo Projeto ainda era indefinida, pois haviam dois pedidos de ajuda, um do Brasil, com a margem oriental da Lagoa Mirim e outro pedido do Uruguai, com as terras da Zona del Este.

No fechamento, o Editorial ufana-se do potencial da região a ser incorporada ao projeto, “*diante dessa pluralidade de vantagens que advirão ao nosso Estado, não há [de] duvidar da magnitude da obra projetada que, há tantos anos, se reclama visando a incorporar seu ativo social e econômico uma região hoje desaproveitada*”. Pode-se perceber a falta de uma análise sobre os efeitos das inundações, que aparentemente só afetavam a margem oriental da Lagoa Mirim, pois a margem ocidental não se incluía no projeto, embora sofresse os mesmos efeitos hidrológicos. Quanto ao passivo social e econômico não se pode afirmar que ele era representativo, pois as densidades populacionais das áreas brasileira e uruguaias eram, respectivamente, 8 e 6 hab/km², e, a base econômica advinha da pecuária (bovina e ovina), lã e arroz, já sem impacto comercial significativo no período pós-II GM.

b) 19/05/1963 – *Baixada - Sul*. Destaca que o Governo brasileiro constituiu mais um Grupo de Trabalho (GT) e que “*antes se usava para o mesmo caso, ou*

seja, a de ‘comissão’. O GT seria presidido pelo Superintendente da SPVERFS e que tal tarefa *“prende-se aos mais altos interesses econômicos e sociais do RS, pois que importará no aproveitamento de extensa área de terras, hoje, em sua maior parte ou quase totalidade, inteiramente improdutivas”*. Neste ponto percebe-se, em relação ao Editorial anterior, que, efetivamente, tínhamos um passivo econômico e social, porém nunca um ativo, pois como diz o próprio texto do jornal eram terras, em sua maior parte ou quase totalidade, inteiramente improdutivas.

No caso de planos e projetos com divulgação da imprensa, *“nos quais esta folha sempre tomou parte, revelam tratar-se de empreendimento de sentido internacional”*. E era apenas o segundo Editorial que tratava do assunto, mas o jornal engajava-se na possibilidade utópica de construir uma imagem de efetivo engajamento ao PR 35, embora se possa inferir que o tema estava sendo tratado de forma absolutamente informal, o que é reconhecido ao final do texto: *“num rápido apanhado do assunto, (...), pode-se ter uma visão do que representará para o RS (...) repercussão no próprio desenvolvimento da economia nacional”*. O impacto econômico-social numa área com enormes dificuldades de acesso, com produtos rejeitados pelo comércio internacional e com escassa população não poderia representar, num horizonte de racionalidade econômica, qualquer possibilidade de repercutir no desenvolvimento da economia nacional, quer do Brasil, quer do Uruguai.

c) 31/05/1963 – *Ideia em Marcha*. Trata outra vez da recuperação da Baixada Sul-Riograndense, que *“ao que se pode concluir pelos noticiários dos jornais,*

passou a merecer a atenção que estava a exigir por parte dos poderes públicos (...)”.

Duas constatações: (1^a) o termo Baixada Sul-Riograndense já integrava os relatórios e documentos originais (pelo menos desde o início da década de 1960) gerados pela SPVERFS, mas só a partir desta época é assinalada com esta grafia pelo jornal; e, (2^a) como o jornal já assumira o seu engajamento ao projeto, passava a criticar a falta de interesse político. Isto também tem, no mínimo, duas razões: uma, porque o tema era tratado pela SPVERFS, com forte viés tecnicista; e, outra que pode ser definida sobre a forma de questionamento, porque haveria interesse político em uma área escassamente povoada e com limitado retorno econômico?

Em outro parágrafo, o Editorial questiona a falta de apoio político ao projeto quando *“fala-se muito em reforma agrária. Insiste-se no tema até em termos de demagogia e agitação. Ora, já temos demonstrado que essa reforma, como outras, precisa e deve ser feita, pois são realmente imperativos nacionais”*. Ao final questiona: *“Não está aí [na recuperação de áreas da Baixada Sul-Riograndense] uma forma de incrementar a produção agropecuária? ”*. Aqui, novamente, o Editorial insere o tema da Reforma Agrária, em discussão no País, em razão da proposta de Reforma de Bases do governo João Goulart, relacionando a recuperação da Baixada Sul-Riograndense como possibilidade de distribuir terras *“ao camponês da região”*. Há que se destacar que, à época, os resultados econômicos, da produção primária da Baixada, estavam entre os menores do RS, pois não bastava possuir terras já que a possibilidade de

escoamento da produção se fazia basicamente por via lacustre (lagoa Mirim – canal São Gonçalo – lagoa dos Patos) e para produtos com economia de escala.

d) 05/06/1963 – *Baixada Sul-Riograndense*. Informa, ao início do texto, tratar-se de uma continuidade do tema tratado no Editorial – Idéia em Marcha. O Editorial destaca que “*quisemos significar os esforços que vêm sendo feitos pelo RS, através de suas expressões mais representativas em todos os campos de atividade, das classes produtoras aos setores administrativos, como das Câmaras de Vereadores dos municípios interessados à Assembléia Legislativa e ao Congresso Nacional (...)*”. Isto colide com a posição defendida no mês anterior, na qual o jornal reclamava do posicionamento e da falta de participação do setor político e das classes produtoras.

Mais adiante, correlaciona que o vulto do empreendimento é situado no “*caminho da reforma agrária, dado o que ele significará para o incremento da produção agropecuária*”. A esta altura, o projeto ainda não havia definido seu escopo, pois ainda estavam sendo aguardados as propostas e os estudos que cada país encaminharia ao FENU.

A partir do “*conclave de Pelotas*”, com técnicos da SPVERFS, foi definido um roteiro para os trabalhos: “*(1) levantamento preliminar do panorama técnico, social e internacional da BLM; 2) anteprojeto do desenvolvimento unificado da BLM com os seguintes resultados previstos: irrigação permanente dos campos marginais; melhoramento dos transportes terrestres e fluviais; solução do problema de salinidade das águas; produção e distribuição de energia elétrica; correções das inundações; cadastros das propriedades rurais*

existentes; colonização e povoamento; melhoramento das condições de vida e de nível econômico e social dos proprietários das áreas”.

Embora o editorial tenha partido da premissa de que o empreendimento estaria situado no caminho da reforma agrária, o conclave de Pelotas não apontou nesta direção, tanto que finaliza apontando para o melhoramento das condições de vida e de nível econômico e social dos proprietários das áreas. A questão da propriedade da terra, tanto na área brasileira, quanto na área uruguaia da BLM, era resultado da distribuição de sesmarias para aqueles militares que, ao longo dos conflitos de conformação da fronteira, haviam se destacado. Estas terras eram latifúndios, escassamente povoados (pois era mínima a necessidade de mão-de-obra permanente para cuidar do gado ou para manejar lavouras de ciclo definido) e limitadamente produtivos (pois que não se aplicavam técnicas de pastoreio do gado, que não aquelas herdadas dos primeiros ocupantes). Assim não havia (e também não haveria mais tarde) interesse em distribuir tais terras.

Por fim, o Editorial destaca que “*duas nações amigas, para as quais o gênio de Rio Branco traçou um invejável destino ao estabelecer o condomínio da Lagoa Mirim, não mais poderão recuar ante a obra de consolidação (...) como mais um marco de fraternidade continental*”. A conformação da fronteira brasileiro-uruguaia não pode ser incluída dentro da considerada fraternidade universal, pois ela se estabeleceu a partir de inúmeros confrontos desde que Espanha e Portugal disputavam terras definidas pelos sucessivos tratados de limites. Se o gesto de Rio Branco pode ter favorecido o acesso do Uruguai à

Lagoa Mirim (entre a foz do rio Jaguarão e a foz do Arroio São Miguel, uma estreita faixa de águas na extremidade sul da Lagoa Mirim), de outra banda, o Uruguai perdeu extensas faixas de terras (entre as atuais cidades do Herval até a Barra do Quaraí).

e) 19/06/1963 – *Lagoa Mirim*. Destaca o início das atividades da Comissão Mista, com a formatação do regulamento e do plano de trabalho, ambos previstos na troca de Notas Reversais⁸⁸. “*Definida sua organização, encontra-se a CLM em condições de encaminhar para o terreno das realizações concretas o grandioso plano (...) O primeiro passo (...), com a vinda, a esta Capital, da Missão Técnica do Fundo Especial da ONU que examinará o relatório, (...) a fim de ajustá-lo às normas que regulam a assistência prometida ao empreendimento, por aquele organismo internacional*”.

Aqui estão duas informações contraditórias, a primeira faz menção ao grandioso plano, que ainda não existia, mas sim um conjunto de estudos reunidos; e, a segunda menciona que a Missão Técnica irá ajustar às normas. Neste caso, toda ajuda internacional tinha (como se refere na Introdução) o caráter de enquadramento aos padrões de desenvolvimento econômico, ou seja, a análise de viabilidade do projeto estaria condicionada ao crivo de variáveis quantitativas de desempenho econômico, fator até então desconhecido ou não abordado pelo jornal.

⁸⁸ Notas reversais: instrumentos diplomáticos que tornam específicas certas cláusulas convencionadas em acordo amplo.

Destaca que as despesas serão cobertas pelo FENU em dois terços do valor, ficando o outro terço, em parcelas iguais, para o Brasil e o Uruguai. No mesmo período, o histórico de endividamento externo de ambos os países já assumia proporções alarmantes e contrastava com suas próprias definições geopolíticas, pois o Brasil apostava no desenvolvimento de seu principal eixo industrial (São Paulo – Rio de Janeiro – Minas Gerais) e o Uruguai no pólo produtivo no entorno de Montevidéu. As duas regiões, para os respectivos países, situavam-se em áreas periféricas aos principais interesses econômicos, pois que suas produções não promoviam sequer condições de alavancar o próprio desenvolvimento regional.

O Editorial também destaca que uma série de obras "*já bem definidas*", entre elas a barragem do São Gonçalo, em Pelotas, "*que deverá permitir a descarga das enchentes da Lagoa Mirim, a construção de lagos reguladores (...), barragens para reter e armazenar as inundações de inverno*". A essência dos estudos de uma barragem no canal São Gonçalo sempre esteve baseada num obstáculo à salinização da Lagoa Mirim. Outro dado não considerado ou desconhecido refere-se ao fornecimento de águas à Lagoa Mirim, pois 60% delas advinham da Zona del Este, em território uruguai. A construção de barragens não resolveria apenas as enchentes de inverno, mas buscaria solução para os problemas de escassez nas outras estações. Por fim, "*segundo prevêem os técnicos, (...), dentro de cinco anos, aproximadamente, (...) utilização normal de grandes áreas de terras (...) produção de energia elétrica abundante e barata*". Neste ponto o jornal ressalta as possibilidades de alcançar resultados num

prazo limitado de tempo, quando, em realidade, se definiu foi o tempo necessário à coleta sistemática de dados, a fim de configurar séries confiáveis, bem como avaliar *in loco* cada uma das características da BLM, que posteriormente a direção do PR 35 ainda iria definir.

f) 20/06/1963 – *Regiões Lacustres*. Enfatiza que no Editorial anterior já havia alusão ao problema como de caráter internacional, uma vez que na área há interesse do Uruguai. Para isso, o jornal salienta que é “*uma nova modalidade de cooperação internacional, que, segundo se espera, receberá assistência da ONU (...)*”. Porém, alerta que “é de esperar que tudo que tem sido dito não fique apenas em viagens, palavras e relatórios, mas algo em concreto e que tome impulso, sem soluções de continuidade”.

O posicionamento com reticências, entre um Editorial e outro, nada tem a ver com a retirada de apoio ao projeto, mas sim às pressões que outras regiões do RS passaram a exercer para sua inclusão no mesmo ou em projeto de envergadura internacional. As ações de representações políticas e produtivas já vinham questionando as aplicações de recursos num único projeto, pois salientavam que a SPVERFS tinha atribuições de superintender todas as áreas limítrofes da Fronteira Sul, desde Cáceres no Mato Grosso até Santa Vitória do Palmar no Rio Grande do Sul. Quanto à modalidade de cooperação só poderia ser estabelecida de forma binacional, devido à influência da bacia hidrográfica que não respeita os limites geográficos de um único país e, também, porque vigorava a prática diplomática de acordos bilaterais em questões limitadas aos interesses de duas nações.

g) 07/08/1963 – *Fundo Especial*. Anuncia a chegada de técnicos da ONU, visando “(...) estudos de defesa da baixada sul-rio-grandense contra os riscos de salinização das águas, dos arrozais e para o planejamento de outros trabalhos ligados à região do extremo sul do país e de interesse, também, da vizinha República do Uruguai”.

Do citado Editorial destaca-se: (a) “deve ser motivo de júbilo para o Rio Grande do Sul”; (b) “uma esperança que parecia distante demais de todos nós ...”; e, (c) “se tão boas têm sido as manifestações iniciais, partidas de elementos verdadeiramente autorizados, por que haveríamos de alimentar senão a crença de que vamos chegar realmente a decisões concretas? ”. Evoca-se um ideal de que as competências instaladas em organismos internacionais efetivamente poderiam determinar soluções para problemas que já estavam detectados nos diversos estudos realizados no Brasil e no Uruguai. O Editorial adota uma posição de vanglória, ao mesmo tempo em que salienta as expectativas de apoio internacional, como era, à época, objetivo de todos os países periféricos.

Ainda no mesmo Editorial, ressalta-se: “o temor de que, daqui a pouco, surjam alguns suspicazes defensores da soberania nacional, a dizerem que as Nações Unidas poderão ameaçar as prerrogativas e os brios nacionais e que, assim, é melhor que deixemos a Lagoa Mirim e a Baixada como estão (...).” Por certo, as Nações Unidas não assumiriam publicamente tal condição, mas era clara a definição político-ideológica que demarcava as formas de ajuda internacional, articuladas com a doutrina de segurança nacional e com a gestação do golpe militar de 1964.

3.2. Editoriais do *Correio do Povo* – 1964

a) 25/08/1964 – Baixada Sul-Rio-Grandense. Sob a égide do governo militar desde abril, o jornal, como todas as publicações da imprensa passaram a sofrer censura. Assim, frente à impossibilidade de manifestação de seu posicionamento, o artifício era reproduzir manifestações de Deputados Estaduais na Assembleia Legislativa do RS.

O pronunciamento de Carlos Santos, deputado por Rio Grande, foi reproduzido à guisa de editorial. O parlamentar destaca que a área da Baixada Sul Rio-grandense é “*rica em água, riqueza inestimável, entretanto permanece à margem de qualquer aproveitamento racional*”. Na sequência destaca que “*geo-economicamente encarada, situa-se a Baixada, como a região mais importante do interior do RS, superada, apenas, por aquela zona diretamente influenciada pela Metrópole*”. Para sustentar sua afirmação, arrola dados sobre a produção primária, os quais não se pode considerar, em defesa dos dados técnicos disponíveis à época, pois incluem toda a zona sul do RS e não apenas a região da Baixada. Logo, há uma sobre-estimação de quantitativos para uma área limitada à produção de gado bovino e alguns hectares de plantações de arroz. O próprio parlamentar lista um conjunto de cidades (Pelotas, Bagé e São José do Norte) como integrantes da Baixada, mas que geograficamente não se incluíam, tecnicamente na área objetivamente delimitada como Baixada Sul Rio-Grandense. Por outro lado, é inegável a possibilidade de incremento na produção de arroz, caso houvesse algum tipo de controle no regime das águas,

aliada ao início da construção da BR-92 (atual BR 471, entre a Vila da Quinta/Rio Grande e o Chuí).

Na conclusão, o parlamentar destaca a valorização do Projeto pelo “*pleno apoio do Governo Federal acaba de oferecer ao programa de ação do Superintendente da SPVERFS e presidente da CLM, general João José Batista Tubino*”. Note-se que já está no comando da SPVERFS, um militar, pois que a opção pela política de segurança nacional e, em particular, a de áreas de fronteiras passaram a receber especial atenção e gerenciamento pelo regime no poder.

b) 21/10/1964 – *Recuperação da Baixada Sul-Rio-Grandense*. À continuidade da sistemática que vinha sendo adotada quando do impedimento de publicação, pela censura, o jornal outra vez publica pronunciamento do Deputado Carlos Santos sobre a Baixada Sul Rio-Grandense. Por esta época, embora continuasse a usar a nomenclatura de Baixada Sul Rio-Grandense, o projeto, após sugestão da Comissão Técnica do FENU, passou a incluir a margem ocidental da Lagoa Mirim, razão pela qual mais municípios da Zona Sul do RS passaram a integrar o espaço, que agora era da Bacia Hidrográfica da Lagoa Mirim.

O parlamentar destaca que a reunião ocorrida em Porto Alegre “*marca uma etapa decisiva desta fase preparatória do notável cometimento que é eliminar as causas impeditivas do desenvolvimento e do progresso da privilegiada Região Sul do nosso Estado*”. O discurso ora demonstra efetivamente que a etapa dos trabalhos era de definição de metodologias de trabalho, incluindo-se a

forma de transposição das áreas de fronteira, já que ambos os países viviam sobre uma lógica de segurança nacional; ora projeta esperanças de redenção sub-regional, sem análise dos parâmetros regulatórios impostos pelo FENU.

Na conclusão, insere-se a manifestação do Deputado Mozart Rocha, “*que haverá uma grande valorização nas áreas atingidas e acrescentou (...) a cobrança da contribuição de melhoria – que é impraticável diante da regulamentação federal – ou a declaração de utilidade pública de toda a área atingida*”. Ainda que apenas no papel, a projeto já envolvia proposta de taxação de ganhos, sem que eles, ao menos, estivessem dimensionados; e, sem a percepção de que as áreas citadas pertenciam a latifundiários, que reagiriam a quaisquer formas de pressão sobre a posse ou os ganhos derivados da produção primária.

3.3. Editoriais do *Correio do Povo* – 1965

a) 06/03/1965 – *Lagoa Mirim*. Trata da questão do desenvolvimento do extremo sul do RS, louvando as ações da SPVERFS, pois a Superintendência “*se atirou devotamente ao estudo do assunto*”. Com a mudança de orientação política no país e a substituição de vários dos técnicos que compunham o GT original, ocorreu um período de transição durante o ano de 1964, “*mas há recentes notícias que levam a conclusões ainda mais alentadoras*”, uma vez que, em reuniões no Itamarati, as “*obras [na Lagoa Mirim] serão dinamizadas proximamente*”.

Tais obras não existiam ou não estavam definidas, pois o Plano de Operações só seria assinado no mês de agosto seguinte, mas, mesmo assim, o embaixador brasileiro arrolava *“a construção de um dique elevador no canal de São Gonçalo, a conclusão das estradas de rodagem Rio Grande-Chuí, Pelotas-Jaguarão e Pelotas-Bagé e a regularização do curso inferior do rio Jaguarão”*. Este conjunto de obras incluía tanto as pretensões (dique elevador e regularização do rio Jaguarão), quanto às necessidades de acesso por estradas de rodagem.

Em qualquer dos casos, as exigências de contrapartida do FENU não estavam consideradas, pois *“tendo o embasamento financeiro das Nações Unidas, talvez não acabe ficando adiado, como tantos outros, ante a insuficiência de recursos nacionais para as crescentes necessidades de obras fundamentais para o desenvolvimento”*. O Fundo financiaria a elaboração de estudos e projetos, na proporção de dois terços, mas o financiamento de obras precisaria ser buscado junto a outros agentes financeiros internacionais, uma vez que Brasil e Uruguai já tinham seus pólos indutores (e priorizados) de desenvolvimento, ambos distantes da BLM.

b) 28/07/1965 – *Bacia da Lagoa Mirim*. Enfoca o retorno da Delegação Brasileira da CLM, após reunião em Montevidéu, *“ainda não ter sido nessa oportunidade concretizada a assinatura do tão esperado Plano de Operações, que vem sendo reiteradamente protelada, com evidentes prejuízos para iniciar uma fase mais efetiva nos planejamentos”*. Como as informações para o Editorial são retiradas de entrevistas com membros da CLM, percebe-se que elas

deixam de ter o caráter empírico e contrastam com as posições externadas anteriormente, pois efetivamente o Plano de Operações objetivava a elaboração de estudos e de projetos articulados, considerando as diferentes variáveis (água, solo, socioeconomia, agroindústrias, etc) das subáreas brasileira e uruguaia da BLM.

Este Editorial é o primeiro a traduzir dados efetivamente técnicos: (a) com definição da área do projeto na BLM⁸⁹; (b) com recuperação do histórico de formação do Projeto (*'tanto o Brasil como o Uruguai fizeram solicitações isoladas ao Fundo Especial da ONU'*) e da Comissão Mista (*"a região pode ser considerada como um todo"*); e, (c) sobre o retardo do início das operações, uma vez que o FENU já aprovara *"um milhão e meio de dólares em técnicos e aparelhos"*. Na sequência, continua o resgate do projeto: (a) *"durante o ano de 1963, estiveram (...) vários representantes do Fundo Especial"*; e, (b) *"o Plano seria assinado no início de 1964"*, mas que *"várias dificuldades entravaram nos últimos meses o processo de assistência da ONU"*, sem, entretanto, especificar quais seriam os óbices".

Ao final, o Editorial sai da linha de informações técnicas e retoma um posicionamento crítico, *"malgrado a enorme importância dos interesses em*

⁸⁹ A Bacia da Lagoa Mirim com área total de 62.250 km², sendo 33.000 km² no Uruguai e 29.250 km² no Brasil, ou seja, uma área equivalente ao BENELUX (Bélgica, Holanda e Luxemburgo) ou maior que estados como Sergipe, Alagoas, Paraíba. Apenas a Lagoa Mirim, área de condomínio internacional, tem 185 km de extensão e superfície de 3.750 km², dos quais 1.000 km² do Uruguai e 2.750 km² do Brasil.

jogo" há "*justificada estranheza por tantas delongas e protelações*". O jornal não especifica as delongas e protelações, tanto quanto o representante da ONU, responsável pelas informações técnicas, não definiu os óbices dos últimos meses. Todos estavam sob regime de exceção, o jornal sob controle da censura e o representante das Nações Unidas reproduzindo os interesses da hegemonia internacional que seu organismo representava.

3.4. Editoriais do *Correio do Povo* – 1966

a) 04/05/1966 – *Uma Nova Lagoa Mirim*. Novamente o Editorial se baseia em entrevista com o Presidente da CLM brasileira, que afirmava ter realizado reuniões: na Diretoria do Serviço Geográfico do Exército (para realizar levantamento aerofotogramétrico na área brasileira da BLM); no Ministério das Relações Exteriores (para facilitação na transposição de fronteiras, uma vez que a CLM se vinculava ao Ministério para Coordenação dos Organismos Regionais); e, com representante do BID (em busca de financiamento internacional). "*Concretizado este financiamento, as obras previstas (...) serão atacadas com maior celeridade (...)*".

Repete-se, no Editorial, que há obras a realizar, quando, em realidade, o financiamento serviria apenas para cobrir as despesas de contrapartida que o Brasil deveria aportar ao Plano de Operações⁹⁰, com vistas à realização de

⁹⁰ As bases do contrato entre os Governos do Brasil e do Uruguai com o PNUD (ex-FENU) e a FAO incluíam: contribuição do PNUD de 1.529.300 US\$ e contribuição dos dois Governos de 1.596.900

estudos relacionados à Lagoa Mirim, nos campos da engenharia, da agronomia e da socioeconomia, e de preparação de um plano integrado de desenvolvimento para a BLM.

Por fim, o jornal, que antes enaltecia as condições ou potencialidades da área, no Editorial destaca que *"a Zona Sul (...) está a exigir esse impulso progressista. Não só para que se desenvolva economicamente, como para que se eleve o nível de vida de suas populações, que, (...) ainda está muito abaixo do que deve (...). Precisamos criar uma nova Lagoa Mirim"*. Isto representa uma postura mais próxima da realidade sócio-econômica das áreas de entorno da Lagoa Mirim, pois que não havia diversificação de culturas e aprimoramento de técnicas de produção.

b) 04/09/1966 – *A CLM e a Zona Sul*. Trata da reunião da CLM, em Porto Alegre, presidida pelo general Aurélio Py, que acumulava a presidência da SPVERFS, isto significa *"o interesse de 11 municípios [brasileiros]"*⁹¹. As delegações *"trataram de vários problemas, a começar pelos relatórios (...) e despesas de contrapartida dos dois países"*. Persistia a dificuldade de aporte da contrapartida ao contrato com a FAO, mas ainda assim o jornal insistia que *"obras serão atacadas dentro das disponibilidades orçamentárias, de modo a*

US\$ (metade para cada um), totalizando 3.126.200 US\$.

⁹¹ Os onze municípios brasileiros: Santa Vitória do Palmar, Rio Grande, Pelotas, Canguçu, Piratini, Pinheiro Machado, Pedro Osório, Bagé, Arroio Grande, Herval do Sul e Jaguarão. No Uruguai compreendia cinco Departamentos: Maldonado (parcialmente), Lavalleja, Treinta y Tres, Rocha e Cerro Largo.

serem no maior número possível e devendo não colidir com a planificação geral". A busca de alternativas de financiamento externo já vinha sendo buscada, pois a contrapartida não incluía apenas aporte ao contrato, mas, também, a disponibilização de infra-estruturas (de transporte, de campos de pouso, de veículos e de meios de navegação), além do livre trânsito na fronteira.

Mais adiante, *"o vulto dessas obras determinará, obviamente, alguns anos de trabalho, não tendo, pelo menos de momento, informes a respeito do tempo previsto para execução do plano total"*. A insistência, com a execução de obras físicas, persistia e persistirá ao longo do tempo, pois as operações de campo estavam atrasadas, pelo atraso das contrapartidas e da disponibilização de infraestruturas, embora existisse o reconhecimento de que demandarão alguns anos de trabalho. Ao fim, o Editorial destaca uma série de medidas infraestruturais que estão sendo ou que deverão ser realizadas (*"outras obras e empreendimentos preliminares (...) poderíamos arrolar ainda"*), a fim de dar suporte ao Projeto, entre elas: postos de correio, posto de fiscalização, postos de saúde, estradas, drenagem de canais, enrocamento de portos, etc.

c) 12/10/1966 – *Estradas e Intercâmbio*. Relata sobre os trabalhos de campo da CLM, cuja evolução se deve ao *"apoio da ONU, através de fundos concedidos pelo BID"*. Ou seja, para fazer frente às despesas de contrapartida do Projeto, o Brasil recorreu a financiamento externo junto ao BID. Ao mesmo tempo, a reunião da CLM deliberou por novo pedido de financiamento, a fim de *"unir Pelotas à capital da república irmã"*, através da extensão da BR 116 até Jaguarão

e a conexão desta à Ruta 17, num total de 56 bilhões de cruzeiros. O projeto tinha o aval da FAO.

O Editorial enfatiza que haverá melhora nas trocas comerciais, pois de uma rodovia de "*trânsito inseguro*" não é possível extrair segurança no intercâmbio econômico, social e turístico. À medida que o projeto avança, consolidam-se as estratégias de desenvolvimento econômico, com base em adequadas condições infra-estruturais e visando retornos crescentes aos investimentos em realização.

3.5. Editoriais do *Correio do Povo* – 1967

a) 02/04/1967 – *Lagoa Mirim*. O Editorial saúda a decisão do governo do Marechal Costa e Silva de abrir crédito especial, no Ministério para Coordenação dos Organismos Regionais, para a manutenção das atividades da CLM e como "*contrapartida nas despesas que cabem ao nosso país*".

Segundo o jornal, isto significa "*mais impulso para o prosseguimento de seu trabalho de aproveitamento de extensa área de terras ora improdutivas*". Outra vez, o diário vai da louvação à contradição. Louvação para com as autoridades federais, que aprovaram recursos já negociados com o BID; e, contradição com relação à potencialidade das terras da BLM, que nos anos anteriores era dimensionada, figurativamente, como um verdadeiro maná.

b) 02/09/1967 – *Lagoa e Progresso*. Cobra das autoridades o amplo tempo decorrido na falta de interesse dos dois países em relação à Lagoa Mirim: “*Por que, então se esquecia a Lagoa Mirim, ... abrangendo toda a dilatada região que banha?*”. Salienta a ação da CLM, pois “*já existe mais do que reuniões e trocas de impressões*”, projetando esperança de que “*poderemos ter medidas objetivas, primeiras realizações, primeiros projetos em elaboração final, primeiras obras em andamento*”.

O Editorial, de alguma forma, refletia a forte pressão das comunidades locais por resultados efetivos, uma vez que lhes era incompreensível à necessidade de tanto tempo destinado a estudos e análises de dados, enquanto que as carências e anseios por maior desenvolvimento se acumulavam.

De outra forma, a contradição também se estabelece, pois, ao questionar o esquecimento da região, o jornal não revisa seu posicionamento, expresso nos editoriais dos anos anteriores, pois sempre destacava se tratar de uma área com enorme potencial socioeconômico.

3.6. Editoriais do *Correio do Povo* – 1968

a) 29/06/1968 – *Obras Fundamentais para o Estado*. O jornal edita que o retorno do Ministro do Interior, general Albuquerque Lima, proveniente dos Estados Unidos, obteve os “*melhores resultados (...) junto a USAID⁹², BID e*

⁹² USAID - *United States for Aid International Development*: organismo do governo norte-americano destinado à ajuda financeira e técnica aos países periféricos e observadores do

Banco Mundial, (...) havendo seguras perspectivas de alcançarem pleno êxito". Dentro do quadro de interesses hegemônicos, a fim de evitar a disseminação de ideias socialistas, de manter mercados para bens de capital e de ter acesso às fontes de produtos primários, não seria de estranhar que fossem abertas perspectivas de financiamento, até porque os recursos não seriam disponibilizados '*a fundo perdido*', mas, ao contrário, comporiam a dívida externa do país.

O jornal destaca que a ONU reforçará seu apoio ao PR 35 "*pela concessão de maiores verbas*". O reforço financeiro se devia aos Acordos de Ajuste (no total foram três) ao Plano de Operações, pois os recursos de contrapartida não se propiciaram a tempo em cada etapa. Isto ampliou o tempo de estudos de 4 para 5 anos. Assim, "*tais aspirações se, como tantas outras, não ficarem apenas no papel*", o Editorial é concluído entre a possibilidade de mais recursos e a incerteza de realizações efetivas, porque havia uma constante oscilação entre o desejo de ver algo concluído sem considerar as dificuldades operacionais e a falta de cumprimento de prazos e de recursos pelos dois países.

b) 26/09/1968 – *Lagoa Mirim*. Noticia que é um projeto de integração continental e, por isso "*é um dos financiamentos mais em voga pelas agências internacionais*", desde que não se trate de "*projetos apenas de irrigação, mas, sim, de projetos de desenvolvimento regional*". Este escopo é muito superior ao posicionamento limitado que o jornal faz de recuperação de terras para ampliar

ideário norte-americano de segurança nacional (formulada por Robert Mac Namara, durante o governo Kennedy).

a atividade primária. A falta de entendimento das dimensões da proposta será uma das tantas causas de sua derrocada. Do ponto de vista da integração, no Brasil disseminava-se a idéia de priorizar os propósitos de integridade territorial e, isto, de certa forma, era um projeto antagônico à integração econômica binacional.

c) 15/12/1968 – *Serenidade Diante da Crise*. O Editorial analisa a mensagem do Ministro da Justiça que comunicou “*ao povo brasileiro à volta ao regime de exceção dos Atos Institucionais e de Constituição Outorgada*”, a partir de “*manifestação do Conselho de Segurança Nacional e com base numa conjuntura de outros fatos, considerados perigosos à estabilidade da ordem pública e social – de uma nova ruptura da ordem constitucional (...)*”. O jornal prossegue, numa linha editorial diversa da adotada até então e questiona a necessidade de endurecimento do regime quando todos os esforços deveriam se dar no sentido de “*porfiado e paciente trabalho de democratização, isto é, a prol da implantação de uma democracia autêntica e integral, por etapas, dentro das limitações de subdesenvolvimento educacional e cultural que acompanha o subdesenvolvimento econômico*”.

Esta repetição da situação de restrição às liberdades individuais e políticas também vai contribuir com o retardo nas ações de campo do PR 35, pois, dentro da estratégia política de segurança nacional, as fronteiras passam a ser ponto obrigatório de restrição ao livre trânsito de pessoas. E a Bacia da Lagoa Mirim encontrava-se numa das fronteiras mais vigiadas pelas chamadas forças de segurança, em razão dos exílios de ponderáveis forças antiditatoriais.

4. Considerações Finais

O período entre 1963 e 1968 foi de consolidação e operação de campo de uma das raras possibilidades de estruturar um projeto de integração e desenvolvimento, pois o apoio técnico e financeiro da FAO/ONU na coleta de dados e na análise de alternativas de investimentos, com priorização de projetos e obras, não encontrou eco nos governos das diferentes esferas e resultou em um memorável conjunto de informações, que ainda estão esquecidas. Há enorme possibilidade de análises/retomadas sob diferentes óticas (econômica, social, agronômica, hidrológica, climatológica, química, etc) e por diferentes pesquisadores (historiadores, sociólogos, economistas, agrônomos, etc) e gestores políticos, devido ao vasto material arquivado no Brasil (Pelotas foi sub-sede do PR-35) e, principalmente, no Uruguai (a cidade de Treinta y Tres foi sede administrativa).

A visão deste artigo foi, deliberadamente, limitada a explorar os Editoriais do *Correio do Povo*, embora seja possível revisar o projeto com a ótica de outros órgãos de imprensa da capital e de cidades do interior, particularmente àquelas inseridas na Baixada Sul Rio-grandense (inicialmente) ou na Bacia da Lagoa Mirim (posteriormente). Além das publicações nos periódicos brasileiros, há, também, farto material nos periódicos uruguaios.

A apresentação dos fatos do cotidiano representa uma necessidade diária para a imprensa, mas sua expressão sob a forma de editoriais representa uma forma de expressar a posição institucional da empresa jornalística.

Os textos dos editoriais analisados oscilam em diferentes 'fases', sendo que numa fase inicial explicita-se uma posição de ufanismo com a "escolha" da Lagoa Mirim para um projeto com financiamento internacional; numa segunda fase há apreciação e sobredimensionamento das potencialidades da área; numa terceira fase reproduz os informes técnicos e mescla-os com as esperanças de alavancagem do subdesenvolvimento; e, por fim, numa quarta fase, frente ao recrudescimento do regime militar e a demora de resultados concretos (obras), o interesse vai sendo reduzido.

A revisão dos editoriais mostra que a imprensa expunha e defendia suas posições sem qualquer embasamento técnico, mesmo que se dispusessem de relatórios periódicos da SPVERFS (depois SUDESUL) e da CLM e que os informes dos membros da CLM, quando reproduzidos como é o caso do Editorial de 28/07/1965, ofereciam uma realidade diferente da defendida pelo jornal.

O interesse em ver transformada uma sub-região em uma área produtiva, sem estudos consolidados e sem participação socioeconômica significativa no período pós-guerra, foi sempre a principal argumentação do periódico, mesmo que para isso fossem desconsideradas necessidades de acúmulo de dados, de ajustes diplomáticos bilaterais, de transposição de fronteiras, de disponibilidade de recursos materiais, de recursos humanos habilitados e de recursos financeiros para as despesas de contrapartida. O interesse e posição empíricos da imprensa contrastavam com a realidade fática da égide dos regimes de exceção e das carências dos dois países subdesenvolvidos e numa área periférica às prioridades de investimentos dos dois países – Brasil e Uruguai.

O volume de recursos, de toda ordem, necessários à transformação da Bacia da Lagoa Mirim num pólo de desenvolvimento, nunca foi suficientemente analisado pelos editoriais, uma vez que os mesmos nunca primaram pela análise de relatórios técnicos disponíveis. As dimensões da proposta do PR 35 e a sua efetiva adoção/incorporação pelas comunidades abrangidas não foram analisadas pelo jornal, que manteve sua posição de forma empírica e expressando-a em manifestações genéricas e com solução de continuidade.

Se retomarmos Franco (1995; p.40), de que o *Correio do Povo* cumpriu seu papel, “(...) *pelos bons exemplos que difundiu no tocante à informação veraz*”, pode-se, no mínimo, discordar quando se trata do PR 35.

PERIODISMO ILUSTRADO E LITERATURA NO RIO GRANDE DO SUL DO SÉCULO XIX: POEMAS DE MÚCIO TEIXEIRA NO SEMANÁRIO PORTO- ALEGRENSE *O FÍGARO*

Luciana Coutinho Gepiak*

* Luciana Coutinho Gepiak é doutora em Letras pela FURG (2022), mestre em Letras pela FURG (2017), Especialista em Rio Grande do Sul: sociedade, política e cultura pela FURG (2014), Especialista em Literatura Brasileira Contemporânea pela UFPEL (2003) e graduada em Letras - Português pela FURG (2000). É autora dos livros: *Do jovem poeta no Parthenon Literário ao místico Barão de Ergonte: dois estudos de caso sobre o escritor gaúcho Múcio Teixeira*; *Líricas satíricas: o texto poético nas páginas da Comédia Social*; *Imprensa e escrita feminina: Revocata Heloísa de Melo e o periodismo sul-rio-grandense* e *Escrita feminina no Brasil Meridional: Revocata Heloísa de Melo - reconhecimento e produção bibliográfica*. Participou de três coautorias. É responsável pelo Setor de Literatura, vinculado à Secretaria de Município da Cultura, Esporte e Economia Criativa, da Prefeitura Municipal do Rio Grande..

Em termos de jornalismo, um fenômeno mundial ocorre no século XIX, principalmente na sua segunda metade, com uma grande expansão de periódicos voltados ao humor, a partir de textos e gravuras normalmente carregados de tintas críticas. Isso também ocorre no Brasil, ainda mais nas grandes cidades das várias províncias, como é o caso do Rio Grande do Sul, concentrando-se na sua capital Porto Alegre vários semanários destinados a divulgar caricaturas e matérias escritas voltadas à crítica política e social. Além disso, essas publicações também abrem suas páginas para textos literários, dando espaço para a divulgação das obras de escritores anônimos ou reconhecidos.

Um destes jornais é *O Fígaro*, que circula em Porto Alegre entre 1878 e 1879, que, apesar da curta duração, marca a imprensa caricata sul-rio-grandense. Suas páginas ilustradas trazem caricaturas, charges e cartoons cheios de humor e conteúdo cortante e picante, havendo também espaço para a redação de textos com o mesmo sentido. Vinculada ou não a essa tendência aparece também uma seção destinada à Literatura, com textos em prosa e verso, com o objetivo de diversificar a edição, oferecendo leituras alternativas a seu público. Entre os vários escritores que aparecem as páginas do *Fígaro* está Múcio Teixeira, ainda no início da carreira, mas que viria a ser um dos mais importantes escritores gaúchos. Esses pouco poemas de Teixeira constituem apenas um pequeníssima parte de sua produção, mas servem para conhecer os primeiros passos de sua obra.

Nos estudos de natureza literária, “a coleta de fragmentos de história da literatura e a posterior tentativa de organização desse material não pressupõem, no conjunto, um mosaico equilibrado e contínuo”, mas podem representar “a chance de uma mirada sincrônica que traz, consigo, possibilidades novas e menos viciadas de se estudar o campo literário” (PÓVOAS, 2012, p. 364). Nesta linha, “apesar da opção por um objeto de estudo fragmentário, caracterizado pela descontinuidade e de amplas dificuldades na obtenção das fontes”, a continuidade da pesquisa é fundamental no sentido da obtenção sistematização e organização dos dados (ALVES, 1999, p. 22).

Dessa maneira, tais “fragmentos podem ser tratados como um inventário” utilizado “na comunicação diária ou como *bagagem* permanente através da qual podem gerar-se e com a qual podem comparar-se novos textos e fragmentos”. Em um “sentido sociocultural”, tais fragmentos não constituem “um catálogo neutro, simplesmente, mas sim como aquele que ajuda à sociedade a manter seus *modelos de realidade*”, os quais, “por seu turno regem os modelos de interação interpessoal”. Tais fontes “prevalecem nos distintos níveis da sociedade, contribuindo para conservá-la e estabilizá-la” (EVEN-ZOHAR, 2013, p. 42-43).

O Fígaro é publicado em Porto Alegre, entre 6 de outubro de 1878 e 13 de abril de 1879, tendo uma vida breve, com a edição de 26 números. Seu título é uma alusão ao personagem principal da peça teatral *O barbeiro de Sevilha*, demarcando o estilo editorial da folha, lembrando vários outros títulos de jornais do mesmo gênero que trazem consigo o sentido cortante,

fundamentalmente com referência a um dos instrumentos do barbeiro – a navalha. O próprio ícone gráfico escolhido pela redação para representar a publicação trazia essa inspiração.

Logo na primeira página, o “barbeiro *Fígaro*” se apresenta: “Eu venho respeitoso, alguma coisa tímido; Pedir a proteção do povo hospitaleiro; Navalhas e pincéis, escovas e cosméticos; Há tudo, e muito bom, em casa do barbeiro” (*Fígaro*, Porto Alegre, 6 out. 1878, p. 1). O programa do periódico é também escrito por meio de versos, em manifestação do “*Fígaro* aos seus assinantes”:

Fígaro, gentil barbeiro
Que Rossini e Beaumarchais
Tornaram tão conhecido
Vem hoje, tal como é,
Com donaire prazenteiro,
Oferecer os seus serviços
Ao povo porto-alegrense.
Porém ninguém aí pense
Que, além de suas navalhas,
Ele use daquelas malhas
Com que prendia Rosina,
A pupila peregrina,
Do mais casmurro tutor.
Nada disso, não, senhor;
O que pode asseverar
É que há de barbear
A todos com muito jeito
(Como hoje está aceito
No mundo civilizado).
Sabonete *parfumé*
Veloutine Charles Fay,
O freguês ensaboadão,

Não sentirá nada o fio
Do seu ferrinho amolado.
E quando a mão, mais pesada
Esfole um pouco o freguês,
Em lugar do *cold crême*,
Faz na viola um arpejo,
E doce como um bafejo
Neutraliza-lhe o revés.
Mas, deixemos para o lado,
O sentido figurado.

Como vedes, leitor, este jornal
É crítico, humorístico, ilustrado,
Quer bem aceito ser, não odiado,
Nesta nossa formosa capital.

A vida íntima – o viver do lar –
Há de ser nele sempre respeitada,
E na crítica usara d'alfinetada
Que não possa ferir nem machucar.

Pretende fazer rir, nunca doer,
Fígaro vol'o diz, vol'o assegura,
Tende nele fé, haveis de ver.

Eis o programa; é verdade pura,
Para o cumprir há pouco que fazer;
Concorra cada qual com a assinatura. (*Fígaro*, Porto Alegre, 6 out. 1878, p. 2).



Apesar destes citados cuidados, por outro lado, a apresentação do *Fígaro* acaba por também expressar suas intenções satíricas, destacando que “antes que se riam de mim, rio-me eu dos outros” e, no caso de fecharem-lhe as portas, saltaria pelas janelas e, quando estas estivessem fechadas, destaparia o telhado. Esclarece que “a intriga é o meu pão nosso; vou, venho, trago, levo, paro aqui, escuto acolá”. Diz também que “do baralho de cartas, chamado humanidade, tiro mil combinações divertidas”, estabelecendo ainda que “onde acaba a virtude, começo eu a rir”. (*Fígaro*, Porto Alegre, 6 out. 1878, p. 2). Mais tarde, na passagem do ano de 1878 a 1879, os redatores reafirmam: “Navalha fina de causar inveja; Ensaboadela, pomada mui brilhante; Continua a dedicar-vos com amor; E em troca pede só vosso favor.”; e ainda reiteram sua meta de procurar “rir sem ferir, brincar sem molestar, sem invadir o lar, a vida íntima, o sacrário da família” (*Fígaro*, Porto Alegre, 5 jan. 1879, p. 1).

Como a maior parte das folhas caricatas, *O Fígaro* apresenta 8 páginas, metade delas com desenhos e a outra com textos, com formato de 29 por 31, sendo impressa primeiramente na Tipografia do *Deutsche Zeitung* (nímeros 1 a 13); depois na Tipografia do *Mercantil* (nímeros 14 a 20); e, finalmente, na Tipografia da *Reforma* (nímeros 21 a 26). Suas “obras litográficas” ocorrem no “bem equipado e conceituado estabelecimento de Emílio Wiedmann, em cujos escritórios funcionava a redação do hebdomadário”, e em “cujos balcões se tomavam e pagavam as assinaturas, à razão de 16\$000 por ano, 9\$000 por semestre e 5\$000 por trimestre” e “o número avulso custava \$500 réis”. A edição

do periódico fica na responsabilidade de Cândido de Faria, com experiência na arte caricatural no centro do país (FERREIRA, 1962, p. 62; 71-75).

Entre suas várias seções, o semanário apresenta A Semana; Teatro; Quadros sociais; Vespas e pirilampos; Cousas; e Piadas. O periódico “associou ao comedimento das críticas o uso de uma gramática de regras bem estudadas”, com uma “prosa não modelar em seus aspectos literários, porém, portadora de bom comportamento e, sem dúvida, diferente de certa escrita vulgar” presente em outros hebdomadários, a qual “menos parecia obra de noticiário canhestro do que frouxa redação de colegial”. Deste modo, “fez questão de respeitar o binômio simpático que sufragara para sua divisa – decência nos ditos e correção na forma”, banindo “o palavrão dos domínios da empresa” (FERREIRA, 1962, p. 67).

Suas páginas são frequentadas por escritores muitas vezes identificados apenas pelas iniciais, outros por pseudônimos e ainda outros pouco conhecidos como Ab-del-Kader, Armando de Aguiar, Barreto Bastos Júnior, Bavard, Bom Tempo, Buffon Júnior, Caromelo, Cri-Cri, C. Vero, Nemo, O Carapuceiro, Perguntador e Toc-Tic. Aparece também transcrição do escritor Paul Parfait (1841-1881). Dentre os literatos mais conhecidos também se faz presente na redação do periódico João Damasceno Vieira Fernandes (1850-1910), funcionário público sul-rio-grandense que atuou como poeta, crítico, historiador, romancista e teatrólogo, além de ser um dos membros do Partenon Literário (MARTINS, 1978, p. 211).

A presença literária foi uma constante nas páginas do *Fígaro*, havendo praticamente um espaço rotineiro para os versos, como foi o caso de "Soneto", "Ao *Fígaro*", "A certa moça", "A um nariz", "Epigrama", "Por quem se espera sempre", "Boa conserva", "Beijos", "Requerimento", "Requerimento à Sua Majestade o Imperador", "Delírio", "Charada em quadro", "Graça sem graça", "Alcino e Márcia", "Passeio a Pelotas", além de epigramas, romances, contos e crônicas⁹³.

Desta maneira, a folha "escolheu a dedo alguns companheiros que não fossem muito afeiçoados à zombaria cabeluda" e que "ainda não se achassem muito viciados de certos cacoetes da província", vindo a "ter sorte na seleção e também na dedicação" destes colaboradores. Dentre eles colabora na redação do *Fígaro* o escritor Múcio Teixeira, com destaque para textos poéticos que insere em pelo menos quatro edições da folha.

Múcio Scévola Lopes Teixeira⁹⁴ nasce em Porto Alegre, a 13 de setembro de 1857 e faleceu no Rio de Janeiro, a 8 de agosto de 1928. Passou parte da infância em sua cidade natal. Em 1864, estuda no Colégio Victório, no Rio de Janeiro, e, de volta a Porto Alegre, matricula-se no Colégio Gomes, no qual teve por colegas indivíduos que viriam a integrar o movimento republicano rio-grandense, como o próprio Júlio de Castilhos. Na capital gaúcha, também frequenta o Colégio Rio-Grandense, desde 1869, convivendo com o escritor Apolinário Porto Alegre, tendo ainda servido na Escola Militar até 1875, quando

⁹³ Texto ampliado a partir do publicado na revista *Cadernos Literários*, v. 27, n. 1, 2019, p. 60-70.

⁹⁴ Biografia realizada com base em TEIXEIRA, 1922.

se afasta da mesma. Ainda na adolescência, Múcio é um jovem e ativo participante do Parthenon Literário, entidade significativa na fundamentação das letras rio-grandenses, escrevendo na revista da mesma desde 1872.

Em 1878, Múcio Teixeira muda-se para o Rio de Janeiro, dando continuidade à sua atuação como poeta. Ingressa no serviço público em 1880, quando é nomeado secretário de governo na Província do Espírito Santo. Chegou a voltar ao Rio Grande do Sul em 1881, para tentar a vida política, como deputado, mas, não obtendo sucesso, desliga-se da função administrativa no Espírito Santo e retorna para o Rio de Janeiro, em 1882. Na Corte, dá seguimento à sua carreira literária e atua em várias publicações periódicas. Desde 1885, cai nas graças de D. Pedro II, chegando a ser considerado como o “poeta imperial” e vindo a ser nomeado para cargo consular na Venezuela, país no qual continua publicando suas obras.

A função pública no exterior é suspensa, a partir da proclamação da República e Múcio Teixeira retorna ao Brasil, prosseguindo a carreira na poesia sob o mecenato de um português endinheirado e monarquista. Envolve-se com o capital financeiro, atuando em estabelecimentos bancários que falem tendo em vista a crise econômica pela qual o país passava. A partir de tais dificuldades, retorna ao Rio Grande do Sul e, a convite do antigo colega Júlio de Castilhos, atua na imprensa governista gaúcha. Permanece no sul até 1896, quando volta ao Rio de Janeiro, dedicando-se à carreira literária e jornalística, tanto naquela cidade quanto em Salvador, onde passa algum tempo, depois do qual retorna de vez à capital federal. No século XX, dá uma guinada na sua vida,

voltando-se para o ocultismo, sem abandonar a ação literária que em parte sofre as influências do novo destino por ele seguido, ligado aos segredos da natureza e aos poderes sobrenaturais.

Ao longo de sua ação intelectual, Múcio Teixeira faz parte de várias entidades culturais e científicas, colaborando num incontável número de publicações. Ele também escreve sob os pseudônimos *Boêmio*, *Montalvo*, *Manfredo*, *Muciano Tebas*, *Felício Fontoura e Cia.* e *Barão Ergonte*, este último a partir do momento em que passa a trilhar o terreno das ciências ocultas, profecias e adivinhações. Ele é autor de uma grande quantidade de livros⁹⁵ e infindáveis artigos e colaborações publicadas junto à imprensa. Sua carreira gravita entre os mais variados afazeres intelectuais, constituindo-se ele numa “das figuras mais ricas e controvertidas dentre as que militaram no cenário literário” de sua época, notadamente a partir de “sua extensa obra” na qual podem ser encontradas “poesia, folclore, história, romance, memórias, dramas, sátiras, poesia gauchesca e várias traduções de autores espanhóis, franceses e alemães” (BAUMGARTEN, 1982, p. 63).

⁹⁵ Dentre seus livros, podem ser citados: *Vozes trêmulas* (1873), *Violetas* (1875), *Sombras e clarões* (1877), *Fausto e Margarida* (1878), *Cantos e contos* (1879), *O inferno político* (1879) *Cérebro e coração* (1880), *Novos ideais* (1880), *O Tribuno-Rei* (1881) *Prismas e vibrações* (1882), *A canção da escravidão* (1883), *Hugonianas* (1885), *Poesias e poemas* (1888), *Celajes* (1889), *Poesias de D. Múcio Teixeira* (1889), *A revolução no Rio Grande do Sul* (1893), *O Girafa* (1895), *Poetas do Brasil* (1896), *Vida e obra de Castro Alves* (1896), *Campo santo* (1902-1903), *Leviandades de Clímene* (1906), *Esculhambações* (1909), *Homens do meu tempo* (1914), *Terra incógnita* (1916), *O imperador visto de perto* (1917), *Os gaúchos* (1920), *Tratado elementar de ciências ocultas* (1921) *Brasas e cinzas* (1921) *Dogma e ritual de alta magia* (1924) e *O negro na quinta imperial* (1927).

Nesse sentido, o escritor rio-grandense, desde a juventude, nas lides do Parthenon Literário, até a maturidade e a velhice, com o ocultista Barão Ergonte, constitui um intelectual múltiplo em suas atividades:

Múcio Teixeira foi um dos mais profícuos, inquietos e versáteis autores sul-rio-grandenses, produzindo intensamente ao longo de uma trajetória de quase cinquenta anos, sob diversas orientações estéticas. Da sua estreia, em 1872, até a sua morte, em 1926, publicou mais de quarenta títulos e um número incalculável de textos esparsos em jornais e revistas. Na ficção, experimentou todos os gêneros e suas variações. Como prosador, incorreu pelo romance histórico; como teatrólogo, escreveu dramas, comédias e sátiras; como poeta, destacou-se, fundamentalmente, por sua poesia lírica, muito embora tenha escrito versos satíricos com reconhecida habilidade. Fora da ficção, escreveu biografias, estudos históricos, crítica literária e exerceu o jornalismo, tendo atuado nessa atividade nas mais variadas funções em periódicos das diversas cidades onde esteve. (SANTOS, 2005, p. 8)

No que se refere à política, inspirado em alguns dos ideais presentes no Parthenon Literário e influenciado pelo mestre Apolinário Porto Alegre, Múcio Teixeira torna-se um “republicano de primeira hora”, para depois transformar-se “em monarquista ao contar com a proteção do imperador”. Mais tarde, “o poeta aceitou o convite de Júlio de Castilhos para uma posição na imprensa governista, convertendo-se, dessa forma, em convicto republicano”. Tal pensamento não foi duradouro, não resistindo aos desentendimentos com aquele líder republicano, de modo que “Teixeira, já na virada do século XIX para o XX, retomaria seu caminho de monarquista” (ALVES, 1998, p. 272).

Considerado como “distinto literato” e “inspirado poeta e antigo jornalista” contribuiu “para o enriquecimento das letras brasileiras”, com obras cujas foram traduzidas em diversas línguas, além de ter sido “condecorado com diversas

ordens nacionais e estrangeiras", bem como era "membro de vários institutos científicos e literários de diferentes países" (BLAKE, 1900, v. 6, p. 300-302). Sua produção intelectual é ampla. Atuando como "poeta, jornalista, biógrafo, romancista, teatrólogo, ensaísta" e "quiromante" (VILLAS-BÔAS, 1974, 510-511; VILLAS-BÔAS, 1991, p. 5 e 242-243), levando uma vida "agitada e andarenga" (MARTINS, 1978, p. 578-579).

Tendo experimentado "o ensaio, o romance, o drama e a biografia", Múcio Teixeira firma-se, "contudo, como poeta, sendo considerado um dos iniciadores da poesia de veio regionalista", assim como "dedicou-se ao ocultismo" (MOREIRA, 2002, p. 166-172 e 182). Sua ação leva-o a ser denominado como um escritor "versátil e andejo" e considerado como o "poeta mais culto e de forma incomparavelmente superior, a estirpe gauchesca", produzindo "teatro de boa qualidade literária", além de elogiáveis atuações como crítico literário, biógrafo, jornalista e satirista, vindo a constituir uma das "figuras consagradas" da literatura gaúcha (CESAR, 2006, p. 205, 211, 283, 371, 374, 402, 404-408 e 412-413), bem como "um dos tipos humanos mais interessantes de sua época" (BUENO, 2007, p. 148-150) e "uma das figuras literárias mais interessantes do Brasil meridional, não só pelo valor intrínseco da sua obra, como pelo espetáculo contraditório da sua vida" (SILVA, 1924, p. 67-68).

Incansável colaborador nos mais variados gêneros jornalísticos, Múcio Teixeira deixa sua marca também na imprensa caricata gaúcha, mais especificamente nas páginas do *Fígaro*.

Múcio, a despeito do caráter irritadiço e do temperamento arrebatado, nunca chegou a exceder-se ali em sua literatura e deu ao *Figaro* extensa ajuda (...), especialmente no verso, que sabia manipular com destreza (...). O descometido satirista, que mais tarde viria a surzir com tanto calor e descompasso a vários figurões da política, (...) foi na folha de Cândido de Faria um anjo – um anjo contrafeito, a quebrar esquinas nas nuvens, mas em todo caso... um anjo. É verdade que de vez em quando aliviava as axilas das asas incômodas e dava de manejar o tridente que o Diabo esquecera no porta-bengalas. (FERREIRA, 1962, p. 67-68)

São quatro as colaborações assinadas por Múcio Teixeira no *Figaro*, todas elas em versos. As três primeiras, denominadas “Poema microscópico”, têm um caráter de continuidade, divididas em “cantos”, com a edição do “primeiro”, “segundo” e “quarto”, faltando no acervo existente na Biblioteca Rio-Grandense o número do periódico que contém o “canto terceiro”. A última é independente das demais. Nas quatro inserções ocorre referência ao pensamento republicano que no momento orienta o autor.

Os três “Poema microscópico” têm por protagonista “Lulu”, supostamente uma criança que comete peraltices, mas, bem de acordo com o estilo satírico do periódico em que era apresentado e com o do próprio autor, fica inserido um conteúdo crítico nos versos, que se volta contra alguns dos atores políticos e sociais da época. As três inserções são dedicadas a Matheus de Magalhães e a primeira tem dezessete estrofes, a segunda, vinte e duas e a terceira, quinze.

POEMA MICROSCOPIO.

(A MATHEUS DE MAGALHÃES.)

CANTO PRIMEIRO.

LULU.

Depois de Guerra Junqueiro,
Em seu estyo gentil,
Fazer' saltar do tinteiro
Uma tragedia infantil;

Como queres tu, Matheus,
Estrophes minhas assim?
Insistes? — valha-me Deus,
Não ha remédio... ai de mim!

O nosso heróe tem apenas
Quattro annos e seis mezes;
Mas, gosta já de *pequenas*
E torce a cara aos burguezes.

É d'uma viveza estranha,
É d'un vigor inaudito;
Mais leve do que uma aranha...
Mais ágil do que um cabrito...

Se fosse moça, diria
Algum phýsico Musset,
Em lyrical poesia:
„Oh! é um typo *élancé*!“

E quando lhe chega á mão
Uma moeda de prata,
Que grande satisfação!
Como ess' alma se dilata!...

Por mim, direi que é delgado,
Como esses galgos rafeiros
Que passam por um cercado,
Mais ágeis que os parelheiros...

É um originalão!
Tem tão picantes lembranças,
Que a gente pensa que são
Aguadas pontas de lanças.

Co'uma rôlha, que queimára,
— O infantil Rafael —
Pinta bigódes na cara,
A Victor Emanoel!

Dezenha cruzes nas rédes,
É um Rubens, em embryão,
Que anda a sujar as paredes
Com um terrível carvão.

Com traços grossos, informes,
Pinta um sujeito rotundo,
Põe-lhe bochechas enormes...
E diz que — é Pedro Segundo.

Á porta da rua, ufano,
Tem provocado motins...
Pois é tão republicano
Como o Silveira Martins!...

Tem d'essas grandes lembranças
Esse pensador profundo;
Que, p'ra se rir das *crianças*:
Falla em almas d'outro mundo...

N'um jornal mette a thesoura,
E faz um chapéu-armado;
— E sobre um pátio de vassoura
Galopa pelo sobrado!...

Cospe ao chapéu dos sujeitos
Que passam sob as janellas;
Pede ás vizitas confeitos,
E dá beijos nas donzellias.

Descompõe a cozinheira
Não tem medo de ninguem!
E chora uma tarde inteira
Para alcançar um vintem...

(Continua.)

MUCIO TEIXEIRA.

O primeiro canto do “Poema microscópico” tem por subtítulo o nome do próprio protagonista, “Lulu” (*Fígaro*, Porto Alegre, 3 nov. 1878, p. 3). O poeta anuncia que traz ao público “uma tragédia infantil”, dizendo que o “herói tem apenas quatro anos e seis meses”, mas, revelando que a referência poderia não ser a uma criança, explica que “Lulu gosta já de *pequenas* e torce a cara aos burgueses”. A personagem é descrita em suas características físicas e comportamentais, vindo a ser comparado a uma das principais figuras do partido liberal da época imperial, cujas posições eram tão radicais que chegava a ser comparado a um republicano:

À porta da rua, ufano,
Tem provocado motins...
Pois é tão republicano
Como o Silveira Martins!...

O FIGARO.

3

POEMA MICROSCÓPICO.

(A MATHEUS DE MAGALHÃES.)

CANTO SEGUNDO.

A RAPADURA.

Nunca tiveste um desejo
Forte, selvagem, brutal;
Tenaz como um persevejo.
Sedento como um areal?...

Impertinente, teimoso,
Como uma chuva de inverno;
Ou como os prismas de um góso,
Porentre as chamas do inferno!...

Nenhum d'aqueles desejos
Cheios de ciúme e de fébre,
Que estão da mulher nos beijos,
Ou no olhar d'uma lèbre!...

Concentrados, subterraneos.
Occultos, mudos, sombrios:
Como as idéas nos craneos,
Ou como as lesmas nos rios.

Desejos fortes, insanos,
Como as paixões illegítimas,
Que fazem dos reis — tyrannos...
E fazem das nações — victimas!

Pois bem; assim, abysmado
Em misteriosos idéas,
O nosso heróe, concentrado,
Pensa, pensa... e pensa mais!

Já os seus irmãos mais velhos
Voltam, contentes, da escola;
Lulú — com as mãos nos joelhos —
Suspira... nada o consola!

Debalde a mäi, extremosa
Como as mãis todas o são,
Diz-lhe com voz carinhosa:
„Que tens, meu filho?“ É em vão.

Elle está surdo ao que ouve,
Elle está cego ao que vê;
Pergunta a avô: „Mas, o que houve?
„Meu neto! o que tens? o quê?“

Nada. Lulú não responde;
Está levado da bréca!...
... Aquelle silencio esconde
Um grito abafado: *Eureka!*

Levanta-se a toda a pressa,
Examina as algibeiras,
E — sem *bonet* na cabeça —
Sai rua fôra ás carreiras!...

Chegando á venda da esquina,
Pede um *pão de rapadura*;
Levanta a palha, examina....
E aperta, a ver se é bem dura.

„Não presta!“ diz ao caixeiro,
Lançando-a sobre o balcão;
Entra... e escolhe, altaneiro,
Como se fôra o patrão.

Conhecedor da materia,
Não vê que era assim no mais
Que o caixeiro por pilheria
O lograria... — jamais!

„Que tens?“ perguntam-lhe em côro
Madrinha, avô, mäi e pai;
Lulú, com cara de chôro,
Aperta a barriga e cai.

Mal chega a casa e contente
Desembrulha a rapadura,
Pondera a avô, seriamente:
„Mas, si elle está com soltura!...“

— „Não comes isso!“ assustada
Diz a mäi: „meu filho! não!...
... Queres morrer?“ mas a escada
Já elle galgára então.

Debalde a um tempo murmura
A mäi, a avô, a madrinha....
Se aquillo era — rapadura —
Ora! o mais... o que é que tinha?

E em quanto o Lulú lá anda
A comer e a passeiar,
O relégio da varanda
Marca a hora de jantar.

A avô, ante o oratorio,
Rezava a sua oração,
Quando chegou do cartorio
O alto e magro escrivão.

Está o jantar á mesa:
Vêm os pratos fumegando...
Oh! dôr! oh! susto! oh! surpresa!
E Lulú — entra... lançando!...

(Continua.)

MUCIO TEIXEIRA.

O canto segundo do Poema microscópico denomina-se “A rapadura” (*Fígaro*, Porto Alegre, 10 nov. 1878, p. 3), havendo nele várias insinuações de cunho sensual, fundamentadas no desejo homem – mulher, para depois desviar a trajetória e voltar ao “herói Lulu”, com a explicação de que o desejo em pauta é de caráter gastronômico, voltado ao consumo de um doce que acaba por fazê-lhe mal. Em meio aos versos de abertura, há outro posicionamento do autor de oposição à monarquia, considerados os soberanos como tiranos que transformam suas nações em vítimas, estando a personagem a pensar em seus “misteriosos ideias”, em referência à república:

Desejos fortes, insanos,
Como as paixões, ilegítimas,
Que fazem dos reis – tiranos...
E fazem das nações – vítimas!

Pois bem; assim, abismado
Em misteriosos ideais,
O nosso herói, concentrado,
Pensa, pensa... e pensa demais!

HISTÓRIA E IMPRENSA PERIÓDICA: MÚLTIPLOS ENFOQUES

* * * O FIGARO * * *

7

POEMA MICROSCÓPICO

(A Matheus de Magalhães)

CANTO QUARTO

Lulú ao quebrar o vidro,
Para agarrar a pandorga...
(Não acho uma rima em *idro*,
Nem acho outra rima em *orga*!)

Fez a vidraça em pedaços,
N'um rasgo de intrepidez;
Caindo alguns estilhaços
Sobre o nariz de um burguez.

O burguez era um sujeito
Gordo, baixo e cachacudo,
Que andava de *amor-perfeito*
A' gola do sobretudo.

Além de muitas fraquezas,
Punha nankim no cabello;
Uzava de barbas inglezas
E chapéo alto de pello.

Seus olhos, discretamente
Sob as ruivas sobrancelhas,
Rolavam constantemente
Entre as palpebras vermelhas...

As bochêchas —de criança
E o seu nariz rubicundo,
Traziam logo à lembrança
O Sr. Pedro Segundo.

Ferido no seu orgulho,
O homem soltou a guélla...
Lulú, ouvindo o burulho,
Voltou de novo à janella:

Segurou-se ao parapeito
E, na pontinha dos pés,
Olhava para o sujeito,
Attento, a vêr o que fez.

O homem, desesperado,
Da indignação no acesso,
— Raivoso como um soldado —
Gritava como um possesso!...

Os rapazes, por seu mal,
Csda qual mais atrevido,
Deram-lhe uma vaia tal
Que o burguez saiu corrido.

Chegando então á janella
A respeitável avó,
Os rapazitos ao vél-a
Calaram-se a um tempo só.

Mas, o escrivão, que vinha
P'ra casa, mui socegado,
Souve, por uma visinha,
Do que se tinha passado.

Sóbe de um pulo as escadas,
Corre direito ao Lulú,
E... dá-lhe duas palmadas
Na parte mole &c...

Não vem ao caso o lugar;
Silencio, Muza, caluda!
Lulú desata a chorar,
Que é mesmo um Deus nos accuda...

A mãi, a avó, a madrinha,
Ouvindo a voz do Lulú,
Vêm, a bradar, da cosinha:
« Jesus! meu Deus! que tens tu? »

(Continúa).

MUCIO TEIXEIRA.

Typ. do MERCANTIL, rua do General Camara n. 39

Sem a publicação do terceiro, o “Poema microscópico” passa para o quarto canto, o qual não apresenta subtítulo (*Fígaro*, Porto Alegre, 12 jan. 1879, p. 7), qual acaba por ser o último, apesar da promessa que continuaria. A narrativa poética se refere a uma travessura de “Lulu”, que quebra um vidro ao brincar com uma pandorga, atitude pela qual acaba por ser punido levando umas palmadas. O antagonista desta vez é um “burguês”, em referência à aos ricos da classe burguesa que se associavam à monarquia, sobre o nariz do qual caíram estilhaços do vidro quebrado pelo protagonista. A descrição do “burguês” mostra a sua identificação com a monarquia:

O burguês era um sujeito
Gordo, baixo e cachaçudo,
Que andava de *amor-perfeito*
À gola do sobretudo.

Além de muitas fraquezas,
Punha nanquim no cabelo;
Usava de barbas inglesas
E chapéu alto de pelo.
(...)
As bochechas – de criança
E o seu nariz rubicundo
Traziam logo à lembrança
O Sr. Pedro Segundo.

HISTÓRIA E IMPRENSA PERIÓDICA: MÚLTIPLOS ENFOQUES

— O FIGARO —

6

Hamlet de Shakespeare, traduzido por El-Rei o Sr. D. Luiz I.

Terminada que seja essa publicação, começará a do *Fausto* de Goethe, no original, ficando assim duas vellas accesas: uma à Deus outra ao diabo.

* *

A *Gazeta* disse no seu programma (foi um programma philosophico), que não tinha política, que seria alheia às lutas dos partidos (chapa) que só advogaria os interesses da *industria*...

Entretanto, vai publicando os discursos do Exm. Sr. Gaspar Martins ao mesmo tempo que atira pedradas ao Sr. Barão de Cotegipe.

Ali! *Rio-Grandense*! se quebrasses a lousa do teu tumulto....

* *

Um Sr. edil da nossa muito illustre e pachorrenta camara apresentou em sessão o seguinte projecto:

— « Proponho a construção d'uma pinguela na calha da rua General Camara esquina da 7 de Setembro, para servir de passagem às pessoas que por ali tiverem de passar, cobrando-se 10 rs. por cabeça. O producto desse pedágio será aplicado em sustentar a cavalgadura para o Sr. Engenheiro. »

* *

Os *Esmraldinos* estão zangados com o *Figaro*. Dizem que fomos ingratos esquecido de desenhar na pagina carnavalesca, o seu *carro montanha*.

Que selhes ha de fazer?

A *montanha* era tamanha que, desenhada, ocuparia toda a folha.

Para o anno Srs. *Esmraldinos*, menos *montanha* e mais gosto.

Types sociales

I

O BARÃO

—○—

E' gordo como um lord e bruto como um ursa; Uzurario, cortéz, hypocrita e glotão. Desde *commendador* já pensa no discurso Que ha de fazer no dia em que sair *barão*!

Manda o filho estudar n'alguma academia, Para que *deputado* um dia venha a ser.... Canto, musica, inglez, franez e *geographia* Manda ensinar à filha — a qual mal sabe ler...

E' *ella* o seu orgulho, o seu maior thesouro; Tem brincos de brilhantes e bracelete d'ouro; E ha de ser mulher, por força d'un *doutor*...

Por cima do sofá, na sala, em seu sobrado, Tem o retrato grande, em quadro emoldurado, De — sua magestade o augusto imperador!

MUCIO TEIXEIRA.

Types sociales

II

A BARONEZA

—○—

E' bella e sensual, affavel e discreta; Romantica, ideal... um todo feiticeiro! Inspira madrigaes a um lyrico poeta... E dispõe quando quer do cofre d'un banqueiro!

Abre de par em par os seus salões doirados Aos *dandys*, aos *crevés*, aos ricos e aos doutos; E em quanto faz a corte aos nobres convidados... O Barão — toma chá... a mastigar biscuits!

Venturosa mulher! tem tudo que deseja. Que santa ha por ahí, que em sua propria igreja Tenha de seus fieis tamanha adoração?...

E' uma alma — que divaga, à tōa, nas alturas... N'um corpo — que provoca assombros e loucuras Aos filhos de *Falstaff* e aos netos de *D. João*.

MUCIO TEIXEIRA.

Alcino e Marcia

Estava Alcino enlevado De Marcia pela beleza, Quando da linda cabeça Se desmancha o penteado.

Finalmente, a última colaboração poética de Múcio Teixeira para *O Fígaro* chama-se “Tipos sociais”, com dois sonetos, um voltado a descrever “O Barão” e outro “A Baronesa” (*Fígaro*, Porto Alegre, 9 mar. 1879, p. 6). Neles fica evidenciada a angústia social do autor e a sua aversão à nobreza que tanto contribuía para a permanência da monarquia.

O Barão é descrito de forma totalmente pejorativa, tanto na aparência quanto no comportamento, estando unicamente interessado na sua ascensão em meio às categorias nobiliárquicas. Tem pretensões de lançar o filho na vida política e arranjar um casamento por interesses para filha. Finalmente é demonstrada toda a sua filiação à monarquia, ao ostentar em seu salão principal um quadro do imperador:

É gordo como um lorde e bruto como um urso;
Usurário, cortês, hipócrita e glutão.
Desde *comendador* já pensa no discurso
Que há de fazer no dia em que sair *barão*!

Manda o filho estudar nalguma academia,
Para que *deputado* um dia venha a ser...
Canto, música, inglês, francês e geografia
Manda ensinar à filha – a qual mal sabe ler...

É *ela* o seu orgulho, o seu maior tesouro;
Tem brincos de brilhantes e bracelete d'ouro:
E há de ser mulher, por força dum *doutor*...

Por cima do sofá, na sala, em seu sobrado,
Tem o retrato grande, em quadro emoldurado,
De – sua majestade o augusto imperador!

A Baronesa, por outro lado, é descrita de maneira mais favorável, principalmente quanto aos atributos de beleza, mas, ao mesmo tempo, é apresentada como uma mulher voltada às futilidades das festas e das relações sociais. Na aparência surge como devota e até carola, mas no íntimo há uma insinuação de luxúria e até de adultério, só contribuindo para com a antipatia para com a figura do Barão e da nobreza em geral:

É bela e sensual, afável e discreta;
Romântica, ideal... um todo feiticeiro!
Inspira madrigais a um lírico poeta...
E dispõe quando quer do cofre de um banqueiro!

Abre de par em par os seus salões doirados
Aos *dandys*, aos *crevés*, aos ricos e aos doutos;
E enquanto faz a corte aos nobres convidados...
O Barão – toma chá... a mastigar biscoitos!

Venturosa mulher! tem tudo que deseja.
Que santa há por aí, que em sua própria igreja
Tenha de seus fieis tamanha adoração?...

É uma alma – que divaga, à toa, nas alturas...
Num corpo – que provoca assombros e loucuras
Aos filhos de *Falstaffe* aos netos de *D. João*.

A presença de Múcio Teixeira nas páginas do *Figaro* corresponde ao início de sua carreira. Embora bastante precoce, com a participação no Partenon Literário, e já tendo lançado seis livros desde 1873, o período em que atua no semanário caricato correspondem a uma época de ampla produção, na qual ele produziu a metade daquelas publicações. Além disso é a época em que ele está

se mudando para o Rio de Janeiro, momento decisivo para os rumos de sua obra. Naqueles tempos, Teixeira é ainda manifesto republicano, e suas poucas contribuições para a folha caricata trazem aberta ou veladamente a presença desse pensamento antimonárquico.

A presença de Múcio Teixeira já servia para enriquecer a redação dos jornais, como continuaria a fazê-lo ao longo de sua vida, mas, particularmente naquele final da década de 70 do século XIX, ainda que de partida, ele não esquece de sua cidade natal e dos projetos jornalísticos que buscavam estabelecer-se, figurativamente ilustrando as edições do *Fígaro* e contribuindo com a sua circulação, ainda que breve, na incansável batalha por obtenção de leitores e assinantes. *O Fígaro* não teve perenidade, mas aqueles poemas do início da carreira de Múcio Teixeira ficariam definitivamente registrados em suas páginas.

Bibliografia citada:

ALVES, Francisco das Neves. A gênese da República no Rio Grande do Sul na visão de Múcio Teixeira. In: *Anais da XVII Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*. Curitiba: SBPH, 1998. p. 269-273.

ALVES, Francisco das Neves. *A pequena imprensa rio-grandina no século XIX*. Rio Grande: Editora da FURG, 1999.

BAUMGARTEN, Carlos Alexandre. *Literatura e crítica na imprensa do Rio Grande do Sul* (1868-1880). Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1982.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1883/1900. v. 1 e 6.

BUENO, Alexei. *Uma história da poesia brasileira*. Rio de Janeiro: G. Ermakoff Casa Editorial, 2007.

CESAR, Guilhermino. *História da literatura do Rio Grande do Sul* (1737-1902). 3.ed. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro; CORAG, 2006.

EVEN-ZOHAR, Itamar. O “sistema literário”. In: *Revista Translatio*, n. 5, p. 22-45, 2013.

FERREIRA, Athos Damasceno. *Imprensa caricata do Rio Grande do Sul no século XIX*. Porto Alegre: Globo, 1962.

MARTINS, Ari. *Escritores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Instituto Estadual do Livro, 1978.

MOREIRA, Maria Eunice (coord.). *Narradores do Parthenon Literário*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro; CORAG, 2002.

PÓVOAS, Mauro Nicola; SILVEIRA, Louise Farias da. Guiomar Torresão e as “Cartas Póstumas” do periódico feminino *O Mundo Elegante* (1887). In: *Navegações*, v. 5, n. 1, p. 101-105, jan./jun. 2012.

SANTOS, Paulo Roberto Alves dos. *Múcio Teixeira: a trajetória de um poeta singular*. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2005. (Tese de Doutorado).

SILVA, João Pinto da. *História literária do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1924.

TEIXEIRA, Alvaro. *Múcio Teixeira – Barão Ergonte* (o homem, o poeta, o prosador, o tribuno, o cientista). 3.ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922.

VILLAS-BÔAS, Pedro Leite. *Notas de bibliografia sul-rio-grandense – autores*. Porto Alegre: A Nação; Instituto Estadual do Livro, 1974.

VILLAS-BÔAS, Pedro Leite. *Dicionário bibliográfico gaúcho*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia e Espiritualidade Franciscana; Editora e Distribuidora Gaúcha, 1991.

A GRANDE ENCHENTE DE 2024: ASPECTOS CLIMÁTICOS, ECONÔMICOS E REPERCUSSÃO NA IMPRENSA INTERNACIONAL

Luiz Henrique Torres*

* Luiz Henrique Torres é Doutor em História do Brasil (PUCRS). Prof. Titular Universidade Federal do Rio Grande.

Introdução

O evento climático da *Grande Enchente de 2024* ocorrido no Rio Grande do Sul entre os meses de maio e junho, teve repercussão nacional e internacional.

No calor da hora, as interpretações podem ser transitórias, porém, frente ao amplo destaque do tema nas mídias, buscar alguns referenciais norteadores dos acontecimentos é necessário frente as abordagens sem fundamentação em fontes científicas.

O artigo traz as linhas gerais do clima do Rio Grande do Sul, do impacto econômico do evento climático e da cobertura da imprensa internacional que enfatizou os acontecimentos nos quadros da ecoansiedade ligada ao aquecimento global.

Caracterização climática

O clima do Rio Grande do Sul é Temperado do tipo Subtropical, classificado como Mesotérmico Úmido (classificação de *Köppen*). Devido à sua posição geográfica, entre os paralelos 27°03'42" e 33°45'09" de latitude sul, e 49°42'41" e 57°40'57" de longitude oeste, o clima apresenta grandes diferenças em relação ao Brasil. A latitude reforça as influências das massas de ar oriundas da região polar e da área tropical continental e

atlântica. A movimentação e os encontros destas massas definem muitas das características climáticas.

As temperaturas apresentam grande variação sazonal, com verões quentes e invernos bastante rigorosos, com a ocorrência de geadas e precipitação eventual de neve. As temperaturas médias variam entre 15 e 18°C, com mínimas de até -10°C e máximas de 40°C. Com relação às precipitações, o Estado apresenta uma distribuição relativamente equilibrada das chuvas ao longo de todo o ano, em decorrência das massas de ar oceânicas que penetram no Estado.

O volume de chuvas, no entanto, é diferenciado. Ao sul a precipitação média situa-se entre 1.299 e 1.500mm e, ao norte a média está entre 1.500 e 1.800mm, com intensidade maior de chuvas à nordeste do Estado, especialmente na encosta do

Planalto, local com maior precipitação no Estado (In:

<http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br/climate-temperatura-e-precipitacao>).

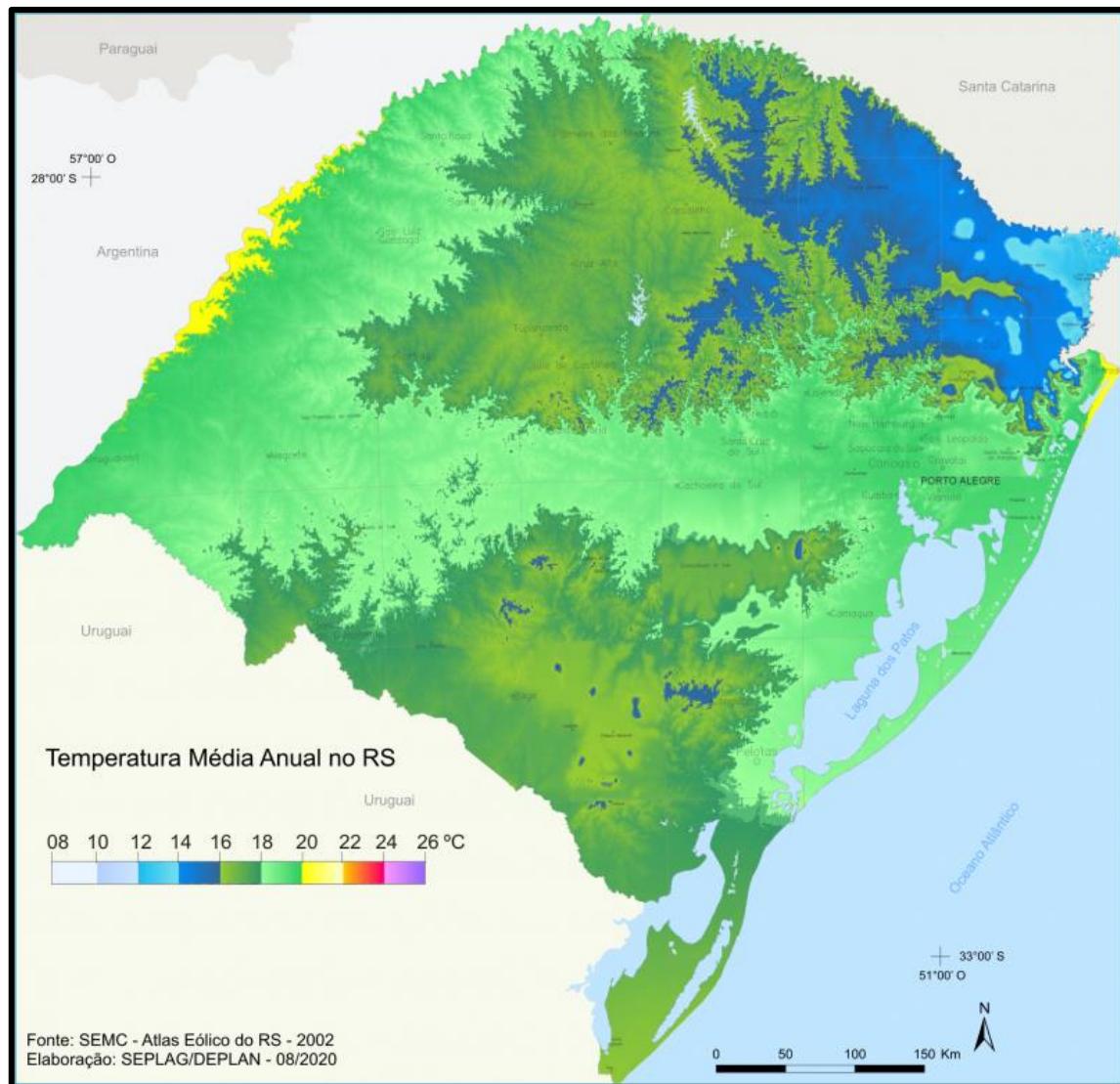


Figura 1 <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/clima-temperatura-e-precipitacao>

HISTÓRIA E IMPRENSA PERIÓDICA: MÚLTIPLOS ENFOQUES

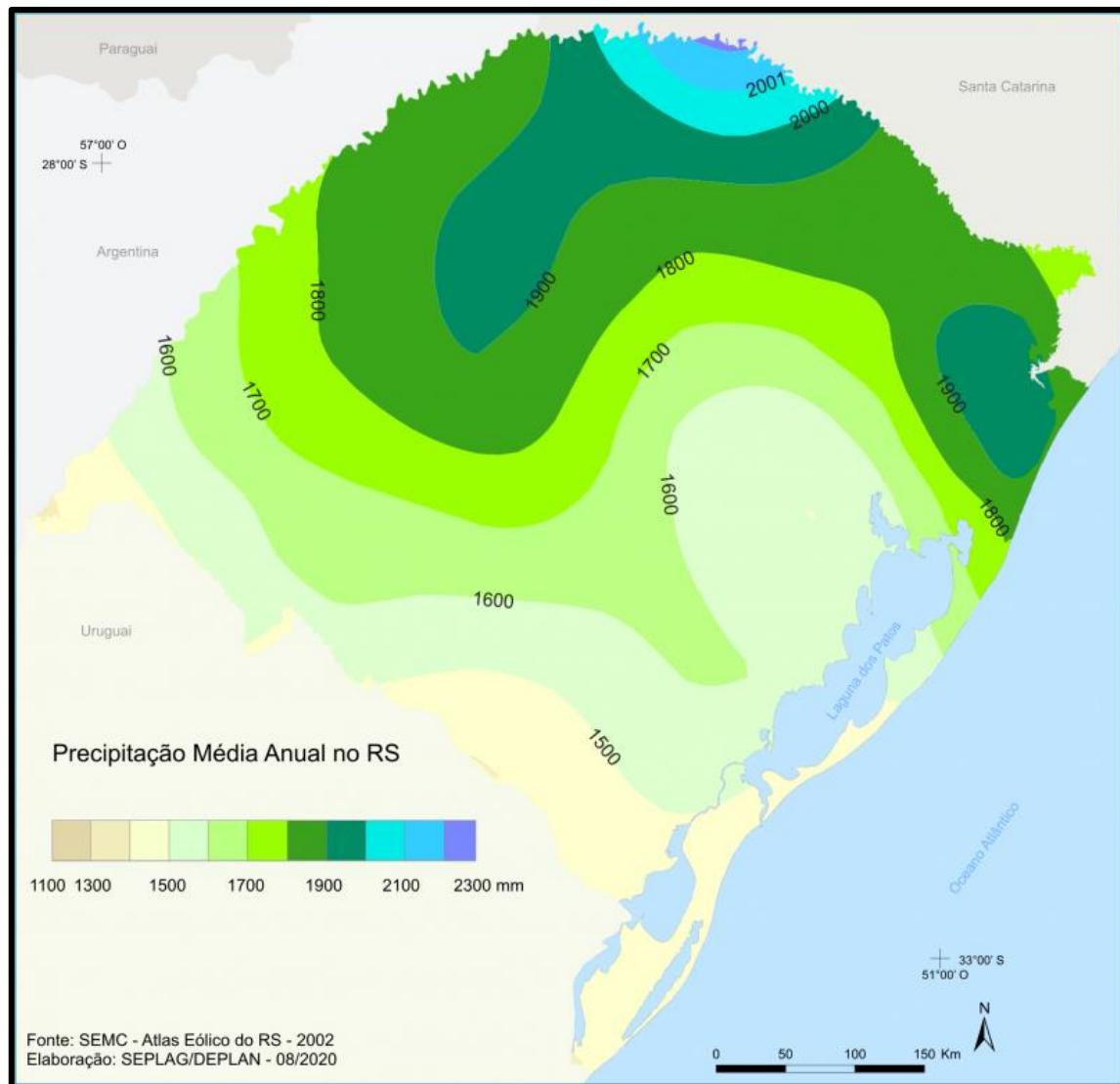


Figura 2 <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/clima-temperatura-e-precipitacao>

O Rio Grande do Sul está numa zona de transição, onde se dinamizam os Sistemas Atmosféricos Extratropicais (massas e frentes polares) e os Sistemas Atmosféricos Intertropicais (massas tropicais).

Entre os fatores que influenciam os fenômenos atmosféricos está a *Oscilação Decadal do Pacífico* (ODP) que é uma variação das temperaturas do Oceano Pacífico num período de cerca de 20 anos. Para o RS em sua fase positiva a ODP significa o aumento da intensidade de chuvas e na fase negativa a redução das chuvas (estiagem).

O segundo fator de influência, sendo o de relevância direta em períodos de meses ou poucos anos, é o *El Niño Oscilação Sul* (ENOS) um fenômeno atmosférico acoplado atmosférico-oceânico que ocorre no oceano Pacífico Equatorial. El Niño é quando o oceano está mais quente que a média histórica e a fase La Niña é quando está mais frio. Estas variações resultam em efeitos nos padrões de circulação atmosférica em nível global. A tabela a seguir caracteriza o El Niño, Neutro e La Niña:

Fenômenos climáticos El Niño e La Niña

Dois fenômenos climáticos que se opõem no Oceano Pacífico e podem ter um impacto nas catástrofes naturais globais

El Niño - Oscilação do Sul (ENSO)

Fenômeno climático que inclui El Niño (aquecimento), La Niña (resfriamento) e uma fase de condições normais

Ciclos

Cada ciclo (El Niño ou La Niña) dura entre 9 meses e vários anos

Recorrência

Os fenômenos se repetem a cada 2 a 7 anos. La Niña acontece geralmente um ano ou dois após El Niño

Freqüência

El Niño acontece mais seguido que La Niña



Previsão
80% de probabilidade que El Niño aconteça entre maio e o final de setembro de 2023

EL NIÑO

Aquecimento da superfície do oceano
Seu nome se deve ao fato de que o fenômeno acontece geralmente em dezembro



CONDIÇÕES NORMAIS

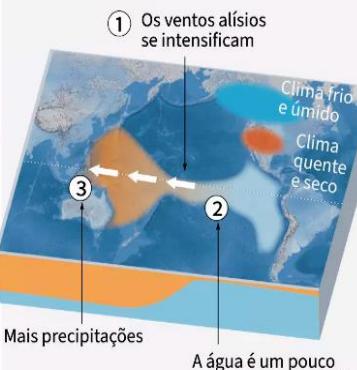
A temperatura do Oceano Pacífico se aproxima da média

④ Mais nuvens e chuva, o que produz mais inundações



LA NIÑA

Resfriamento da superfície do oceano
Conhecida também como fase "anti-Niño"



Fontes: NOAA, OMM

AFP

Figura 3 <https://metsul.com/>

Um terceiro fator é a *Oscilação Antártica ou Modelo Anular Sul*. Trata-se de um cinturão de ventos e baixa pressão ao redor da Antártica. A fase pode ser negativa com o cinturão se enfraquecendo e se deslocando para o Norte no sentido do Equador. A fase pode ser positiva com o cinturão de vento se intensificando e contraindo em torno do Polo Sul.

A fase positiva e negativa é exemplificada a seguir:

Na fase positiva da Oscilação Antártica, o chamado vórtice polar na Antártida fica estável e com o ar gelado concentrado em torno do continente por um cinturão intenso de vento.



Na fase negativa, o vórtice polar se tornado perturbado e os ventos em torno da Antártida enfraquecem, o que permite uma **maior ondulação das correntes de jato (vento)** no Hemisfério com ar polar avançando até latitudes mais baixas.

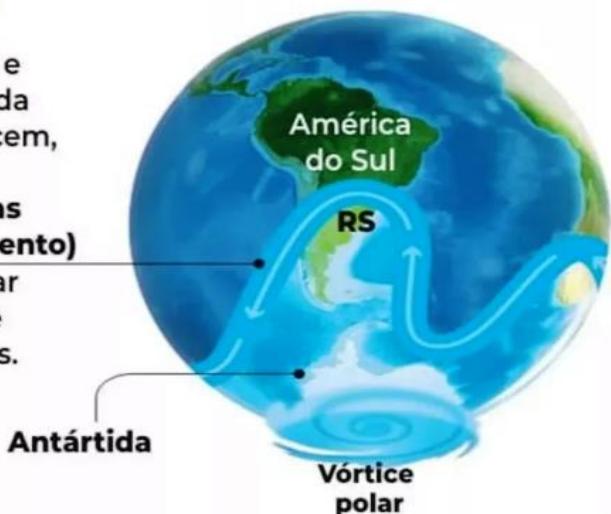


Figura 4 <https://metsul.com/wp-content/uploads/2024/07/Infografico-Fases-da-AAO.jpg>

Estes três fatores constituem uma lógica histórica da atuação atmosférica. Porém, está ocorrendo uma intensa aceleração nos eventos extremos. Este cenário está relacionado a mudança climática motivada por atuação antrópica. Conforme Francisco Eliseu Aquino em conferência sobre o *Colapso Climático no Rio Grande do Sul* (2023), “nos assustamos, nos últimos três, cinco anos, com a severidade de eventos extremos, sejam as ondas de calor, sejam as ondas de frio, seja ainda a precipitação extrema na América do Sul, na Austrália, na África do Sul”. Os eventos extremos com ondas de calor estão atingindo até a Antártica superando as piores projeções dos cientistas. Com a exponencial queima de combustíveis fósseis e alterações na superfície do planeta (como os desmatamentos e os aterramentos), o aquecimento planetário tem se intensificado fazendo com que “temperaturas mais elevadas fortaleçam eventos meteorológicos: chuva, períodos de estiagem, tempestades mais intensificadas”. No último milhão de anos, este é o período mais quente e com maior nível de CO₂. A cada ano a temperatura tem aumentado e superado a do ano anterior. Os eventos naturais como o *El Niño* ou *La Niña* tem se intensificado frente ao maior aquecimento oceânico. O resultado é maior vapor d’água na atmosfera e a formação de *Sistemas convectivos de mesoescala* promovendo tempestades intensas ou longas estiagens. A localização geográfica do Rio Grande do Sul é propícia para a atuação desta circulação atmosférica com as variáveis ligadas aos Andes ao oeste, a Amazônia ao norte e a Antártida ao sul. O rio de umidade vindo da Amazônia pode encontrar uma

intensa frente fria e promover temporais e excessivas precipitações sobre o estado. Há uma certa bipolaridade com chuvas excessivas em curto espaço de tempo e depois longos períodos sem precipitação. Os dois cenários trazem prejuízos e exigem resiliência climática da população. A mudança da circulação atmosférica no Rio Grande do Sul, está tornando recorrente as chuvas intensas, as ondas de calor e as ondas de frio em coerência com as previsões ligadas a mudança climática. Quanto mais a temperatura global se aproximar de 1,5°C maior será a intensificação dos eventos extremos.

Mas, o que aconteceu “meteorologicamente” entre abril e maio de 2024 que projetou o estado no mapa dos eventos extremos em nível mundial?

Diversas variáveis meteorológicas se sobrepunderam para gerar um evento de chuva com magnitude sem precedentes no Rio Grande do Sul com forte influência de condições oceânicas no Pacífico e no Atlântico assim como bloqueios atmosféricos que atuavam tanto na América do Sul, América Central e México.

Conforme interpretação descrita no *Laudo Meteorológico da MetSul Meteorologia*, o Rio Grande do Sul estava entre uma massa de ar frio muito intensa ao Sul, trazendo temperaturas até 5°C abaixo da média histórica na Argentina, e uma massa de ar excepcionalmente quente sobre o Centro Oeste, o Paraná e o Sudeste do Brasil, com temperaturas máximas jamais antes observadas em maio em diversas localidades. O contraste térmico

extremamente acentuado entre as duas massas de ar contribuiu fortemente para a chuva extraordinária.

O bloqueio atmosférico associado à massa de ar quente impediu a progressão do ar frio, fazendo com que a instabilidade permanecesse por dias seguidos sobre o estado com volumes de chuva extraordinariamente altos e temporais com raios, vento forte e queda de granizo.

O fenômeno *El Niño* ainda atuava no final de abril e no começo de maio no Oceano Pacífico com fraca intensidade e a história mostra que em episódios do *El Niño* eventos extremos de chuva com enchentes ocorrem no segundo semestre do primeiro ano de atuação e no outono do ano seguinte. No fim de abril, a anomalia de temperatura da superfície do mar no Pacífico Equatorial Centro-Leste, de acordo com dados da NOAA, a agência de clima do governo dos Estados Unidos, era de 0,8°C, no intervalo de intensidade fraca.

No Rio Grande do Sul o fenômeno *El Niño*, provoca chuva extrema e enchentes em dois períodos em particular: entre o inverno e a primavera do primeiro ano de atuação, no caso 2023 pelo seu início em junho de 2023, e no outono do ano seguinte, em 2024. Observavam-se ainda anomalias de temperatura da superfície do mar sem precedentes na faixa tropical do Oceano Atlântico entre o Nordeste do Brasil e a África, o que gerava maior liberação de umidade na atmosfera. A grande quantidade de umidade era transportada por um rio atmosférico a Leste dos Andes, pelo interior da América do Sul, por uma corrente de jatos em baixos níveis na direção do Rio Grande do Sul.

A corrente de jato com ar tropical quente e úmido recurva para Leste sobre o Rio Grande do Sul, exatamente na faixa entre as massas de ar quente e frio, despejando grande quantidade de chuva e provocando tempo severo sobre o território gaúcho. Entre 27 de abril e 31 de maio (referência de precipitação utilizada pela MetSul) choveu em Caxias do Sul 1.023mm, Canela 967mm, Bento Gonçalves 961mm, Santa Maria 782mm, Rio Pardo 780mm, Porto Alegre 664mm e Rio Grande 436mm.

Conforme o *Laudo da MetSul Meteorologia*:

"O volume descomunal de chuva gerou cheias de rios devastadoras e em diferentes pontos catastróficas com marcas de níveis recordes em longa série de dados nos rios Taquari, Sinos e Caí. O Vale do Taquari sofreu pela enchente em algumas localidades destruição absoluta com estruturas obliteradas pela força das águas. A magnitude dos danos que se testemunha é comparável aos mais violentos fenômenos da natureza, como tornados e furacões e no topo da escala de intensidade. Em Porto Alegre, o Guaíba, que recebe águas destes e outros rios, registrou a maior cheia já vista e que superou em cerca de meio metro o nível máximo da cheia de 1941, até então a maior da história da cidade".

Entre 3 e 5 de maio, conforme o *Instituto de Pesquisas Hidráulicas da UFRGS* ocorreu a vazão máximas da enchente. O Lago Guaíba chegou a enviar para a Lagoa dos Patos 30 milhões de litros por segundo o que representa 2.592.000.000.000 ou 2,6 trilhões de litros por dia. A Barra do Rio Grande despejou, em picos máximos 1,3 trilhões de litros por dia, portanto, a metade do enviado pelo Guaíba para a Lagoa dos Patos.

Somente a chuva excessiva não explica toda a dimensão da tragédia, que também remete as áreas e ao tipo ocupação antrópica do solo ao longo processo histórico:

“O drama ora vivido pelo estado do Rio Grande do Sul resulta de múltiplos fatores: climáticos, primeiramente, mas também o relevo e a hidrografia, a ocupação e as transformações no uso dos solos, o modo de urbanização, falhas das administrações públicas locais, como principais. A região em que se insere o estado se caracteriza naturalmente por grandes instabilidades atmosféricas e variações bruscas em curto prazo. As chuvas intensas e/ou prolongadas são historicamente comuns na região. Alertas baseados no esforço do IPCC há muito apontam para um aumento dos extremos climáticos na região, com chances tanto de chuvas mais intensas como de secas mais prolongadas. Tais alertas têm sido minimizados ou ignorados por parte da sociedade, e negligenciados quase que totalmente pelos gestores/administradores públicos. As raras exceções são ainda tímidas diante do que seria mais prudente. Os índices pluviométricos ocorridos situam-se na condição de extremos, num patamar jamais registrado” (Eng. Lafayette Dantas, 2024).

A *Grande Enchente de 2024* foi a maior catástrofe climática da história do Rio Grande do Sul. Ocorreu entre o final de abril e em maio, e, somente entre 27 de abril a 2 maio, cidades tiveram de 500 a 700 mm de chuva. O Lago Guaíba chegou a uma cota de 5,35m (em 1941 foi de 4,76m). Foram 478 municípios atingidos, 183 mortos, centenas de feridos, com 2,3 milhões de pessoas afetadas, 442 mil moradores tiveram de sair de suas casas, 215 mil edificações foram destruídas ou foram condenadas para reocupação, mais de 440 mil clientes ficaram sem energia elétrica e os prejuízos superaram os 97 bilhões de reais.

Impactos econômicos

Segundo estimativa da *Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo* (CNC), a tragédia climática no Rio Grande do Sul poderia provocar uma perda de até R\$ 58 bilhões somente no Estado, podendo ter efeitos estendidos para outros estados brasileiros de até R\$ 38,9 bilhões, somando uma perda de aproximadamente R\$ 97 bilhões para a economia brasileira em 2024.

Além dos efeitos agregados sobre os PIBs estadual e nacional, a tragédia poderia custar até 195 mil empregos no Rio Grande do Sul, com efeito contágio de até 110 mil empregos nos outros estados da Federação, criando um risco de perda de 305 mil empregos em 2024 no Brasil. A crise no Rio Grande do Sul, quarta maior economia regional do País, poderia custar até 9,86% do PIB do Estado.

A CNC estima que o setor de turismo no Rio Grande do Sul perde aproximadamente R\$ 49,2 milhões por dia de receita, acumulando cerca de R\$ 2 bilhões de perda de faturamento até 12 de junho de 2024, podendo chegar até a R\$ 6 bilhões neste ano. O estado é o 6% do setor de turismo brasileiro e a quinta unidade da Federação em termos de movimentação financeira anual. Em 2023, o comércio gaúcho movimentou R\$ 203,3 bilhões (7% do total do volume de vendas do varejo brasileiro).

As perdas impostas ao varejo gaúcho pela tragédia climática podem chegar a R\$ 10 bilhões, representando uma perda de cerca de 5% do total faturado pelo setor em 2023 no Rio Grande do Sul. O potencial de perdas de

postos de trabalho no Rio Grande do Sul pode chegar a 7,19% do estoque de empregos formais da economia e, devido aos efeitos transbordamentos, custar até 0,69% do estoque de empregos a nível nacional. Somente para reconstrução de infraestrutura serão necessários R\$19 bilhões.

A tragédia poderá trazer efeitos na atividade econômica, na inflação e na dinâmica fiscal do Brasil. “O Rio Grande do Sul é um estado importantíssimo no comércio exterior do Brasil, tendo alcançado em 2023, a marca de US\$ 22,3 bilhões em exportações para países como China, União Europeia, Estados Unidos, Argentina, Vietnã, México, Paraguai e Uruguai. As perdas vão atingir o comércio exterior em alguma medida” (<https://forbes.com.br/forbes-money/2024/05/eduardo-mira-enchentes-no-rs-e-seus-efeitos-sobre-a-economia-do-pais/>).

Entretanto, o pior cenário de perdas econômicas, nos meses seguintes, ainda não se confirmou. Conforme Martinho Lazzari “O evento climático que atingiu o Rio Grande do Sul é sem precedentes na economia brasileira, o que torna o cenário do Estado desafiador para os próximos meses. Praticamente todas as cadeias produtivas foram afetadas, além da infraestrutura” (*Boletim de Conjuntura de julho, documento produzido pelo Departamento de Economia e Estatística (DEE) da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG)*).

O *Boletim de Conjuntura do Rio Grande do Sul* publicado em outubro de 2024, informa que de janeiro a setembro, o valor das exportações do Estado alcançou US\$ 15,350 bilhões, uma queda de 6,92% na comparação com o mesmo período de 2023. Ocorreu redução dos valores da agropecuária e da indústria. A

economia gaúcha recuou 0,3% na margem e teve contribuição decisiva da indústria, que caiu 2,4%, ao passo que os serviços apresentaram estabilidade de 0,1%. A agropecuária teve uma expansão de 5,3%, e a maior parte da produção agrícola já havia sido colhida antes da enchente, evitando uma queda maior do PIB. Observa-se uma retomada da economia no comércio, que se beneficiou do aumento do consumo ocasionado pelas transferências de recursos públicos às famílias atingidas. Já os serviços têm apresentado a recuperação mais lenta, enquanto a indústria de transformação oscilou negativamente, após uma recuperação plena no nível de produção (<https://estado.rs.gov.br/upload/arquivos/202410/boletim-de-conjuntura-do-rs-v-6-n-3-out-2024-1.pdf>).

Parte desta recuperação inicial, se deve aos recursos do Governo Federal que em setembro chegaram à estimativa de R\$ 98,7 bilhões. Deste valor R\$ 42,3 bilhões foram efetivamente pagos (www.agenciabrasil.ebc.com.br, 19-09-2024). Grande parte dos valores são empréstimos e antecipações como a restituição prioritária do imposto de renda, linhas de crédito, suspensão temporária de financiamentos bancários e adiamento por três anos do pagamento da dívida estadual com a União. Discussões sobre recursos para obras de segurança urbana e ações frente a novas enchentes são temas ainda em aberto.

A imprensa internacional

A ampla divulgação na mídia brasileira, atraiu a atenção de inúmeros veículos da imprensa internacional que noticiaram a enchente que estava ocorrendo no Rio Grande do Sul entre o final de abril e o mês de maio.

Alguns destes veículos, da mídia digital, são referenciados a seguir. São eles: *The New York Times, Aljazeera, CGTN, Clarín, CNN, The Wall Street Journal, La Nacion, Le Figaro, Le Monde, El País, RT News, AP News, Reuters, NBC News, The Guardian e The Washington Post*.

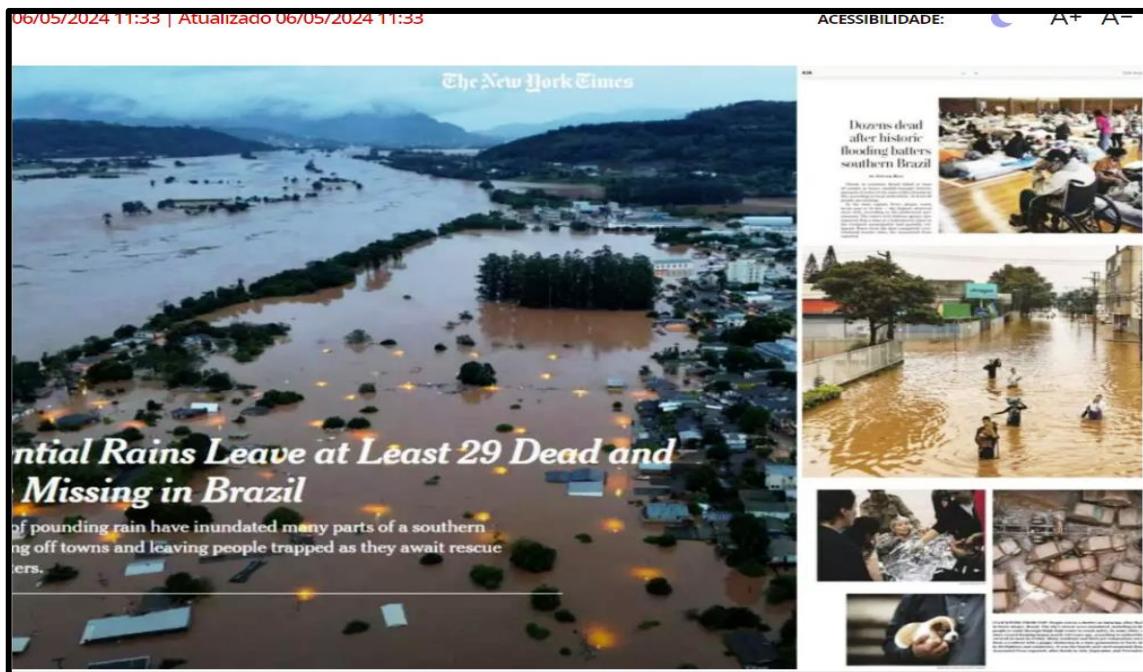


Figura 5 O The New York Times em 6 de maio, ressaltou as chuvas torrenciais, as primeiras 29 vítimas e o trabalho dos socorristas.



Figura 6 Al Jazeera (Catar) destaca os 56 mortos e dezenas de milhares de desabrigados afirmando que a situação ainda ficaria muito pior.



Figura 7 A CGTN (China) publicou fotografia de veículos em Encantado no dia 3 maio. Já havia 56 mortes confirmadas.



The screenshot shows the Clarín website's layout. At the top, there is a navigation bar with the Clarín logo, a 'Suscribite por \$400' button, and an 'Ingresar' button. Below the navigation bar, there are news headlines in Spanish. The main article title is 'Rescates contrarreloj en Brasil para intentar contener la tragedia de las inundaciones en Rio Grande do Sul: ya hay 75 muertos'. The article summary in Spanish discusses the flooding in Rio Grande do Sul, mentioning 75 deaths and the rescue efforts in flooded areas.

Mundo

Rescates contrarreloj en Brasil para intentar contener la tragedia de las inundaciones en Rio Grande do Sul: ya hay 75 muertos

• Desde las calles anegadas o desde el aire, las imágenes son desoladoras: casas a las que apenas se le ven los techos, gente que lo perdió todo.

• Y el centro de la moderna Porto Alegre, la capital, de 1,4 millones de personas, completamente inundado.

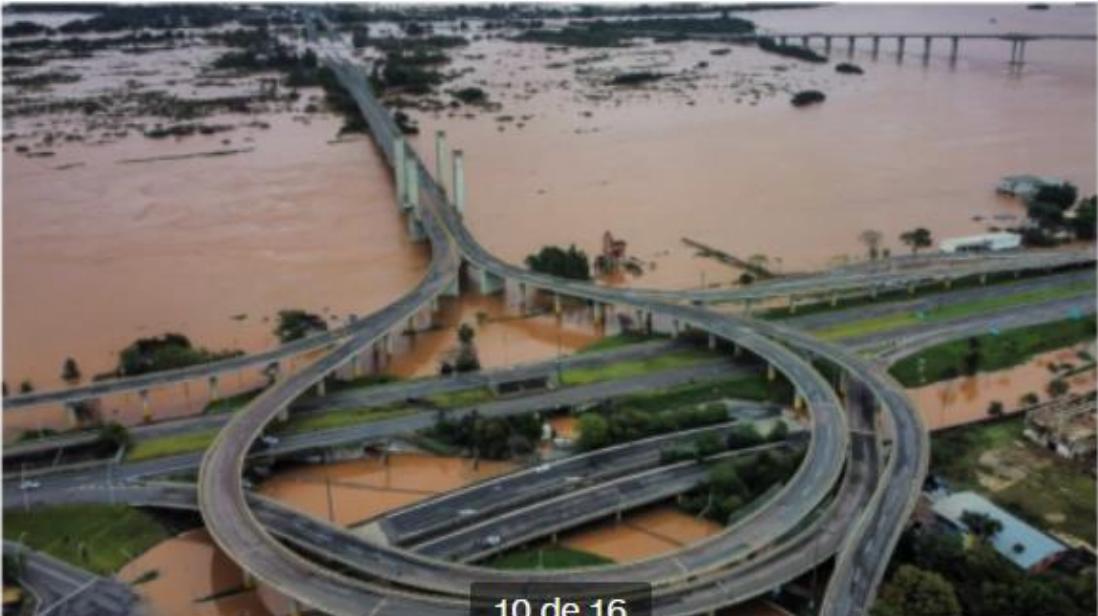
Figura 8 Clarín (Argentina), destaca a luta dos resgates e a tragédia das inundações que já causavam 75 mortes. As imagens de casas quase encobertas eram desoladoras e o centro de Porto Alegre estava inundado.

≡ **CNN** Weather Climate Wildfire Tracker Video

At least 57 people killed, hundreds missing as heavy rain and flooding lashes Brazil

By Michael Rios, Stefano Pozzebon and Lianne Koloski, CNN
🕒 3 minute read · Updated 3:13 PM EDT, Sat May 4, 2024



10 de 16

An aerial view of an area flooded by heavy rains in Porto Alegre, Rio Grande do Sul state, Brazil, May 3, 2024. (Caroline Menezes/AP)

Figura 9 CNN (Estados Unidos) em 4 de maio, noticia 57 mortos e dezenas de desaparecidos com as inundações. Uma fotografia mostra a inundação no anel rodoviário junto a antiga ponte do Guaíba.

THE WALL STREET JOURNAL.

DOW JONES | News Corp. MONDAY, MAY 6, 2024 - VOL. CCLXXXIII NO. 106 WSJ.com ★★★★ \$5.00

Last week: DJIA 38675.68 ▲ 436.02 1.14% NASDAQ 16156.33 ▲ 1.4% STOXX 600 505.53 ▲ 0.5% 10-YR. TREASURY ▲ 1 10/32, yield 4.498% OIL \$78.11 ▼ \$5.74 EURO \$1.0764 YEN 153.06

What's News

Business & Finance

- Foreign bondholders, including BlackRock and Pimco, plan to press Ukraine to start paying interest on its debt again as soon as next year, according to people familiar with the matter, after a grace period granted in the wake of Russia's invasion. **A1**
- ABC News President Kim Godwin stepped down months after a corporate restructuring that effectively stripped away much of her management autonomy. **B1**
- A new Boeing spacecraft is set to carry astronauts for the first time this week in a major test of whether the much-delayed project is ready to handle NASA missions. **B1**
- Boeing locked out about 130 firefighters who work at its 737 factory and other operations in Washington state following a contract dispute between the company and the firefighters' union. **B3**
- Former Starbucks boss Howard Schultz said the coffee giant needs to renew its focus and own its shortcomings after the company delivered disappointing earnings results last week. **B1**
- Sam Ash Music, the instrument retailer that recently announced plans to close its stores, is looking for a buyer to keep the chain and its online retail presence going, CEO Richard Ash said. **B3**
- Warren Buffett praised Apple at Berkshire's annual meeting, even after revealing that the investment firm had

Flooding Strikes Brazil and Around the World



EVACUATION: People were rescued Sunday in Canoas, Brazil, as armed forces were deployed to the country's southern state of Rio Grande do Sul, struck by flooding. Record temperatures have triggered a surge in rainfall and floods worldwide. **A7**

Xi Arrives In Europe As Global Tensions Intensify

Macron is expected to press China's president on trade, the war in Ukraine

Chinese leader Xi Jinping's first visit to Europe in nearly five years is shaping up as a test of the continent's willingness to confront Beijing over its support of Russia's invasion of Ukraine as well as Chinese trade policies that have evicted critical European industries.

European leaders tend to tread lightly with Beijing, not wanting to jeopardize ties with a major trade partner. But President Emmanuel Macron of France, who is set to meet with Xi on Monday on the first leg of the six-day trip, has cast the Ukraine war and China's trade practices as an existential threat to Europe. Xi arrived in France on Sunday.

China has served as an economic lifeline to Russia since the start of the war, providing Moscow with critical support as it seeks to rebuild its military capacity. Beijing hasn't supplied arms to Moscow, but U.S. officials said it has provided satel-

Group of Kyiv Creditors Plans To Seek a Restart of Payments

BY ALEXANDER SAKEDY

Ukraine's lenders said Kyiv could wait to pay them back after Russian troops stormed into the country two years ago. Now, their patience is starting to run out.

A group of foreign bond-

mittee and hired lawyers of Weil Gotshal & Manges and bankers from RJT Partners to negotiate on its behalf.

The group wants Kyiv, which is fresh off clinching about \$60 billion in U.S. aid, to strike a deal in which it would resume payments in exchange for

Ukraine is preparing to start talks with the bondholders this month, and Kyiv's advisers are working to get the U.S. and other governments on board.

That approval isn't guaranteed. The U.S. and its allies are concerned that taxpayers' money will wind up in bondholder debt holiday ends in August, tarnishing its reputation with investors and complicating its ability to borrow more.

Officials from the International Monetary Fund and some members of the bondholder group met in April in

Figura 10 The Wall Street Journal (Nova Iorque) traz fotografia da desesperada evacuação em Canoas no dia 6 de maio. A tragédia foi associada aos eventos extremos provocados pelo aquecimento global.

SECCIONES LA NACION INICIAR SESIÓN SUSC

LA NACION > El Mundo

Inundaciones en Brasil: ascienden a 59 los muertos por la crecida de los ríos en el sur

Las autoridades llamaron a la población a abandonar de inmediato la zona ante la continua suba de las aguas; ya son 377.000 los damnificados

4 de mayo de 2024 • 12:44

LA NACION



AD PUBLICIDAD

Figura 11 La Nacion (Argentina) no dia 4 de maio enfatizam que as inundações provocaram 59 mortes e a necessidade de abandono das áreas em que às águas continuavam a subir.



Figura 12 Le Figaro (França) destaca dois mortos em explosão em posto de gasolina em Porto Alegre durante a enchente.

INTERNATIONAL • BRÉSIL

Dans le sud du Brésil, plus de cent personnes restent disparues, à la suite d'inondations meurtrières

Les précipitations ont nettement faibli dimanche, mais les autorités mettent désormais en garde contre les glissements de terrain.

Le Monde avec AFP

Publié hier à 11h11, modifié à 07h09 • Lecture 2 min.

[Ajouter à vos sélections](#) [Partager](#)



PUBLICITÉ

Figura 13 Le Monde (França) ressaltam mais de cem desaparecidos e a possibilidade de deslizamentos de terra nas encostas. O jornal enfatizou o aumento da ocorrência de eventos extremos e os incêndios florestais recordes no Brasil em 2023.



Figura 14 El País (Uruguai) trouxe um levantamento fotográfico da inundação que já havia deixado 40 mortos.

4 May, 2024 20:42 / [Home](#) / [World News](#)

Dozens dead in massive flooding in Brazil

Regional authorities have described the situation in the south of the country as “absolutely unprecedented”



An aerial view of flooded streets of Porto Alegre, Brazil, is seen on May 4, 2024. © AFP / Carlos Fabal

The southernmost Brazilian state of Rio Grande do Sul has been hit with what its authorities have described as the worst flooding in its history. The regional capital of Porto Alegre has been engulfed by heavy torrents, with the city mayor warning that the situation could get even worse.

The total death toll linked to the disaster has climbed to between 56 and 58, according to various media reports, citing the Brazilian civil defense authority. The raging floodwaters have also left more than 70 people injured, with another 67 still missing, the agency said.

The collapse of a hydroelectric dam near the city of Bento Goncalves, coupled with landslides in the area, killed 30 people, the media said. According to some reports, a second dam could possibly collapse in the area as well.

Figura 15 RT News (Rússia) do dia 4 de maio com fotografia da inundação em Porto Alegre e a enchente “sem precedentes”.

AP

WORLD U.S. ELECTION 2024 POLITICS SPORTS ENTERTAINMENT BUSINESS SCIENCE FACT CHECK ODDITIES HEALTH NEWSLETTERS VIDEO PHOTOGRAPHY ...

Israel-Hamas war Kentucky Derby: How to watch Meteor shower peak College campus protests Escaped zebra

EVEN WHEN THE NEWS IS FREE, JOURNALISM IS NOT.
SUPPORT INDEPENDENT, FACT-BASED JOURNALISM.

DONATE

WORLD NEWS

Southern Brazil has been hit by the worst floods in more than 80 years. At least 39 people have died

A photograph showing a group of people in a small boat navigating through floodwaters in a residential area. In the background, a red building is visible, and the water covers the streets and parts of the buildings. The scene illustrates the severe flooding mentioned in the headline.

Figura 16 AP News (Nova Iorque) e a pior onda de inundações ocorridas no Sul do Brasil.

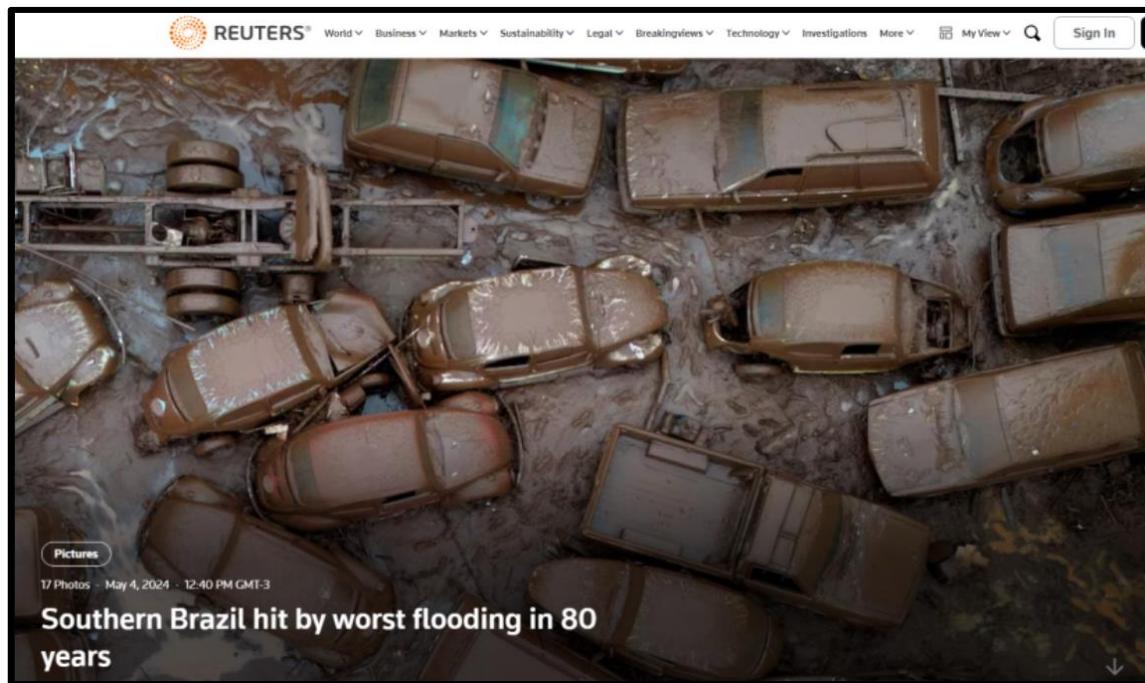


Figura 17 Agência Reuters (Londres) no dia 4 de maio com destaque para uma das piores enchentes em 80 anos.

NBC NEWS Southern Brazil has been hit by the worst floods in more than 80 years. At least 39 people have died

WORLD

In some cities, water levels were at their highest since records began nearly 150 years ago.



Figura 18 NBC News (Estados Unidos) publicou uma fotografia das pontes do Guaíba e a dimensão da inundação do Guaíba e dos rios que formam o Lago. Já havia 30 mortos e, em algumas cidades, o nível dos rios era o mais alto em cerca de 150 anos de registros.

Support the Guardian
Fund independent journalism with \$13 per month
[Support us →](#)

The Guardian

News | **Opinion** | **Sport** | **Culture** | **Lifestyle** 

World ► Europe US **Americas** Asia Australia Middle East Africa Inequality

Brazil

Flooding death toll in south Brazil rises to 75 as over 100 people remain missing

Officials in Rio Grande do Sul state say more than 80,000 have been displaced by record water levels



Figura 19 The Guardian (Londres) mostra o centro de Porto Alegre inundado. No Rio Grande do Sul havia mais de 80 mil desabrigados, 75 mortos e centenas de desaparecidos.



Figura 20 The Washington Post (Estados Unidos) de 4 de maio mostra o resgate de cães. Eram 39 mortos na pior enchente nos últimos 80 anos.

A ampla cobertura da imprensa internacional projetou o Rio Grande do Sul no cenário apreensivo dos efeitos extremos relacionados as mudanças climáticas. Os danos provocados pela enchente na estrutura urbana e na infraestrutura viária, tornou explícito a capacidade de um evento extremo promover a ruptura do cotidiano em sociedades organizadas com economias consolidadas. O estado pode ser visto em outras áreas do globo como a sensação de *déjà vu*.

CONSIDERAÇÕES

As manchetes internacionais ressaltaram alguns aspectos, entre estes: a amplidão geográfica da enchente e a grande área coberta pelas águas; o absurdo volume de precipitação; um fenômeno que não se repetia desde 1941 ou que já seria o maior registrado na memória histórica do Rio Grande do Sul; o elevado número de mortos e desaparecidos; mais de um milhão de pessoas impactadas; a essencialidade dos trabalhos de salvamento; a invasão da água em áreas urbanas; a derrocada da infraestrutura viária com o isolamento de cidades; as elevadas perdas financeiras na economia regional com a destruição de parques fabris; o elevado número de animais de criação mortos e perdas na agricultura etc.

Várias matérias, enfatizaram a conexão desta Grande Enchente de 2024 com o aquecimento global e a intensificação dos eventos extremos. Uma síntese sobre o destaque do Rio Grande do Sul está nesta frase publicada na *CNN* em 4 de maio:

“Atingido por duas inundações catastróficas no intervalo de apenas seis meses, depois de ter enfrentado quase três anos de seca inclemente, o Rio Grande do Sul virou o exemplo do que as mudanças climáticas podem fazer com eventos já considerados extremos, mas que vêm atingindo proporções cada vez piores em um mundo que não consegue conter o avanço da temperatura global, avaliam especialistas”.

O impacto na estrutura econômica foi de grandes dimensões, porém, será necessário observar os próximos meses e anos para analisar de forma robusta os setores que acabaram mais comprometidos e com dificuldades de

reerguimento. Os aportes de recursos injetados no setor terciário contribuíram para equilibrar o consumo e garantir geração de emprego e produção.

A expectativa será as ações e recursos disponíveis para obras ligadas a segurança contra inundações. Especialmente, como serão implantadas as políticas de resiliência climática. Enormes desafios a serem equacionados e enfrentados. Levando em consideração a espacialidade Rio-grandense em que períodos de estiagem poderão ser sucedidos por períodos de inundações.

A perspectiva para o Rio Grande do Sul é problemática, assim como é para todo o planeta - em diferentes escalas de intensidade de atuação dos fenômenos atmosféricos. Afinal, avanços para o intenso reflorestamento e preservação ambiental ainda é uma parcial ficção. O caminho inverso do desmatamento e das grandes queimadas de florestas e emissão de CO₂ (como em 2024) é o cenário que estamos vivendo. A troca por energias limpas como a solar e a eólica ainda engatinha na maior parte dos países.

Rumamos para o ecocídio racionalizado com uma corrida mundial desenfreada para explorar e queimar carvão, petróleo e gás. A queima do combustível fóssil nos lança no caos climático e as empresas mundiais do setor continuam buscando novas áreas de exploração. Somente em petróleo e gás seriam mais 230 bilhões de barris a serem explorados e cuja queima corresponderia a 30 vezes as emissões anuais de gases de efeito estufa da União Europeia (*Deutsche Welle*, 12-11-2024).

Os dados atuais indicam que a caminhada da humanidade ruma celeremente para a distopia climática.

Referências

AQUINO, [Francisco Eliseu. *Colapso Climático no Rio Grande do Sul. Causas, desafios e perspectivas*](#). Instituto Humanitas Unisinos – IHU em 14-09-2023.

<https://www.agenciabrasil.ebc.com.br>, Daniela Almeida, 19-09-2024). Acesso: 20-10-2024).

<https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/clima-temperatura-e-precipitacao>.

<https://forbes.com.br/forbes-money/2024/05/eduardo-mira-enchentes-no-rs-e-seus-efeitos-sobre-a-economia-do-pais/> Acesso: 18-10-2024.

CNC. *Análise dos Impactos Econômicos da Catástrofe no Rio Grande do Sul (RS) e do Plano de Reconstrução*. Confederação Nacional do Comércio. Rio de Janeiro, julho de 2024. www.portaldocomercio.org.br

CONFEA. Para ajudar a compreender a tragédia do Rio Grande do Sul. <https://www.confea.org.br/para-ajudar-compreender-tragedia-do-rio-grande-do-sul>, 20-05-2024.

DANTAS, Lafayette. Para ajudar a compreender a tragédia do Rio Grande do Sul. <https://www.confea.org.br/para-ajudar-compreender-tragedia-do-rio-grande-do-sul> (20-05-2024).

GUIMARAENS, Rafael. *A Enchente de 1941*. Porto Alegre: Libretos, 2009.

JUCKER, Martin. Calor antártico, inverno extremo australiano: o que está acontecendo com o clima e o que isso significa para o resto do ano. Universidade de New South Wales – Sydney. <https://metsul.com/superaquecimento-na-antartida-pode-afetar-clima-por-semanas-a-meses>. 06-08-2024.

NACHTIGALL, Luiz Fernando @ SIAS, Estael. *Laudo Meteorológico sobre o Evento de Chuva Extrema e Enchentes Recordes*. MetSul, Rio Grande do Sul, maio de 2024.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Fazenda. Boletim econômico-tributário. Porto Alegre: *SEFAZ*, Edição nº 11, 2024a. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/upload/arquivos/202410/2024-10-10-boletim-economico-tributario-receitaestadual-enchentes-2024-edicao-n-11.pdf>. Acesso em: 20 out. 2024.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Fazenda. Receita dados. Porto Alegre: *SEFAZ*, 2024. Disponível em: <http://receitadados.fazenda.rs.gov.br/paineis/arrecadação/>. Acesso em: 20 out. 2024.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Economia e Estatística. PIB RS trimestral. Porto Alegre: SPGG/DEE, 2024. Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/pibtrimestral>. Acesso em: 15 out. 2024.

SARTORI, Maria da Graça Barros. A dinâmica do clima do Rio Grande do Sul: indução empírica e conhecimento científico. *Terra Livre*. São Paulo: n.20, jan/jul 2003.

TORRES, Luiz Henrique. *Águas de Maio: a enchente de 1941 em Rio Grande*. Rio Grande: Furg/PPGC, 2011.

YOUNG, Holly. Quem está financiando a expansão dos combustíveis fósseis. <https://www.dw.com/pt-br/quem-est%C3%A1-financiando-a-expans%C3%A3o-dos-combust%C3%ADveis-f%C3%BDsseis/a-70764322>. Acesso: 12-11-2024.

TRÊS OLHARES SUÍÇOS SOBRE O 25 DE NOVEMBRO

Reto Monico*

* Reto Monico nasceu em 1952 na Suiça italiana. Licenciou-se em História em 1977 na Faculdade de Letras da Universidade de Genebra. Doutorou-se em 2003 com a tese *Suisse-Portugal: regards croisés (1890-1930)*, publicada em 2005. Nos seus trabalhos analisa a imagem dada pela imprensa mundial sobre aspectos e acontecimentos da História contemporânea de Portugal e do Brasil.

Introdução

A Revolução portuguesa tem várias fases que começam com o derrube da ditadura a 25 de abril de 1974. Nas primeiras semanas, é o general Spínola que parece estar ao comando, mas já a partir do mês de julho o seu poder está cada vez mais fragilizado e no final de setembro apresenta as suas demissões, abandonando a Presidência.

Assistimos então a uma certa radicalização do processo que se acentua depois do golpe falhado pelos spinolistas a 11 de março de 1975. Porém, as eleições para a Assembleia Constituinte dão uma maioria relativa ao Partido Socialista (P.S.) (37.9 %) seguido pelo Partido Popular Democrático (P.P.D.) (26,4 %) e o Partido Comunista (P.C.P.) – o grande vencido – com 12 % dos votos.

Começa então uma luta entre as forças moderadas e os elementos mais radicais ou, por outras palavras, entre a via revolucionária e a via eleitoral que vai marcar a vida política lusa até ao início de 1976. Neste contexto, um dos acontecimentos mais significativos do Verão Quente de 1975 é, sem dúvida, a publicação do «Documento dos Nove» ou «Documento Melo Antunes», assinado por nove oficiais moderados do C.R., que pretendem «estabelecer uma sociedade socialista, ajustada às realidades nacionais e baseada no princípio da democracia política e do pluripartidarismo»⁹⁶ e que se opõem à política do

⁹⁶ Maria Inácia REZOLA, *25 de Abril. Mitos de uma Revolução*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2007, p. 182.

Primeiro Ministro Vasco Gonçalves, próximo do Partido Comunista e da esquerda revolucionária.

No mesmo mês, é formado o V Governo Provisório, ainda liderado por Vasco Gonçalves, mas que será exonerado por Costa Gomes no final de agosto e substituído a 2 de setembro por Pinheiro de Azevedo. O Almirante formou um governo, graças a uma coligação entre o P.S., o P.P.D. e o P.C.P., «decididamente favorável à instauração de um regime político de democracia representativa»⁹⁷ Por outras palavras, foi «a vitória da via *electoralista* sobre a via *revolucionária*.»

Na sequência da Assembleia do M.F.A. em Tancos, a 5 de setembro: Vasco Gonçalves é expulso, o Triunvirato dissolvido, o C.R. reformulado sacrificando os apoiantes do ex-Primeiro Ministro. Pinheiro de Azevedo é confirmado à frente do VI Governo Provisório. Apresenta o seu programa a 14 de setembro e toma posse cinco dias depois. A sua tarefa será, no mínimo, difícil: «restabelecer a autoridade do Governo num país onde o poder da rua escapava quase totalmente ao controlo dos políticos e mesmo do M.F.A.»⁹⁸

O novo governo tem de lidar com uma rua ainda agitada, «o campo de ação da esquerda revolucionária, militar e civil.»⁹⁹ Menos de dez dias após a tomada de posse, a embaixada e o consulado de Espanha em Lisboa são invadidos, saqueados e incendiados por militantes de extrema-esquerda que protestam contra a execução de cinco ativistas da ETA.

⁹⁷ José Medeiros FERREIRA, *Portugal em Transe (1974-1986)*, Lisbonne, Ed. Estampa, 1994, p.217.

⁹⁸ M. I. REZOLA, *Op. Cit*, p. 133

⁹⁹ *Ibid*

Nas semanas seguintes, a situação não melhora, muito pelo contrário. A imprensa mundial apercebeu-se disso, como o demonstram alguns dos títulos publicados pelo *Journal de Genève* na segunda quinzena de outubro: «Dirigindo-se a todos os portugueses na segunda-feira à noite. O Primeiro Ministro de Portugal apelou à disciplina e à austeridade» (15 de outubro); «Preparado por cerca de sessenta oficiais. Portugal: o Chefe do P.P.D. denuncia um golpe de Estado “pró-soviético”» (20 de outubro); «Após a decisão do governo de encerrar a estação: Portugal: elementos de extrema-esquerda quebram o selo da “Rádio-Renascença”» (23 de outubro); «Portugal: a Força Aérea é acusada de estar a preparar um golpe de força» (30 de outubro).

Em novembro, a crise atinge níveis extremos: assiste-se a «provocações constantes» e a «episódios que se sucedem a um ritmo vertiginoso, [...] onde parece cada vez mais evidente a iminência de um golpe de Estado»¹⁰⁰. No dia 12, uma manifestação de trabalhadores da construção civil cercou o palácio onde se encontravam os deputados da Assembleia Constituinte, sequestrando-os juntamente com o primeiro-ministro durante 24 horas. Seis dias depois, o mesmo Executivo suspende as suas atividades, por considerar que não tinha as condições necessárias para exercer as suas funções.

Finalmente, no início do mesmo mês, realizou-se um debate televisivo em direto entre Mário Soares, líder do Partido Socialista e Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do Partido Comunista Português. O debate de três horas e meia, opõe duas visões: a de «um Estado de vanguarda ocupado e dirigido por

¹⁰⁰ M. I. REZOLA, *Op. Cit.*, p. 239.

correntes revolucionárias e a de um Estado democrático resultante da livre escolha dos eleitores.»¹⁰¹ Os acontecimentos de 25 e 26 de novembro irão fazer pender a balança definitivamente a favor dos defensores do pluralismo democrático.

Uma reunião do CR, na noite de 24 para 25 de novembro, confirma que Vasco Lourenço substituiu Otelo de Carvalho na chefia da Região Militar de Lisboa. Num comunicado distribuído à imprensa emitido às 4 horas da manhã, o C.R. afirma a sua determinação em utilizar todos os meios disponíveis para se opor aos que pretenderão desencadear revoltas ou uma guerra civil.

A demissão de Otelo provoca uma reação dos paraquedistas, que ocupam várias instalações da Força Aérea. Outras unidades ligadas ao COPCON ou aos «gonçalvistas» apoderaram-se da Rádio e da Televisão.

Os moderados não deixam escapar esta oportunidade e reagem pondo em prática um plano já traçado, com o apoio do Presidente da República, que decreta o estado de sítio na capital. Sob o comando de Ramalho Eanes, que conta também com a neutralidade algo ambígua do P.C.P. – mas que sem dúvida evita um enorme banho de sangue – a revolta é debelada em dois dias. No dia 26, o COPCON é dissolvido e a Polícia Militar rende-se. No dia 28, a derrota dos revoltosos é total com 3 mortos e dezenas de presos. Não haverá guerra civil.

¹⁰¹ Joaquim VIEIRA *De Abril à Troika. Quatro décadas de democracia que transformaram Portugal*, Lisboa, Objetiva, 2014, p. 47.

Este acontecimento marca, sem dúvida, um ponto de viragem na história da Revolução Portuguesa. A situação política estabiliza-se, com uma clara diminuição da agitação nas ruas, permitindo a transição para um regime constitucional no ano seguinte.

Ainda hoje, o 25 de novembro é um tema muito debatido, com interpretações diametralmente opostas. Na altura, a imprensa internacional comprehende que o perigo de uma guerra civil e de uma tomada do poder pela esquerda radical está a diminuir¹⁰².

I. Algumas manchetes

O 25 de Novembro faz manchetes em quase toda a imprensa internacional e os jornais suíços não constituem uma exceção. Apresentamos aqui algumas delas.

Streit um Carvalho dauert an Kommunistische Offensiven verschärfen Portugals Krise

Fig. 1: «A disputa em torno de Carvalho continua /As ofensivas comunistas agravam a crise em Portugal», *Der Bund*, 24 de novembro.

¹⁰² Joaquim VIEIRA & Reto MONICO, *Nas Bocas do Mundo. O 25 de Abril e o PREC na imprensa internacional*, Lisboa, Tinta da China, 2014, pp. 318-335.

Portugal: la gauche révolutionnaire marque des points La chute du gouvernement pourrait déboucher sur la guerre civile

Fig. 2: «A esquerda revolucionária marca pontos / A queda do governo pode desencadear à guerra civil». *La Liberté*, 24 de novembro.

Echec du Gouvernement portugais LE COMMUNISTE CARVALHO INDÉRACINABLE

LISBONNE (ATS/Reuter/AFP). — Dix-neuf mois après la révolution d'avril 1974, la gauche révolutionnaire du Por-

modéré promu pour la circonstance général de brigade, n'a pu prendre, samedi, ses fonctions.

présidentiel de Belém avec les officiers de la région militaire de Lisbonne, il a préféré, devant leur opposition, retirer sa

Fig. 3: «Derrota do governo português / O comunista Carvalho parece inabalável» *Nouvelliste*, 24 de novembro.



Fig. 4: «Costa Gomes assume amplos poderes com a proclamação do estado de sítio e do recolher obrigatório em Lisboa / Domada pelas tropas leais ao governo a revolta dos paraquedistas portugueses», *Corriere del Ticino*, 26 de novembro.



Fig. 5 : «Chegou-se à beira do abismo / Perigosa agudização da crise do Estado em Portugal», *Der Bund*,
26 de novembro.



Fig. 6 : «Escapou-se por pouco à guerra civil / O governo português ganhou esta contenda», *Der Bund*,
27 de novembro.

Le Parti communiste portugais : Une confrontation sanglante ne pourrait que faciliter le retour à une dictature

Fig. 7: «O P.C.P.: Um confronto sangrento só poderia facilitar o regresso a uma ditadura», *Voix-Ouvrière*,

27 de novembro.

Le sang a coulé à Lisbonne De Carvalho perd le commandement du Copcon

Fig. 8: «Derramamento de sangue em Lisboa / Otelo perde o comando do Copcon», *Nouvelliste*, 27 de novembro.

Sciolto il comando del Copcon - Sindacalista ucciso a Oporto - Anche il PC condanna la rivolta

Il Portogallo è forse a una svolta decisiva Costa Gomes più forte dopo il fallito putsch

Fig. 9: «Comando do Copcon dissolvido - Sindicalista morto no Porto - Também o PC condena a revolta

Portugal pode estar num ponto de viragem decisivo / Costa Gomes mais forte após o golpe falhado», *Corriere del Ticino*, 27 de novembro.

II. Os comentários de Arnold Hottinger¹⁰³

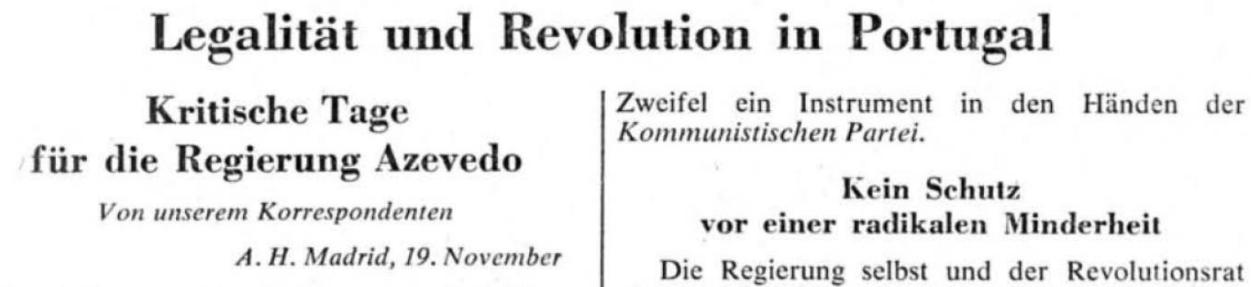


Fig. 10: NZZ, 20 de novembro (Cf. nota 9)

O jornalista envia um artigo de Madrid a 19 de novembro no qual fala das dificuldades do Governo¹⁰⁴. Com efeito, o cerco do Parlamento e do gabinete do chefe do Governo «parecem ter abalado» o Executivo. Para o articulista, é a Comissão Intersindical – «instrumento nas mãos do Partido Comunista» – que alimenta esta agitação permanente. O Governo e o C.R. consideram que esta situação não pode permanecer, mas há uma minoria «revolucionária» neste Conselho que apoia as tendências extremistas. Apesar da pressão do Presidente,

¹⁰³ Especialista do Médio Oriente e do mundo árabe, sobre o qual publicou vários livros, Arnold Hottinger (1926-2019) foi correspondente do *Neue Zürcher Zeitung* [NZZ] em Beirute e também em Madrid.

¹⁰⁴ «Legalität und Revolution in Portugal. Kritische Tage für die Regierung Azevedo» [Legalidade e Revolução em Portugal. Dias críticos para o Governo Azevedo], NZZ, 20 de novembro.

as duas posições – a dos moderados e a dos apoiantes do antigo Chefe do Governo Vasco Gonçalves – parecem irreconciliáveis.

Se Costa Gomes considera que não se pode governar sem os comunistas, o líder do P.P.D. pensa o contrário:

De facto, os comunistas são uma minoria e, se fossem afastados, os dois partidos maioritários continuariam a ter uma maioria confortável na Assembleia Constituinte. Mas o cálculo de Sá Carneiro só funcionaria se as forças da ordem, principalmente o Exército, estivessem dispostas e fossem capazes de proteger o Governo da «rua».

A 21 de novembro, a redação escreve um comentário intitulado «O Governo português paralisado»¹⁰⁵, que volta a falar da greve do Executivo luso exigindo «garantias mínimas de segurança» depois dos «vergonhosos acontecimentos da semana passada». Este VI Governo Provisório, escreve o jornal, apesar da supremacia que os moderados tinham alcançado, mal entrou em funções – «após a destituição do demagogo comunista Gonçalves» – em setembro teve de enfrentar o poder da rua:

[Foi forçado a] regressar a essa guerra ideológica infrutífera e autodestrutiva, que impossibilitou qualquer trabalho administrativo sério desde o golpe de abril de 1974 e colocou Portugal tão perto da beira do caos e da falência que é de espantar como é que ainda não caiu no abismo.

¹⁰⁵ Bk, «Portugal's lahmgelegte Regierung», *NZZ*, 21 de novembro.

O articulista realça o facto de o Exército ser «o maior fator de incerteza». A extrema-esquerda e o P.C.P., descontentes com a derrota ocorrida em setembro, infiltraram «os quadros médios e inferiores». Dessa forma, a instituição militar já não está em condições de «garantir *a segurança interna*», lamenta o jornalista. Este, que é muito pessimista na sua análise, considera que Costa Gomes tem de tomar uma decisão:

Parece que estão a ser feitas todas as tentativas para instaurar uma *ditadura militar* pela porta das traseiras, na sequência de uma situação de crise provocada. É muito provável que leve ao poder aqueles que colocam a «legitimidade revolucionária» (sobretudo a sua) acima da grande maioria.

Hottinger envia outro texto a 23¹⁰⁶, no qual constata que não se chegou a um compromisso entre os moderados e os elementos da extrema esquerda. Estes não aceitaram a decisão do C.R. de substituir Otelo por Vasco Lourenço no comando da Região Militar de Lisboa. Por outro lado, o Partido Socialista e o Partido Popular Democrático acusam Costa Gomes de «favorecer as *minorias ativistas*». Entretanto, o Gabinete Azevedo continua em greve, não tendo as condições para poder pôr em prática as suas decisões.

O jornalista acusa o P.C.P. de rejeitar todas as decisões do C.R. «como antirrevolucionárias» quando não correspondem à sua visão política. As forças

¹⁰⁶ Revolutionsrat ohne reale Machtbasis / Gefährliche Zuspitzung der Machtkämpfe in Lissabon /Ringen um Regierungeinfluss», «[C.R. sem uma verdadeira base de poder / Perigosa agudização das lutas pelo poder em Lisboa / Luta pela influência à volta do Governo], *NZZ*, 24 de novembro.

moderadas devem fazer o mesmo, para não correrem o risco de o risco de serem ultrapassadas e eliminadas pela minoria revolucionária.

Hottinger, realça o facto de as forças de extrema-esquerda exigirem «um governo inteiramente dominado por elas». Por outro lado, o P.S, e o P.P.D. «anunciaram novas e importantes manifestações para sublinhar o seu apoio ao Governo de Pinheiro.» Citando Melo Antunes, – segundo o qual a única solução seria «retirar os elementos indisciplinados do Exército» – o periodista considera que existe um perigo «cada vez mais grave de uma guerra civil.»

É justamente com esta frase¹⁰⁷ que começa o seu artigo enviado a 25, da capital espanhola¹⁰⁸. Narra os factos principais: reagindo à substituição de Otelo por Vasco Lourenço no comando da Região Militar de Lisboa, os paraquedistas – que «destituíram» os quatro representantes moderados da Força Aérea do C.R. – ocupam várias bases aéreas e a estações de rádio e televisão; a extrema esquerda faz um apelo à população para se armar; na sequência destes factos, o Presidente da República proclamou o estado de sítio na capital.

¹⁰⁷ «Portugal está agora à beira da guerra civil».

¹⁰⁸ «Ausnahme Zustand in der Region von Lissabon / Portugal am Rande eines Bürgerkrieges? / Besetzung von Luftwaffenbasen» [Estado de emergência na região de Lisboa /Portugal à beira de uma guerra civil? / Ocupação de bases da Força Aérea], *NZZ*, 26 de novembro.

Ausnahmezustand in der Region von Lissabon

Portugal am Rande eines Bürgerkriegs?



Rebellierende Soldaten vor einer Kaserne bei Lissabon

Fig. 11: *NZZ*, 26 de novembro (Cf. nota 13).

O jornalista manifesta grandes dúvidas sobre a atitude de Costa Gomes, porque este, na sua opinião, não tem mostrado uma grande determinação em combater a extrema-esquerda:

Por conseguinte, é atualmente incerto se tenciona efetivamente utilizar o estado de emergência para restabelecer *a autoridade no Exército* e obrigar a minoria revolucionária dos soldados a submeter-se à autoridade da maioria do Conselho da Revolução. É também possível que volte a negociar e tente chegar a um compromisso que teria de se basear na satisfação parcial dos desejos da extrema-esquerda. Mas, nesse caso, corre o risco de ser desobedecido pelos comandantes das três outras regiões militares portuguesas, que estão do lado da maioria moderada do Conselho da Revolução.

No dia seguinte, o correspondente do jornal radical de Zurique envia um extenso artigo que, como os anteriores, é redigido em Madrid¹⁰⁹: «O motim das forças militares de extrema-esquerda em Portugal fracassou na quarta-feira [26 de novembro].» Informa que o COPCON foi dissolvido e Otelo foi exonerado das suas funções.

Hottinger questiona se se trata de um «ponto de viragem» no processo revolucionário português:

É possível, ou mesmo provável, que os confrontos armados entre as tropas «revolucionárias» e as tropas pró-governamentais em Lisboa e arredores representem um ponto de *viragem* na política portuguesa. Há muito que se impunha a adoção de medidas violentas para disciplinar as unidades «revolucionárias». Até agora, porém, tinham sido evitadas, provavelmente porque nenhum dos comandantes leais queria ser o primeiro a arriscar-se a derramar sangue. Mas talvez também porque alguns dos militares e políticos «moderados» sobrestimaram

¹⁰⁹ «Misslungener Kraftakt der Linken / Scheitern der Militäraufstands in Portugal / Gegenaktion loyaler Truppen [Fracasso da demonstração de força da esquerda / Falhanço da revolta militar em Portugal / Contra-acções das tropas leais], *NZZ*, 27 de novembro (artigo enviado na véspera, provavelmente no fim da tarde).

o poder dos “revolucionários”, sempre demasiado ruidosos, e rejeitaram um confronto com eles, considerando-o demasiado perigoso.

O jornalista relata os principais acontecimentos: a derrota da Polícia Militar, a neutralização dos canhões do RALIS¹¹⁰, o definitivo afastamento de Otelo, a provisória censura dos jornais – que não saíram no dia 26 – e o controle governamental da Rádio e da Televisão.

O correspondente do diário de Zurique ignora se «a revolta dos paraquedistas foi o prelúdio de um golpe de esquerda planeado ou um ataque mais ou menos espontâneo dos rebeldes.» De qualquer forma, a coordenação dos revoltosos foi tão deficiente, «que as tropas leais ao Governo tiveram oportunidade de subjugar ou “neutralizar” uma unidade rebelde atrás da outra.» Além disso, afirma o articulista, as tropas fiéis ao Governo Azevedo têm muita mais força e são suficientemente numerosos para enfrentar / extinguir os últimos focos de resistência:

É também significativo que as unidades governamentais não só tenham atuado contra os verdadeiros rebeldes, mas também contra todas as unidades que se recusaram constantemente a obedecer ao Chefe de Estado.

Dois dias depois, na habitual revista da semana no mundo¹¹¹, a redação de Zurique sintetiza os acontecimentos de dias 25 a 27 na capital portuguesa:

¹¹⁰ Regimento de Artilharia Ligeira de Lisboa.

¹¹¹ «Die Woche im Rückblick / Scheitern eines Militäraufstandes in Portugal» [A semana em perspetiva / Fracasso de uma revolta militar em Portugal], *NZZ*, 29 de novembro.

As tropas de extrema-esquerda ocuparam quatro bases em Portugal e a Polícia Militar, que se rebelava há semanas, juntou-se à revolta. No entanto, a insurreição foi desmantelada no espaço de um dia, com a intervenção das forças militares leais ao Governo, sem que se tenham registado confrontos de grande dimensão. O Presidente Costa Gomes dissolveu então as forças do COPCON comandadas pelo General Carvalho; os Generais Carvalho e Fabião e o Almirante Rosa Coutinho foram demitidos do Conselho da Revolução.

III. O editorial de Charles Bays¹¹²

O jornalista de Friburgo escreve um artigo muito pessimista: para ele, a situação é desesperada e, como em outras ocasiões, o País parece estar à beira da guerra civil. Critica os militares e Costa Gomes por não terem ficado afastados das polémicas e, sobretudo, pelo facto de o Presidente ter proclamado o estado de sítio na região de Lisboa para acabar com a desordem política e social.

O editorialista põe em relevo vários aspetos: esta medida foi tomada tarde demais; Costa Gomes pode ser acusado de ter «escolhido o “campo da reação”»; o VI Governo Provisório poderá cair e, desse modo, provocar uma guerra civil, pois os socialistas e os centristas – que acusam o Presidente de passividade perante os esquerdistas – não estariam dispostos a ceder o poder à extrema-esquerda.

Charles Bays explica a seguir porque em Portugal existe «o vazio político»:

¹¹² Charles Bays, «L'ennui des casernes», *La Liberté*, 26 de novembro. Charles Bays (n. 1942 ?) ingressa no jornal em 1966. Na altura do P.R.E.C., é o responsável da rubrica internacional de *La Liberté*.

De facto, o vazio político e a lenta diluição de todas as formas de autoridade devem-se a causas profundas. O aventureirismo, uma arte do compromisso que levou pura e simplesmente o Conselho da Revolução ao «comprometimento». A politização desenfreada alastrou às instituições e minou as Forças Armadas: cada um escolheu o seu lado, a todos os níveis, sem ter em conta os interesses da Nação. O exército português não é hoje mais do que um vasto fórum onde a batalha das ideias se vencerá com a ponta de uma arma.

Nesta situação, o Chefe de Estado será obrigado a usar a força contra os «regimentos dissidentes, apoiados pela esquerda revolucionária.» O jornalista escreve que «é fácil imaginar o rumo dos acontecimentos»: os civis das várias tendências não irão tardar em intervir. Chegará então a hora da extrema-direita, com Spínola que se apresentará como «um libertador» de um Portugal em plena guerra civil.

Para o P.C.P., realça Bays, trata-se da situação ideal, pois poderá chegar ao poder, beneficiando desta situação na qual se poderá apoiar «nas unidades militares empenhadas na luta contra a “reação”.»

No final do texto, apresenta um quadro sombrio da situação, acusando implacavelmente os militares de serem os principais responsáveis do caos que reina em Portugal:

Ainda estamos a tempo para salvar o que pode ser salvo? Símbolo de liberdade na manhã de 25 de abril de 1974, Portugal é hoje sinónimo de caos. O exército que derrubou a ditadura salazarista traiu as opções fundamentais de uma revolução democrática, aberta a todos, sem anátemas... O caso «República», a dinamitação do emissor da Rádio Renascença, a desintegração da situação social causada em parte

pela ação de grupos extremistas, a ausência de qualquer autoridade: este é o Portugal construído pelos militares, apesar de terem sido os garantes desta revolução... Será demasiado tarde para os mandar para os seus quartéis? Desde a descolonização, a política tem servido sobretudo para matar o tédio da vida na caserna.

IV. O editorial de Claude Monnier¹¹³

O diretor do *Journal de Genève* debruça-se também a 26 sobre os críticos momentos vividos em Lisboa¹¹⁴. Na sua opinião é errado perguntar-se se vai haver um golpe de Estado ou uma guerra civil. A sua análise é implacável:

É que estes dois termos pressupõem a existência de um poder, ou mesmo de dois ou três poderes capazes de mobilizar o povo português. O problema em Portugal, atualmente, é a ausência de poder. O Presidente é desrespeitado. O governo já não governa. O Conselho da Revolução já não é obedecido. O COPCON é decapitado e numerosas unidades tomam decisões autónomas e necessariamente contraditórias. Para que haja um golpe de Estado, é preciso que haja um Estado. Esse já não é o caso em Portugal. Para que haja uma guerra civil, é preciso saber contra quem lutar: hoje ninguém merece ser derrotado porque ninguém detém o poder.

Agora é indispensável criar um «embrião de poder» para que as forças políticas possam organizar-se. Revelando um certo desprezo e um grande desconhecimento da realidade lusa, o articulista afirma que, por causa de

¹¹³ Claude Monnier (1938-2016) entrou no quotidiano genebrino em 1962 como jornalista de política internacional e, depois, como editorialista. Foi chefe da redação entre 1970 e 1980.

¹¹⁴ «Portugal: le point tournant?», *Journal de Genève*, 26 de novembro.

«quarenta anos de imobilismo», o país é hoje uma «sociedade primitiva, tribal, não organizada»!

A 25 de Abril, o Exército deu o poder aos partidos, mas retomou uma parte deste poder, pois estes não estiveram à altura, tendo «perdido o hábito do jogo político». Desde então prevaleceu um regime misto, sublinha o jornalista genebrino, segundo o qual aconteceu o seguinte: não foi a instituição militar que obrigou os partidos a aceitar o jogo político e a se entenderem, mas foi o Exército a ser «contaminado» pelos civis.

Chegou-se a um desmembramento desta instituição e por duas razões: por um lado, cada unidade tinha a sua ideia do «bem público» e, por vezes, usava a força para impor as suas opiniões; por outro lado, «os partidos e o governo começaram a lutar para reorganizar a o Exército em seu próprio benefício».

Monnier dá a sua opinião sobre os recentes acontecimentos:

A nosso ver, os confrontos de ontem e de anteontem entre tropas «rebeldes» e «leais» podem, de facto, marcar um ponto de viragem na evolução de Portugal e o início de uma reconstrução do poder: é como se o espetáculo de soldados a disparar contra soldados tivesse, pela primeira vez, abalado profundamente os oficiais superiores portugueses, sobretudo o primeiro deles, o Presidente Costa Gomes, que é também Chefe do Estado-Maior.

Nota também que, por um lado, todas as medidas têm a assinatura do Estado Maior e não do M.F.A. — prova «da vontade de refazer do exército um instrumento menos político» — e, por outro lado, o tipo de medidas tomadas («recolher obrigatório, controlo da informação, proibição de agrupamentos») têm

como objetivo acabar com as manifestações de rua «sem ordem e sem limites, a todas as horas do dia e da noite, tornando também impossível o exercício de qualquer tipo de poder.»

No último parágrafo, o analista abandona o seu pessimismo, realçando o facto que talvez esta reconstituição do poder possa ser coroada de sucesso. Mesmo se se colocar a alternativa golpe de Estado ou guerra, o povo luso depois de dois anos «de profunda desordem e de angústia quotidiana», «tendo bebido o cálice até à última gota», vai encontrar o «equilíbrio razoável», evitando assim uma guerra fratricida.

Nota final

Os três analistas estudados neste artigo apercebem-se da gravidade da situação vivida na capital portuguesa. Hottinger — que escreve em Madrid — tem à sua disposição os despachos e, muito provavelmente, contactos em Lisboa que lhe fornecem mais informações.

Nos dois artigos enviados antes da revolta dos paraquedistas, constata que não é possível chegar a um acordo entre as forças moderadas e a esquerda radical. Censura severamente os extremistas revolucionários e o Partido Comunista, criticando também a atitude pouco clara de Gosta Gomes e do Exército que não apoia o Executivo de Pinheiro de Azevedo, indefeso face a uma minoria extremista. Perante a recusa de unidades em aceitar a substituição de

Otelo por Vasco Lourenço no comando da Região Militar de Lisboa, levanta o espírito da guerra civil.

A 25, quando o êxito dos confrontos ainda estava incerto, relata a ação dos grupos extremistas, o braço de ferro na Força Aérea e a declaração de estado de emergência emitido pelo Presidente da República, exprimindo, porém, sérias dúvidas quanto às verdadeiras intenções do Chefe de Estado. É só no texto datado de 26 que o correspondente do *NZZ* na Península ibérica toma conta que, com a destituição de Otelo, a dissolução do COPCON e com a vitória das unidades fiéis ao Governo, estamos perante uma viragem do processo revolucionário.

Os dois editorialistas francófonos analisam os factos diretamente da Suíça: as suas considerações denotam uma visão estereotipada, preconcebida, pouco fundamentada, que ignora a complexidade da crise vivida na capital portuguesa. Charles Bays é muito pessimista e até derrotista. Critica severamente as Forças Armadas que atraíçoaram os ideais de Abril, Costa Gomes que agiu tarde demais e que terá de usar a força para matar os rebeldes, conduzindo talvez a uma guerra civil. Tem pouca esperança de afastar os militares da vida política.

O diretor do *Jornal de Genève* é muito depreciativo e até sobranceiro para com Portugal que define como uma sociedade primitiva e tribal. Na sua opinião, não pode haver uma guerra civil porque não existe um poder no País, mas implicitamente admite que este existe. Com efeito, escreve que, constatando que os partidos não conseguiram entender-se, o Exército – que derrubou a ditadura

—retomou uma parte do poder. Por conseguinte, a situação é de um regime misto, com as Forças Armadas cada vez mais politizadas.

No fim do artigo, o autor deixa passar um raio de esperança: como o seu colega de Zurique, considera que os recentes acontecimentos podem constituir uma viragem e o início de uma reconstrução do sistema político português.

Anexos

Personalidade lusas citadas no texto

Antunes, Ernesto Melo (1933-1999) é um dos estrategas da Revolução dos Cravos. Membro da C.C. do M.F.A., é ministro em quatro governos provisórios. Desempenha um papel ativo na elaboração do Programa de Ação Política e Económica e do Documento dos Nove.

Azevedo, Pinheiro de (1917-1983), membro da J.S.N. (abril de 1974 - março de 1975) e Primeiro-Ministro (setembro de 1975- julho de 1976), obtém 14% dos votos nas eleições presidenciais de junho de 1976

Carlos, Adelino da Palma (1905-1992), formado em direito e professor universitário, chefia o I Governo Provisório (16 de maio-18 de julho de 1974)

Carneiro, Francisco Sá (1934-1980), deputado durante a ditadura e depois dissidente, é um dos fundadores do P.P.D. (agora P.S.D.). Membro do I Governo

Provisório, eleito à Assembleia Constituinte em 1975 e à Assembleia da República no ano seguinte, é Primeiro Ministro de 2 de janeiro a 4 de dezembro de 1980, quando morre num acidente aéreo.

Carvalho, Otelo Saraiva de (1936-2021) é um dos principais líderes operacionais líderes operacionais da Revolução dos Cravos. Em julho de 1974, torna-se também Comandante da Região Militar de Lisboa e do COPCON até novembro de 1975. Será candidato às eleições presidenciais em 1976 (16,6% dos sufrágios) e 1980 (1,5 % dos votos).

Coutinho, António Rosa (1926-2010) é governador de Angola de julho de 1974 a janeiro de 1975. Membro do C.R. e próximo de Vasco Gonçalves, cumpre a 25 de novembro as ordens de Costa Gomes para desmobilizar as forças navais a favor dos paraquedistas.

Cunhal, Álvaro (1913-2005) é Secretário-Geral do P.C.P. de 1961 a 1992. Passa muitos anos na prisão, nomeadamente de março de 1949 a janeiro de 1960. Após uma fuga dramática, exila-se em setembro do mesmo ano, principalmente nos países do bloco soviético, cuja cujas políticas defende, nomeadamente aquando da invasão da Checoslováquia. É ministro sem pasta nos quatro primeiros governos provisórios (maio de 1974 - agosto de 1975) e membro da Assembleia da República de 1976 a 1992.

Eanes, António Ramalho (n. 1935), praticamente desconhecido até essa data, então tenente-coronel, dirige as operações militares que neutralizaram a revolta do 25 de novembro. Será Presidente da República de 1976 a 1986.

Fabião, Carlos (1930-2006) faz parte dos Movimento dos Capitães em 1974, sendo também membro da J.S.N. e do C.R.

Gomes, Francisco da Costa (1914-2001), Comandante da Região Militar de Angola (1970), Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas (1972), membro da J.S.N., é Presidente da República de 30 de setembro de 1974 a 14 de julho de 1976.

Gonçalves, Vasco (1921-2005) é um militar e político português, próximo do Partido Comunista. Chefia quatro governos provisórios de julho de 1974 a agosto de 1975. É nomeadamente um dos autores das nacionalizações e um defensor da Reforma Agrária.

Lourenço, Vasco (n.1942), um dos principais capitães de Abril, combate na Guiné de 1969 a 1971. É membro da C.C. do M.F.A. e membro do C.R. desde julho de 1974 até à sua extinção em 1982. Foi um dos principais membros do «Grupo dos Nove».

Soares, Mário (1924-2017), exilado em França de 1970 a 1974., é um dos fundadores do Partido Socialista Português em abril de 1973 e o seu primeiro dirigente. Ministro dos Negócios Estrangeiros (maio 1974 - março 1975) e Primeiro-Ministro (julho 1976 - agosto 1978, junho 1983 - novembro de 1985) será Presidente da República (março de 1986 - março de 1996).

Spínola, António de (1910-1996). Governador da Guiné-Bissau de 1968 a 1973, Vice-Chefe do Estado-Maior (janeiro-março de 1974), é Presidente da J.S.N. e Presidente da República de 16 de maio a 30 de setembro de 1974.

Glossário

Comando Operacional do Continente (COPCON): formado em julho de 1974, este órgão militar de elite, concebido para poder intervir rapidamente a fim de manter a ordem e de garantir a paz e a tranquilidade pública, atua de facto com uma grande independência. Será extinto logo depois do 25 de Novembro de 1975.

Comissão Coordenadora do M.F.A. (C.C.) Criada em outubro de 1973 e constituída por sete militares, a C.C. é um dos primeiros organismos diretivos do movimento e passa a liderar todo o processo de contestação. Institucionalizada a 27 de abril de 1974, entra rapidamente em conflito com Spínola, nomeadamente no que diz respeito à descolonização. Toma então um peso crescente na vida política portuguesa.

Conselho da Revolução (C.R.): criado depois do golpe falhado de 11 de Março, o C.R., formado por cerca de 30 militares, torna-se o principal centro do poder político em Portugal. Tem amplos poderes de controlo e de fiscalização da atividade governativa, nomeadamente sobre a aplicação do programa do M.F.A. Será extinto em 1982.

Junta da Salvação Nacional (J.S.N.): formada por sete militares de alta patente logo depois da queda do antigo regime, a J.S.N. é destinada a sustentar o governo e a garantir a transição até à formação do I Governo Provisório. Foi substituída pelo C.R depois do 11 de Março.

Movimentos das Forças Armadas (M.F.A.): em 1973, o Movimento dos Capitães é constituído a partir de revindicações corporativas. Rapidamente, assume cada vez mais um caráter político e a queda do regime parece a única solução para acabar com a guerra colonial. A partir de março de 1974, passa a chamar-se o Movimento das Forças Armadas que prepara o plano do derrube da Ditadura.

Processo Revolucionário em Curso (P.R.E.C.): expressão designada para categorizar os 19 meses que vão do 25 de Abril de 1974 ao 25 de Novembro de 1975.

Cronologia sumária

1974

- 22/2 Publicação de *Portugal e o Futuro*
- 25/4 Golpe militar que destitui o regime de Salazar e Caetano
- 25-26/4 Formação da J.S.N.
- 15/5 António de Spínola é nomeado Presidente da República

16/5 Tomada de posse do I Governo Provisório, dirigido por Palmas Carlos
8/7 Criação do COPCON
9/7 Demissão do Primeiro-Ministro Palma Carlos
18/7 Tomada de posse do II Governo Provisório dirigido por Vasco Gonçalves
27/7 Discurso de Spínola que reconhece o direito à autodeterminação e a independência das antigas colónias
30/9 Demissão de Spínola, substituído por Costa Gomes
1/10 Tomada de posse do III Governo Provisório dirigido por Vasco Gonçalves

1975

15/1 Acordos de Alvor que reconhecem a Independência de Angola a partir de 11 de novembro
11/3 Golpe falhado dos spinolistas
14/3 Legalização do C.R.
24/3 Nacionalização da banca e dos seguros
16/4 Nacionalização das principais empresas dos sectores industriais, dos transportes e das comunicações
25/4 Eleições para a Assembleia Constituinte
1/5 Manifestações e confrontos, nomeadamente em Lisboa
19/5 Ocupação da redação do jornal socialista *República* e expulsão dos membros da sua direção
27/5 Ocupação da Rádio Renascença
10 e 17/7 Saída do Governo do P.S. e do P.P.D.
Verão Ataques às sedes do Partido Comunista e dos movimentos à sua esquerda no Norte e no Centro do País
7/8 Publicação do Documentos dos Nove

8/8 Tomada de posse do V Governo Provisório
2/9 Vasco Gonçalves é substituído por Pinheiro de Azevedo
Início set. Assembleia do M.F.A em Tancos
19/9 Tomada de posse do VI Governo Provisório, dirigido por Pinheiro de Azevedo
25/9 Independência de Moçambique
27/9 Assalto à Embaixada e ao Consulado de Espanha em Lisboa
7/11 O C.R. manda destruir a emissora da Rádio Renascença
11/11 Proclamação da independência da Angola
12/11 Cerco à Assembleia da República pelos trabalhadores da construção civil
19/11 Greve do Governo
25/11 Tentativa de Golpe de Estado por parte da extrema-esquerda

1976
22/2 Reconhecimento do Governo de Luanda por parte de Portugal
2/4 Aprovação da Constituição
25/4 Primeiras eleições para a Assembleia da República
27/6 Ramalho Eanes é eleito Presidente da República
23/7 Tomada de posse do I Governo Constitucional chefiado por Mário Soares



A Coleção Documentos tem por intento trazer ao público fontes manuscritas ou impressas, e ainda bibliográficas cujas edições estejam esgotadas ou se encontrem em difícil acesso. Seu fulcro são os documentos voltados à cultura em geral e, especificamente, aos fundamentos históricos e literários, com especial atenção às temáticas de cunho luso-brasileiro. Por meio desta Coleção, o CLEPUL e a Biblioteca Rio-Grandense unem forças para disponibilizar na rede mundial uma série de documentos que poderão fomentar pesquisas e/ou estimular a leitura de textos originais.



Coleção Documentos

A **Coleção Documentos** tem por intento trazer ao público fontes manuscritas ou impressas, e ainda bibliográficas cujas edições estejam esgotadas ou se encontrem em difícil acesso. Seu fulcro são os documentos voltados à cultura em geral e, especificamente, aos fundamentos históricos e literários, com especial atenção às temáticas de cunho luso-brasileiro. Por meio desta Coleção, o CLEPUL e a Biblioteca Rio-Grandense unem forças para disponibilizar na rede mundial uma série de documentos que poderão fomentar pesquisas e/ou estimular a leitura de textos originais.



FCT
Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

